

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA NÍVEL
DE MESTRADO**

ROBERTO APARECIDO DE OLIVEIRA

**DE COLÔNIA THEREZA À FREGUESIA DE THEREZINA (1847-1871):
A HISTÓRIA DE UMA COLÔNIA ÀS MARGENS DO RIO IVAÍ NA
PERSPECTIVA DA HISTÓRIA PÚBLICA.**

**CAMPO MOURÃO - PR
2023**

ROBERTO APARECIDO DE OLIVEIRA

**DE COLÔNIA THEREZA À FREGUESIA DE THEREZINA (1847-1871):
A HISTÓRIA DE UMA COLÔNIA ÀS MARGENS DO RIO IVAÍ NA
PERSPECTIVA DA HISTÓRIA PÚBLICA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Uespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes e Linguagens.

Área de Concentração: História Pública.

Orientador: Professor Dr. Ângelo Priori.

**CAMPO MOURÃO-PR
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Aparecido de Oliveira, Roberto

De Colônia Thereza à Freguesia de Therezina (1847-1871): A história de uma colônia às margens do Rio Ivaí na perspectiva da história pública / Roberto

Aparecido de Oliveira. -- Campo Mourão-PR, 2023.
109 f.

Orientador: Ângelo Aparecido Priori.

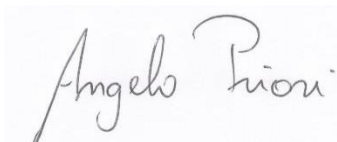
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.

1. Província do Paraná. 2. Século XIX. 3. Colônia Thereza. 4. Jean Mauricio Faivre. I - Aparecido Priori, Ângelo (orient). II - Título.

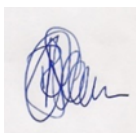
ROBERTO APARECIDO DE OLIVEIRA

**DE COLÔNIA THEREZA À FREGUESIA DE THEREZINA (1847-1871):
A HISTÓRIA DE UMA COLÔNIA ÀS MARGENS DO RIO IVAÍ NA
PERSPECTIVA DA HISTÓRIA PÚBLICA**

BANCA EXAMINADORA



Dr. Angelo Aparecido Piori (orientador) – Programa de Pós-Graduação em História Pública/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva – Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dra. Karla Maria da Silva – Universidade Estadual de Maringá – UEM

Data de Aprovação

31 / 03 / 2023

Campo Mourão – PR

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus por todas as combinações do Universo que possibilitaram a conclusão deste trabalho.

Sou especialmente grato ao meu orientar, Professor Dr. Ângelo Aparecido Priori, referência e inspiração historiográfica que tive a satisfação de ter como orientador.

Meus agradecimentos aos professores membros da banca examinadora, professor Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva, e professora Dr.^a Karla Maria da Silva.

Aos professores da UNESPAR de Campo Mourão, do Programa de Mestrado em História Pública, coordenado pelo Prof. Dr. Fábio André Hahn, ao qual agradeço, ao passo que externo minha gratidão aos demais professores e funcionários que contribuíram para o sucesso deste mestrado.

Não poderia deixar de agradecer as instituições que disponibilizaram seus acervos em colaboração com esta pesquisa, Museu Paranaense, Arquivo Público do Paraná, Câmara Municipal de Guarapuava, e Diocese de Guarapuava.

A todos os amigos e colaboradores, os que concederam entrevistas, ou que participaram através da página eletrônica História Pública Thereza Cristina, e também aos que contribuíram diretamente sugerindo fontes.

Aos moradores do Distrito de Tereza Cristina, muito obrigado pela colaboração.

Por fim, agradeço minha família. Esposa, filhos, mãe, irmãos e sobrinhos, pois, de alguma forma toda a família é afetada durante o processo de pesquisa, e neste sentido não poderia deixar de agradecer ao meu pai, Antonio Teodoro de Oliveira, in memoriam.

“Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história”.

Sérgio Buarque de Holanda

Resumo

OLIVEIRA, R. A. De Colônia Thereza à Freguesia de Therezina (1847-1871): A história de uma colônia às margens do Rio Ivaí na perspectiva da história pública. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2023.

Neste trabalho foram analisados aspectos políticos, culturais, e econômicos, acerca da Colônia Thereza a partir de sua edificação em 1847 até 1871. Buscamos respostas sobre o que levou em tão pouco tempo, uma colônia de sucesso, ao fracasso, à descaracterização, e perda da identidade, bem como, o seu processo de resiliência, que mesmo decadente se mantinha enquanto local de interesse nacional. As relações da colônia com a região de Guarapuava, com a província do Paraná, e com o Império ajudam nesta compreensão, mas fontes como os relatos de Thomas Plantagenet Bigg-Wither, engenheiro inglês que viveu dois anos na Colônia Thereza e região do Rio Ivaí em uma missão de trabalho, documentos oficiais do Governo do Paraná, da Câmara Municipal de Guarapuava, da Diocese de Guarapuava, e publicações da época, são essenciais para compreendermos as entrelinhas desta história pública. A política de colonização está intrínseca em nossa busca por compreensão, mas em nossa gama de análises as vozes do presente foram fundamentais nas releituras do passado, então recorreremos à entrevistas e em depoimentos em página própria de nossa pesquisa, pois o público precisa saber porque acabou a Colônia Thereza Cristina, e como ficou a Freguesia de Therezina, bem como, como está o Distrito de Tereza Cristina.

Palavras chave: Colônia Thereza; Faivre; Therezina.

Resumé

OLIVEIRA, R. A. De Colônia Thereza à Freguesia de Therezina (1847-1871): l'histoire d'une colonie sur les rives de la rivière Ivaí du point de vue de l'histoire publique. Dissertação. Programa de Pós-Graduação in História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2023.

Dans ce travail, les aspects politiques, culturels et économiques ont été analysés sur Colonia Thereza depuis sa construction en 1847 jusqu'en 1871. d'identité, ainsi que son processus de résilience, qui même en décadence est restée un lieu d'intérêt national. Les relations de la colonie avec la région de Guarapuava, avec la province de Paraná et avec l'Empire aident à cette compréhension, mais des sources telles que les rapports de Thomas Plantagenet Bigg Wither, un ingénieur anglais qui a vécu deux ans à Colonia Thereza et la rivière Ivaí région en mission de travail, les documents officiels du Gouvernement du Paraná, de la Municipalité de Guarapuava, du Diocèse de Guarapuava et les publications de l'époque sont indispensables pour comprendre les subtilités de cette histoire publique. La politique de colonisation est intrinsèque à notre quête de compréhension, mais dans notre éventail d'analyses les voix du présent étaient fondamentales dans les relectures du passé, nous avons donc eu recours à des entretiens et des témoignages sur une page à part de notre recherche, car le le public a besoin de savoir pourquoi cela a mis fin à la colonie Thereza Cristina, et comment la paroisse de Thereza Cristina s'est avérée, ainsi que comment est le district de Tereza Cristina.

Mots-clés : Colonie de Thereza ; Faivre ; Thérézine.

ABSTRACT

OLIVEIRA, R. A. From Colônia Thereza to Freguesia de Therezina (1847-1871): The history of a colony on the banks of the Ivaí River from the perspective of public history. Dissertation. Graduate Program in Public History – PPGHP – Master. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourao, 2023.

In this work, political, cultural, and economic aspects were analyzed about Colonia Thereza from its construction in 1847 until 1871. We seek answers about what led a successful colony to failure, mischaracterization, and loss of identity, as well as its process of resilience, which even in decay remained as a place of national interest. The colony's relations with the region of Guarapuava, with the province of Paraná, and with the Empire help in this understanding, but sources such as the reports of Thomas Plantagenet Bigg-Wither, an English engineer who lived two years in Colonia Thereza and the region of the Ivaí River in a work mission, official documents from the Government of Paraná, from the City Council of Guarapuava, from the Diocese of Guarapuava, and publications of the time, are essential for us to understand the fine lines of this public history. The colonization policy is intrinsic in our search for understanding, but in our range of analyzes the voices of the present were fundamental in the re-readings of the past, so we resorted to interviews and testimonials on a separate page of our research, because the public needs to know why it ended the Colony Thereza Cristina, and how the Parish of Therezina turned out, as well as how the District of Tereza Cristina is.

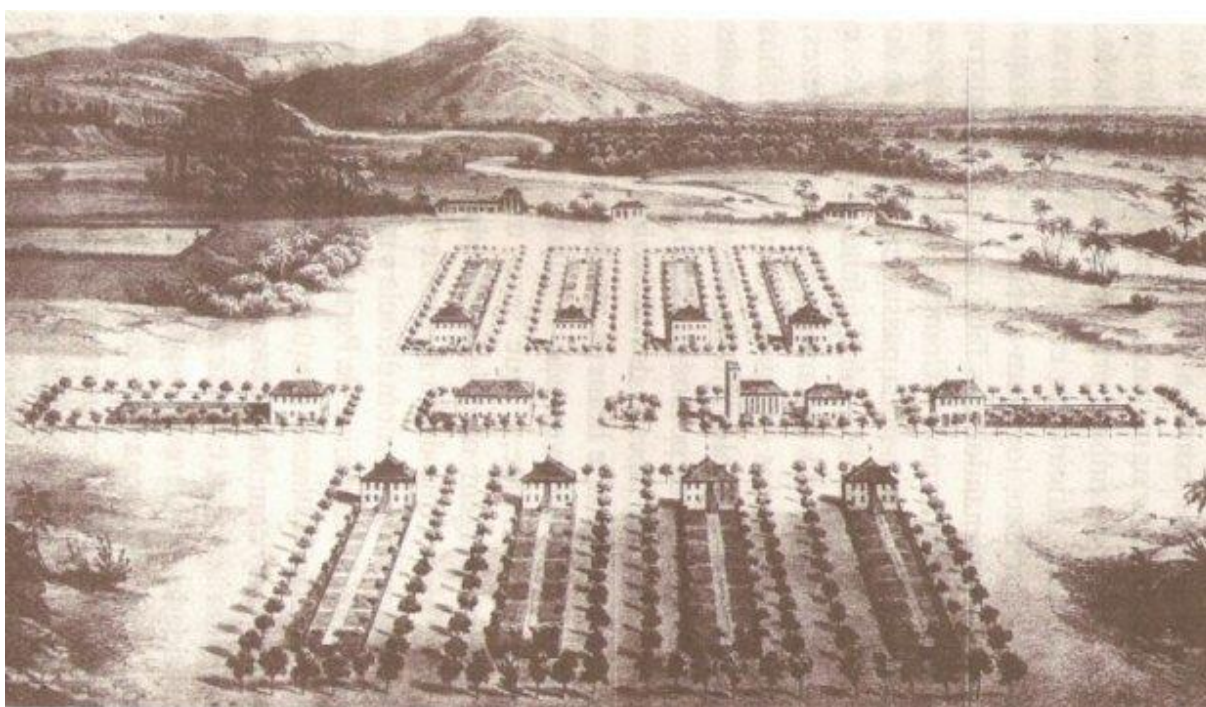
Keywords: Thereza Colony; Faivre; Therezine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: PRÁTICAS FUNDIÁRIAS E COLONIZAÇÕES: O CASO DA COLÔNIA DO DOUTOR FAIVRE	19
1.1 Colônias e colonos no Brasil: Terra e homem	19
1.2 A Colônia particular de Faivre e outras colônias de seu tempo.....	24
1.3 Efeitos da regularização fundiária nos caminhos do gado da Província do Paraná.....	29
1.4 Navegar é preciso: A dependência de Guarapuava e Colônia Thereza com o Rio Ivaí	37
CAPÍTULO 2: DA EXPECTATIVA À REALIDADE: A COLÔNIA THEREZA EM TRANSFORMAÇÃO	42
2.1 Metamorfose	42
2.2 A colônia Thereza em 1865: Escravidão de africanos e redução de indígenas.....	46
2.3 Engenheiros Kellers no Ivaí: O futuro da colônia de Faivre atrelado ao Paraguai	61
CAPÍTULO 3: TEREZA CRISTINA HOJE: O PÚBLICO E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO	67
3.1 Uma História Pública	67
3.2 Os primeiros habitantes do lugar.....	75
3.3 A mercê do poder público: PRC 487, a Rodovia sem asfalto	78
3.3.1 O Poder Público: Público e Terra.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
FONTES.....	89
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXOS	95

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve o propósito de analisar o processo de descaracterização e declínio da Colônia Thereza, edificada em 1847 sob o comando do médico francês Jean Maurício Faivre, onde hoje é o Município de Cândido de Abreu, no Estado do Paraná, precisamente na margem direita do Rio Ivaí, altura em que o rio separa os municípios de Cândido de Abreu e Prudentópolis. Esta Colônia teve planejamento urbanístico digno de um projeto de grandes expectativas estatais, detalhe que figura entre as peculiaridades do empreendimento, conforme sugere o croqui do projeto.



Croqui da Colônia Thereza (Fonte Museu Paranaense).

Da edificação da Colônia Thereza, seu território pertencia ao município de Castro, mas com a corroboração de Faivre passou para a jurisdição de Guarapuava, através da Lei Provincial n.º 26, de 10 de março de 1855, sancionada pelo Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, porém Guarapuava não logrou o êxito desejado, pois em se faltando boas estradas para sua integração com a Colônia Thereza, e com o fracasso do projeto de navegação do Rio Ivaí, a edificação não produziu o resultado almejado.

Art. 1º A colônia Thereza fica pertencendo ao município de Guarapuava. Art. 2º O governo, ouvindo as camaras municipaes de Castro e Guarapuava, e o director da dita colonia, designará, por aquelle lado, a linha divisória entre os dous municípios, ficando essa divisa dependente da aprovação da assembléa em sua próxima reunião (VASCONCELLOS), 1855, p. 11).

Nosso trabalho está disposto em três capítulos convergentes. No primeiro capítulo, onde são apresentadas genericamente as questões da terra, dos homens, e das colônias, o intuito não é pormenorizar quão vastas informações, e sim apresentar o caminho percorrido pela colônia e por seu criador, o Dr. Faivre, naquele momento histórico brasileiro, em meio à tradição fundiária construída ao longo da história do Brasil, bem como o caráter peculiar desta colônia, cujos propósitos iam além daquilo que se supõe de uma colônia agrícola.

Desta forma, apresentamos a síntese histórica sobre algumas experiências colonizadoras iniciadas no Brasil em 1812, quatro anos após a chegada da Família Real. Mas apesar do protagonismo de D. João VI, o Brasil não intensificou sua colonização, e em 1855 tínhamos aproximadamente 80 colônias apenas, com cerca de 40 mil membros, o que fazia da colônia de Faivre um lugar de destaque, pela “preciosidade” em si, de peculiar empreendimento do ano de 1847, e principalmente devido a sua estratégica localização.

Em se tratando de questões fundiárias, fizemos algumas observações sobre a legislação, sobretudo quanto à uma lei, conhecida como Lei de Terras, de 1850, aplicada a partir de 1854, e no caso da Comarca de Guarapuava, aplicada a partir de 1856, conforme atestam os registros do Vigário Antonio Braga de Araújo, que estão no capítulo final.

Para melhor compreensão do contexto de inserção da Colônia Thereza, discorreremos brevemente sobre a economia macro regional, que esteve ligada com o tropeirismo e conseqüentemente com a criação e comercialização de animais, e assim demonstramos a estreita relação entre Guarapuava e a Colônia Thereza.

São recorrentes ao longo desta dissertação as falas dos Presidentes da Província do Paraná, bem como eventuais usos de publicações oficiais de outros órgãos, que fundamentam a leitura no contexto exato das falas, e obviamente nos proporcionaram releituras esclarecedoras, uma vez observadas as realidades das respectivas épocas, pois este é um trabalho historiográfico e, portanto, a releitura do passado foi feita com a maior isenção possível quanto às influências do presente.

No segundo capítulo, são apontadas as principais causas do processo “natural” de mudanças ocorridas na Colônia Thereza, que levaram ao fim do projeto primeiro, e sua conseqüente mutação, onde a demanda por viação e a ineficiência estatal fizeram com que o gasto público não alcançasse o ideal de investimento público. Ainda neste capítulo, é possível compreender a localização estratégica da Colônia Thereza, para a Província do Paraná, e para o Império, numa época em que o Paraguai era a maior potência do Sul do Continente, e hipotética ameaça ao Brasil, que ao contrário da América Espanhola, conseguiu manter o território da antiga Colônia de Portugal sob o título de Império.

O referido processo de decadência da Colônia Thereza possui dois elementos distintos, primeiramente o desgaste da Colônia enquanto agrupamento humano, com perda da identidade original, empobrecimento, e ineficiência, e em segundo lugar a decadência institucional, quando o poder público Imperial e o poder público Provincial perderam o interesse pela Colônia, que à essa altura era a Freguesia de Therezina, um nome diminutivo sob o pretexto de elevação de categoria.

Sobre a realidade da colônia do Ivaí, por mais de uma vez veremos as narrativas de Bigg-Whiter, um engenheiro inglês que viveu na região de Tereza Cristina no início da década de 1870, e fala sobre a pobreza material, sobre o distanciamento cultural, e dos flagelos dos indígenas. Aliás, entre as vozes que buscamos ouvir, estão as dos indígenas e dos africanos, sendo que os africanos escravizados, que ao longo da pesquisa se fazem presentes, aparecem como escravas, mas nos estatutos da Colônia em questão era proibida a escravidão. Logo, admitir apenas escravas sugere um subterfúgio para não conotar escravidão, passando a sensação que a Colônia era um lugar diferente dos outros povoamentos.

São vozes públicas de brasileiros que fizeram parte da Colônia Thereza, que em muitos aspectos não era diferentemente das colônias clássicas do Brasil e de outras partes da América, especialmente no quesito violência contra indígenas e africanos, ambos escravizados e explorados ao extremo em todo o “novo mundo”.

Sem perder a conexão, o terceiro capítulo traz as vozes e as memórias do público, sem negar o mito e a história tradicional atribuída ao local, mas aludindo às demandas e as atuações do poder público do passado com as do presente, naquilo que chamamos de mudanças e permanências históricas, pois a situação atual do Distrito de Tereza Cristina não é condizente com sua história, e muito menos com sua gente, pois suas vias de acesso na atualidade estão entre as piores do Estado do Paraná, em termos de rodovias estaduais, conforme manifestações colaborativas do público, através da página do Facebook denominada História Pública Tereza Cristina.

A Página História Pública Tereza Cristina foi criada no início desta pesquisa, precisamente em 20 de maio de 2020, e seu objetivo foi buscar interação, colaboração, e divulgação com audiências múltiplas. A página é pública e visa uma reconstrução da história de Tereza Cristina através da história pública, consistindo na interação entre pesquisador e público local, bem como, com o grande público alcançado por esta mídia, que se integra com as demais mídias num efeito viral altamente benéfico para a historiografia.

Através desta página digital pessoas de vários pontos do Brasil interagiram com a história do lugar, tendo a página e a pesquisa como mediadores, e apesar da pesquisa estar

concluída nesta etapa, as descobertas e redescobertas históricas não param, por isso a página continua ativa, proporcionando audiências e experiências históricas sem limites territoriais.

A história da existência da Colônia do Dr. Faivre está cercada de “misticismos”, cujas narrativas conduzem nossa imaginação rumo a um passado de ouro, em que no sertão de mata atlântica da Província de São Paulo do século XIX, havia uma edificação onde bons homens europeus, em harmonia com seus semelhantes, construíram um local de prosperidade, justiça e igualdade. Essa narrativa não é de Utopia, a ilha imaginária de Thomas More, onde as pessoas viviam em comunidades democráticas, livres da opressão do mundo externo. A história em tela é da Colônia Thereza, de Jean Maurice Faivre, que assim como em Utopia, também teve escravos, apesar de ser narrada por vários autores como um verdadeiro projeto edênico.

Existem boas literaturas sobre a Colônia Thereza, com destaque para o livro *Saga da Esperança*, de Josué Corrêa Fernandes, além de teses, artigos e dissertações, como: *Uma utopia socialista à beira do Ivaí*, do jornalista Diego Antonelli. *Socialismo utópico na selva paranaense*, de Luiz Manfredini. *Política de Imigração e Colonização no Brasil Imperial: Um estudo sobre a Colônia Thereza Christina-PR (1847-1875)*, de Alef Guilherme Zangari da Silva, entre outros.

Mas ainda assim, a obra de Fernandes é um dos mais relevantes trabalhos, servindo de referência e crítica, muito embora este autor não seja historiador de formação, o que faz de sua vasta pesquisa, com inúmeras fontes, um trabalho menos direcionado para a história enquanto ciência, mas em termos de narrativas promove uma boa leitura.

Todavia, um dos primeiros compilados sobre a Colônia Thereza que se tem notícia, é de Thomas P. Bigg-Wither, publicado em Londres em 1878, com o título *Pioneering in South Brazil*. O livro traduzido para o português com o título “*Novo Caminho no Brasil Meridional: A Província do Paraná*,” traz importantes notícias sobre a Colônia Thereza, pois Bigg-Wither viveu cerca de dois anos na região do Rio Ivaí, com algumas passagens e estadas na antiga Colônia do médico francês, por isso suas narrativas são de grande isenção quanto às “paixões”, que podem se tornar tendenciosas nas narrativas.

A observância da obra de Bigg-Wither põe em cheque interpretações sobre a Colônia Thereza, primeiro que da sua passagem e paragem pela colônia (1872), o lugar não era mais Colônia Thereza, e sim Freguesia de Terezina. Segundo pelas narrativas feitas sobre sua gente diversificada e peculiar, com indígenas, uma escrava, e nacionais (brasileiros) Neste sentido, ler Bigg-Wither significa ampliar as possibilidades sobre o tema, especialmente sobre o fato da colônia encontrada por este pesquisador em 1872 não ser modelo de sucesso, ao contrário, à essa altura Terezina era desigual, injusta, triste, e desolada, segundo as narrativas do engenheiro.

Se por um lado as produções sobre o tema tratam-no, grosso modo, como saga, sendo a caminhada de Faivre com seus conterrâneos trazidos da França até o Porto de Paranaguá, de lá até a “terra prometida”, e posteriormente a constituição e o funcionamento da Colônia Thereza, como se fosse um local harmônico com justiça e paridade social, por outro lado existem trabalhos fantásticos relativos à colonização do Paraná, como História do Paraná: Séculos XIX e XX, de Angelo Priori. No entanto, há carência em trabalhos científicos sobre a Colônia Thereza que visem apontar os motivos de seu fim enquanto projeto primeiro, o que faz da presente pesquisa necessária para o conhecimento público dos motivos da não continuidade desta colônia.

O nome colônia genericamente conota atividades agrárias, de população composta por colonos (agricultores), mas na Colônia de Faivre a agricultura não era o principal objetivo, e nem mesmo o fato da colônia exportar alimentos para Guarapuava, não fazia desta mais necessária que outros empreendimentos similares que se instalaram no Paraná, nos próximos anos e nas próximas décadas.

A organização teórica do empreendimento era ótimo, com croqui demonstrando o planejamento urbano, estatuto com direitos e deveres bem definidos, tendo uma cláusula que não permitia aos colonos “assentados” sob a gerência de Faivre (reeditada por seu sucessor Gustavo Rumbelsperger), vender o lote para alguém que já possuísse seu pedaço de terra na colônia, mecanismo que prevenia contra o acúmulo de terras em poucas mãos, algo antagônico ao mercado e à legalidade agrária dada pela Lei de Terras, pois desta lei em diante a regra para compra de terras no Brasil seria pagar pela compra, ou provar que era dono, e esta segunda opção também foi largamente utilizada (as questões agrárias foram diretamente afetadas pela Lei de Terras, por isso brevemente utilizaremos citações acerca desta lei contidas nas obras de Ruy Cirne Lima, e Lígia Osório Silva).

Seria ingenuidade imaginarmos que o Brasil estaria à margem do mundo, que naquele momento histórico teve a Inglaterra como grande protagonista, então questões relativas à influência inglesa serão comentadas em nossas páginas, e sem perder o nexo com as relações macrorregionais, se fez necessário observarmos conexões microrregionais, especialmente com a Câmara de Guarapuava, bem como com a Província do Paraná, onde o tema integração viária e colonização dominavam as pautas.

Essa pesquisa, no entanto, surgiu da necessidade sentida por esse autor a partir de experiências práticas, enquanto professor de história no Colégio Estadual do Campo de Tereza Cristina em 2016, quando foi possível observar que no material didático ofertado pela SEED Paraná, não havia menção alguma sobre a história da Colônia Thereza, e por vezes os estudantes

demonstraram interesse sobre a história local, comprovando a necessidade que o público local sente sobre a própria identidade. É irônico, mas o monumento à memória de Faivre fica a aproximadamente 400 metros do Colégio Estadual Tereza Cristina.

Apartir desta demanda iniciaram as buscas por possíveis fontes escritas sobre o tema, bem como fontes orais, ouvindo pessoas da comunidade com o intuito de reconstruir a história que estava viva, mas adormecida e encoberta. Foram certamente as indagações do público que levaram à pesquisa que culminou em 2020, na elaboração do pré-projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Campo Mourão.

Colônia Thereza, que hoje é o Distrito de Tereza Cristina, do Município de Cândido de Abreu, apresenta enorme desigualdade social, aparentemente ainda maior que a média do município, que apesar de ser forte na produção de grãos, carne, leite, casulos, e tijolos, e outros bens de pouco valor agregado, ostenta péssimos índices socioeconômicos, não que produção de alimento, sucesso do agro etc, signifique comida e acessibilidade para todos, pois fato semelhante ocorre com o próprio Brasil, que é um dos maiores exportadores de comida do mundo, enquanto significativa proporção de brasileiros passa fome, mas essa também, infelizmente é a realidade local.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a posição de Cândido de Abreu com relação a pessoas ocupadas, em comparação aos outros municípios paranaenses, em 2019 era de número 372, dos 399 municípios do Paraná, ou seja, um dos municípios paranaenses com maiores índices de pessoas sem ocupação. O número de óbitos por 1000 nascidos vivos era de 10,26, o que lhe conferia a posição 189 entre os municípios do Estado. O índice de domicílios com esgotamento sanitário em 2019 foi de 18,09%, e as receitas oriundas de fontes externas em 2015 foram 91%. Já o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) apresentou na atualização referente ao ano de 2010, IDHM de 0.287 para Cândido de Abreu, colocando o município em posição 383, dos 399 entes estaduais. Cômico, não fosse trágico, pois a Colônia Thereza também fora pujante na produção agrícola, e em produtos com pouco valor agregado, e 175 anos depois de Faivre, seus números nos fazem lembrar do seu passado.

A história de Thereza Cristina se funde com a história de Faivre no Brasil, mas também é a história dos colonos que estiveram ao lado do médico francês, assim como é a história de muitas outras pessoas, e é a história de quem ainda hoje lá mora, o que faz desta pesquisa uma história para o público, pois é de nosso desejo que o Brasil e o mundo saibam da existência de Thereza Cristina, e que esse trabalho seja consumido pelo público local, pois a audiência local

é parte intrínseca da própria história, bem como disseminador em potencial para o grande público, nas diferentes mídias hoje disponíveis.

O aparente positivismo desta pesquisa, no sentido comtiano da palavra, deve-se ao fato de termos utilizado predominantemente documentação oficial, mas a finalidade não foi necessariamente comprovar empiricamente os fatos via documentos históricos, primeiro por sabermos que a história oficial é feita pelos detentores do poder, e em segundo lugar por se tratar de uma história dinâmica, pública na essência da palavra.

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores (LE GOFFE, 1926, p. 476).

Assim sendo, as decisões e as opiniões constantes nos documentos oficiais, que também são monumentos, seguem a ideologia estatal, mas extrair desses monumentos linguagens apagadas, encobertas, ou silenciadas, é missão do historiador. Sabemos que os monumentos são importantes para os registros históricos, mas buscamos também as versões e as vozes do outro. Bertolt Brecht nos alertou sobre a história oficial ao fazer simples reflexões como essas: “Quem construiu a Tebas das Sete Portas? Os reis carregaram as pedras? E Babilônia tantas vezes destruída; Quem a reconstruía sempre? O jovem Alexandre conquistou a Índia. Sozinho”?

Neste sentido, é oportuno refletirmos sobre o que disse Caio Prado Junior na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo "sentido". Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja (...) (PRADO JUNIOR, 1961, p. 13.)

As palavras de Prado Júnior dizem muito sobre essa pesquisa, pois o conjunto de fatos dispostos nos três capítulos desta dissertação estão separados por mera norma organizacional, mas na essência não há separações entre o conjunto dos fatos que permeiam a história da Colônia Thereza, da Freguesia de Terezina, da Colônia de Faivre, da Colônia do Ivaí, de Teresina, ou do Distrito de Tereza Cristina. Nomes diferentes, datas diferentes, mas o mesmo local, muito embora modificado pela fluidez do tempo.

Ou seja, sobre o criador da Colônia Thereza existem trabalhos divulgados, Faivre enquanto profissional da saúde dispensa comentários. Que ele foi uma figura ímpar não há dúvidas, e que seu projeto foi grandioso também dispensa julgamentos, pois seu nome está eternizado na Academia Brasileira de Medicina. Todavia, com relação ao “espírito” do empreendimento pairam indagações, e nossa pesquisa apontará possíveis interesses nacionais em sua colônia, sugerindo que Faivre foi um “agente” do Império numa missão de Estado. De fato, esta pesquisa mira na decadência da “criatura”. O que teria levado a Colônia Thereza ao fracasso, sendo esta colônia um local de enormes expectativas provinciais e imperiais?

Quem melhor responde nossa pergunta central são os engenheiros Killers, que figuram entre as personalidades internacionais que navegaram o Ivaí no século XIX, a serviço de sua majestade, o Imperador do Brasil D. Pedro II, ambos em pesquisas de interesse nacional, sendo Thomas Bigg-Wither, Francisco e José Killer. Aliás, é oportuno mencionar, que o projeto em que o Plantageneta (Bigg-Wither) estava inserido em 1872 tinha o mesmo propósito do projeto confiado aos Killers, integrar o Atlântico ao Pacífico, no caso de Bigg-Wither o projeto era ferroviário, pois em 1872-75 a segunda Revolução Industrial estava em consolidação, e a Inglaterra exportava tecnologia, máquinas, e acima de tudo seu modo de produção, que consistia em mão de obra “livre”, e os motores a vapor eram as grandes locomotivas, literalmente, na indústria, na navegação, e no transporte ferroviário.

O Imperador do Brasil ao investir em pesquisa viária demonstrava conhecimento sobre economia mundial, pois a infraestrutura dos países refletiria em suas balanças comerciais. Na economia já dominante de seu tempo, a competitividade diria quem teria vantagens na economia e no mercado mundial.

CAPÍTULO 1

PRÁTICAS FUNDIÁRIAS E COLONIZAÇÕES: O CASO DA COLÔNIA DO DOUTOR FAIVRE.

1.1 COLÔNIAS E COLONOS NO BRASIL: TERRA E HOMEM.

“A terra atrai o homem, chama-o para o seio fecundo; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatá-o, afinal, irresistivelmente na correnteza dos rios (CUNHA, 1984, p. 38)”.

Esta frase é de Euclides da Cunha na clássica obra *Os Sertões*, mas poderia ser referente à Colônia Thereza em meio aos sertões do Brasil meridional do século XIX, nos caminhos percorridos por Jean Mauricio Faivre e Thomas Bigg-Whiter.

O fluxo imigratório para o Brasil a partir do Século XIX destinava-se predominantemente à zona rural, e esses indivíduos ficaram conhecidos como colonos, termo de origem latina, que designa agricultor. As experiências brasileiras com a introdução de colonos estrangeiros remetem a época do Brasil Colônia (1500 – 1822), e seguiram com outros governantes, chegando ao grande fluxo imigratório da segunda metade do século XIX, adentrando ao século XX.

Em termos de colonização no Brasil, Clemente Brandenburger fornece valiosas informações. Brandenburger foi historiador, médico, jornalista, antropólogo, e doutor em filosofia. Nascido na Alemanha em 1879, naturalizou-se brasileiro, permanecendo no Brasil até sua morte, em 1947. Uma das obras mais conhecidas de Brandenburger é *O Descobrimento do Brasil Por Vicente Yáñez Pinzón*, mas sua produção literária é vasta, e incluiu artigos para o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), sendo ele um de seus membros correspondentes.

Tem-se celebrado, nestes últimos anos, dois centenários que dão testemunhos dos esforços, tanto de D. João VI, quanto de D. Pedro I, neste sentido: Comemora-se em 1919 o centenário da chegada dos primeiros colonos suíços destinados a Nova Friburgo, e em 1924 dos primeiros imigrantes alemães para a colonização do Rio Grande do Sul. Precederam, de resto, a essas duas tentativas, geralmente conhecidas, algumas outras cujas memórias se apagou: em 1812 fundou D. João, então ainda Príncipe-regente, com ilhéus dos Açores, a Colônia Santo Agostinho (Viana), no Espírito Santo; em 1817 colocou trabalhadores chineses, na Real Fazenda de Santa Cruz, com o fim de introduzir ali a lavoura de chá; em 1818 estabeleceu na Província da Bhaia as colônias alemãs de Leopoldina e S. Jorge dos Ilhéus (BRANDENBURGER, 1925, p.481).

Portanto, a introdução de colonos europeus no Brasil remonta aos tempos do Brasil Colônia, e o que distingue um momento do outro são as políticas públicas, e os interesses

particulares e econômicos. Segundo o autor a seguir, em publicação da Revista Brasileira de Geografia, edição de junho de 1949, a colonização no Brasil estava sendo um problema.

De cem anos passados para cá, desde que a importação de escravos da África foi proibida por lei, a colonização tem sido considerada um dos problemas fundamentais do Brasil. Nestas condições, seria de esperar uma rica bibliografia sobre colonização e de presumir que todos os fatos sobre ela fossem bem conhecidos. Entretanto, não é esse o caso. É verdade que muito se tem escrito, especialmente em alemão - tanto na Alemanha como no Brasil - sobre colônias individuais e sobre alguns aspectos gerais da colonização. Mas a maior parte desta literatura é de caráter popular e carece de fundamento científico. Os autores brasileiros que têm escrito sobre colonização estão freqüentemente mais interessados no problema: "devemos colonizar ou não?" ou "devemos estimular a imigração ou não?" do que realmente no processo da colonização em si. Contudo, a menos que todos os fatos relativos à colonização sejam conhecidos e representados de maneira objetiva, nem o governo nem o público poderão formar uma idéia clara sobre esse magno problema nacional (WAIBEL, 1949, p. 159).

Leo Waibel foi um dos principais geólogos alemães do século XX e exerceu grande influência na geografia agrária brasileira, graças às suas pesquisas no país entre 1946 e 1950. Suas palavras parecem atuais, mas aqui não trataremos o assunto como magno problema, antes buscaremos compreender a Colônia do Ivaí em meio à colonização. Waibel fala em colônias individuais e aspectos gerais, e isso serve de pista sobre a Colônia de Faivre, que neste sentido pode ser classificada como colônia particular, apesar da denominação ter se tornado genérica aos colonos assentados a partir de iniciativas governamentais, enquanto os colonos que vinham por conta própria poderiam ser chamados de colonos oficiais. Todavia, o termo particular, aqui está sendo aplicado para conceituar o empresário que por iniciativa própria investia numa colônia, como Faivre o fez. Quanto ao caráter popular da colonização, tal sentença perdura, sendo que colonização é também assunto do senso comum, algo que soa natural aos nossos ouvidos, mas quando pensamos no que realmente foi à colonização dos séculos XIX e XX, nem sempre encontramos a melhor definição, afinal não existiu apenas um formato de colonização.

Em contraste com os Estados Unidos, no Brasil quase não houve colonização espontânea. Logo, desde o princípio até hoje, a colonização no Brasil tem sido sempre organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém: pelo governo federal, das províncias ou estados, e dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras individualmente. Por conseguinte, os métodos aplicados e os resultados alcançados diferem muito, de acordo com o tipo de colonização (WAIBEL, 1949, p. 168).

A partir da explanação geral de Waibel, que era um especialista em colonização, é possível buscar maiores entendimentos sobre a Colônia Thereza, que não foi um projeto puramente estatal, e nem de empresa colonizadora, mas de iniciativa particular, conforme atesta o relatório do presidente da Província do Paraná, André Augusto de Pádua Fleury, apresentado à Assembléia Provincial em 1865, fazendo referência à colônia de Faivre.

Foi, em sua origem, um estabelecimento meramente particular pertencente ao Dr. João Mauricio Faivre, cidadão notável pela sua inteligência e pelos elevados sentimentos de humanidade até a abnegação. Ahi consumiu este estrangeiro uma pequena fortuna, que acumulara; e findou seus dias no louvável empenho de regenerar o homem pelo trabalho, longe da sociedade e da perniciosa influencia da escravatura (FLEURY, 1865, p. 64).

Resta comprovado que a Colônia Thereza foi um empreendimento de iniciativa privada, e ao descrever as características de Faivre o presidente da província definiu este empreendimento como missão de um homem determinado em melhorar o ser humano pelo trabalho.

Em todos os relatórios de governo a partir de 1853 o tema colonização é tratado com grande interesse, e em alguns casos o tema imigração também foi abordado com ênfase. É nesta perspectiva que o presidente Venâncio José de Oliveira fará suas ponderações.

Emigração: Sendo esta província uma das mais favoráveis pela natureza, que a dotou de fertilíssimos terrenos, regados por majestosos rios e ribeiros, tendo um clima variado, adaptado a todas as plantações e nas condições exigíveis para receber a imigração europea, não tem pedido, apesar de todas essas vantagens, atrahir um numero avultado de imigrantes (LISBOA, 1873, p 43).

A mensagem do Presidente da Província do Paraná, de 15 de Fevereiro de 1872 é padrão. O início das mensagens nos relatórios de governadores da província costumavam ser com essas palavras, o fato é que havia consciência da necessidade estatal em melhorar a infra-estrutura da província, como parte dos atrativos para o sucesso da colonização. Sucesso que poderia ter sentidos variados, o que era sucesso para o governo, para o colono poderia ter outro sentido, e para o proprietário que tivesse no colono estrangeiro os braços em substituição do braço do escravo, poderia ter ainda outro sentido. Mas havia concorrência por esses braços, e os Estados Unidos era o maior dos concorrentes, conforme transparece Lígia Maria Osório Silva.

Tendo em vista essa situação, não é espantoso que no Brasil em 1855 existissem apenas cerca de 80 colônias de imigrantes agricultores, cuja população total era de apenas 40 mil pessoas; mais ou menos o mesmo número de pessoas que costumava migrar para os Estados Unidos num trimestre (SILVA, 2008, p. 145).

Os Estados Unidos foram de longe um dos destinos preferidos pelos imigrantes, mas não por acaso. A autora explica que por muito tempo, até 1854, a terra nos Estados Unidos era mais barata, e as medições também, e em 1854 houveram significativas mudanças, que ampliaram a vantagem estadunidense quanto a já injusta concorrência com o Brasil, em termos de atrativos aos imigrantes.

Nos Estados Unidos, promulgou-se em 14 de Agosto de 1854, a Lei chamada de Preços Graduados. Suas disposições objetivavam evitar que as terras públicas deixassem de passar ao domínio particular por causa do preço. Segundo essa Lei, as terras que houvessem entrado em hasta pública, sem obter comprador durante 10 anos, podiam, então, ser vendidas a 1 dolar o acre; no fim de 15 anos, a 75 cents; no fim de

20 anos, a 50 cents; no fim de 30 anos, a 12,5 cents. A lei exigia apenas que o comprador se estabelecesse efetivamente na terra, ou que a anexasse a outro estabelecimento que já possuísse, e que ainda não tivesse comprado 320 acres de terras públicas (SILVA, 2008, p. 162).

Além de terras mais baratas, os Estados Unidos ofereciam garantias básicas por conta de sua Constituição liberal, inclusive. O fator protestante também pesava em favor dos Estados Unidos, pois o Brasil era um país com estrita ligação administrativa com a Igreja Católica, enquanto os Estados Unidos eram liberais em termos religiosos, sendo que o público imigratório, na maioria dos casos era protestante, algo familiar com a origem deste país. Todavia, o Brasil fazia esforços para ser mais atrativo aos pretensos colonos, e neste sentido recorremos ao relatório do Presidente Provincial do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcellos, de 1854, que em outras palavras, demonstra os esforços brasileiros para conquistar imigrantes.

Sucede, porem, que o governo imperial, compenetrado da necessidade de distribuir com preferência os seus auxílios e favores com as empresas de colonização, que se propuserem povoar terras devolutas compreendidas na zona de 10 leguas nos limites do império com paízes estrangeiros, no regulamento, que expedio com data de 30 de Janeiro ultimo e n. 1318, declarou, em o ar. 85, receber propostas de empresários no sentido que acabo de expor, sob as bases: 1ª da concessão de 10 leguas em quadro, ou o seu equivalente, para cada colonia de mil e seis centas almas, sendo as terras e cultura e quatro centos sendo campos próprios para a criação de animaes ; 2ª de hum subsidio para ajudada empreza, que será regulada diante das dificuldades que Ella offerecer (VASCONCELLOS, 1854, p. 55).

Haviam regramentos quanto ao preço e medidas dos lotes, regramentos que as províncias deveriam executar, convergindo regras provinciais com a lei geral do Império.

Estava o governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta pública ou fora dela, como e quando julgasse conveniente. Os lotes mediriam 500 braças de lado (121 há). O preço da terra variava dentro dos seguintes limites: meio real e dois réis por braça quadrada, segundo a quantidade e situação dos lotes (SILVA, 2008, p.155).

Verifica-se, portanto, que o governo imperial fomentava a imigração, e muito em virtude da Lei de Terras, que contribuiu para tal, e cada vez que um novo colono chegava ao Brasil nas novas colônias, há de se supor que as colônias mais antigas perderam protagonismo. Neste sentido, vejamos um Artigo da Lei de Terras:

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do thezouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias nos logares em que essas mais convierem, tomando antecipadamente as medidas necessárias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem (LEI 601/1850. Portal da Camara dos Deputados, 2021).

A Lei de Terras teve prós e contras, pois legitimou ações das sesmarias e das posses, mas o Estado brasileiro precisava de normalidade jurídica no campo, e a colonização que se tornou um grande negócio seguiu beneficiando alguns, em detrimento de outros. Neste sentido, vimos na Inglaterra um exemplo sobre o efeito das “leis das terras” (Enclosure Acts), conforme

descreve o historiador E. P. Thompson, em *Costumes em Comum*.

É difícil pensar numa expressão mais pura da racionalidade capitalista, em que tanto o trabalho como as necessidades humanas desaparecem de vista, e em que a “justiça natural”, dos lucros se tornou uma razão perante a lei. Nos argumentos de *Steele vs Hougehton et Uxor*, vemos exposta com inusitada clareza, a cumplicidade da lei com a ideologia da economia política, sua indiferença às reivindicações dos pobres e sua crescente impaciência com os direitos de uso coincidentes sobre o mesmo solo. Como disse Loughborough: “a natureza da propriedade [...] implica desfrute exclusivo”. E como o desfrute poderia ser exclusivo, se não tivesse à sua disposição o poder de excluir do espaço físico da propriedade as insolentes camadas mais baixas? (THOMPSON, 1998, p. 116-117).

Não se trata de modelos similares, pois nem mesmo a temporalidade é a mesma, e sim a relação em termos econômicos daqueles que legitimaram a propriedade da terra, na Inglaterra e no Brasil, daí a reflexão, haja vista, que os reflexos ingleses no Brasil com relação ao modelo econômico dominante no século XIX, durante a vigência da Colônia Thereza, também precisam ser observados, e assim como na Inglaterra, uma das primeiras organizações burocráticas do Estado brasileiro foi documentar as terras. Como aplicar o liberalismo econômico sem propriedade particular e “sagrada”?

O processo de cercamento dos campos ingleses avançou a partir do século XVI, e como a Inglaterra protagonizou as maiores transformações no mundo do trabalho e da economia, nas idades moderna e contemporânea, a Lei de Terras foi reflexo do modelo econômico inglês que o Brasil das contradições estava adotando. Escravidão e liberalismo econômico ao mesmo tempo, essa era a maior contradição brasileira.

“Por outro lado, a colonização transformara-se num grande negócio, cujo objetivo principal era proporcionar lucro às companhias que se formavam para vender terras aos imigrantes e colocá-los nos lotes comprados (SILVA, 2008, p. 205)”.

No Brasil, o controle das terras estava sujeito às falhas, inclusive porque o corpo burocrático do Estado não era suficiente para desempenhar todos os trabalhos de regularização fundiária, dando maior margem para toda a sorte de descaminhos em prol de poucos. Sendo que um dos intuitos da legislação era separar o público do privado, enquanto o objetivo de muitos brasileiros era documentar terras em seus nomes, e de certa forma a lei contemplou os dois casos. Sobre a documentação fundiária em 1870, explana o Presidente da província do Paraná, Antonio Luiz Afonso de Carvalho.

Sobem já a 181,500,000 braças quadradas as terras do domínio nacional medidas nesta província. A despeza com a legitimação e revalidação de terras de domínio particular importou no anno findo apenas em 1:199 \$ 600. Tenho restringido muito esse favor aos termos prescriptos na ordem, que o concede, parecendo-me, que muitos abusos se podem dar e que somente à vista de provas inconcussas das condições necessárias, devem ser atendidas as solicitações dos proprietários. Ainda não está organizado o registro geral das terras da província por falta de pessoal suficiente. (CARVALHO, 1870, p. 36).

A legitimação, grosso modo, era obtida a partir da comprovação que determinado terreno fora obtido por meio de sesmaria ou de posse, e se neste terreno havia cultivo, ou atividades econômicas afins. Uma vez comprovado, aquele proprietário faria jus à legitimação, e normalmente antes da escrituração o terreno era registrado na paróquia.

Faivre morreu num momento em que a realidade no universo da colonização brasileira era muito diferente de quando ele adquiriu e edificou a Colônia Thereza. As coisas caminharam rápido em meados do século XIX, em aproximadamente onze anos a realidade nacional em termos de leis fundiárias tornou-se mais eficiente no sentido de garantir a propriedade privada, e também com maiores incentivos aos imigrantes, bem como maior desenvolvimento em outras regiões da província, com estradas em melhores condições, e tudo isso corroborava para o isolamento de Thereza Cristina, no entanto desafiando a lógica comercial, Faivre e sua colônia resistiam.

1.2 . A Colônia particular de Faivre e outras colônias de seu tempo.

Em, Os Quadros da Academia Nacional de Medicina e Suas Histórias, de autoria do então presidente da entidade, Dr. Francisco José Barcellos Sampaio, lançado em 2016 pela editora da Academia Nacional de Medicina, está uma síntese sobre o fundador da Colônia Thereza.

Jean Maurice Faivre (Combe Rallard, Jura, França, 21 de setembro de 1795 - Colônia Teresa Cristina, Paraná, 30 de agosto de 1858). Foi um médico naturalista e maçom e formou-se pela Faculdade de Paris, chegando ao Rio de Janeiro em 1826, onde se dedicou ao exercício destas atividades (SAMPAIO, 2016, p. 27).

Portanto, Faivre realmente era Francês, médico, exerceu a medicina no Rio de Janeiro, e faleceu na Colônia Thereza em 1858. O fundador da Colônia Thereza desenvolveu laços de confiança com o mais alto poder da época, e com personalidades, como o Barão de Antonina, a Imperatriz do Brasil, e o Próprio Imperador, e neste rol de prestigiada posição, fez parte da fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, hoje a Academia Nacional de Medicina, uma das mais prestigiadas instituições brasileiras.

Exerceu a profissão na França até os 30 anos. Mudou-se para o Brasil em 1826, e trabalhou no Hospital Militar da Corte, conquistando grande prestígio. Atuou como médico particular da Imperatriz Tereza Cristina, foi educador, sociólogo, filósofo e socialista. Em junho de 1829 participou da fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro que, 60 anos depois, passaria a se chamar Academia Nacional de Medicina. Fundador da Colônia Tereza Cristina, no Paraná, foi amigo do Barão de Antonina, de Dom Pedro II, da Imperatriz Teresa Cristina e de Gustave Rumbelsperger (naturalista francês que participou da fundação da Colônia Tereza Cristina). Foi o idealizador da Comissão de Atendimento Gratuito aos Pobres, entre outros. (SAMPAIO, 2016, p. 27).

Jean Maurice Faivre, enquanto intelectual e profissional de saúde, dispensa maiores apresentações, mas neste trabalho a decadência de sua criação e toda a dinâmica em torno de sua colônia é nosso objetivo maior. Não faremos juízos de valores ao Faivre, apenas buscaremos compreender como foi, o que representou, o que ainda representa, e como acabou este empreendimento sobre o qual haviam tantas expectativas.

Quando do falecimento de Faivre, assumiu Gustave Humbelsperger, que teria sido um naturalista renomado, e sobre este importante personagem falaremos com maiores detalhes adiante, pois nessa história Humbelsperger assumiu o lugar do personagem central.

Da totalidade de franceses que acompanhavam Faivre, a maioria não era agricultor, ou colono, sugere o escritor Josué Correa Fernandes (anexos).

As profissões seriam das mais variadas, como carpinteiros, jornaleiros, forneiros, marceneiros, médico, professor, tecelões, “proprietários”. O termo proprietários, sugere pessoas com algum recurso financeiro, mas o número de agricultores era pequeno, fato antagônico, em se tratando de uma empresa agrícola.

A composição dos “colonos” de Faivre era heterodoxa e permite levantar algumas hipóteses, que vai de escolha criteriosa para formar uma sociedade autossustentável, onde dispunha de vários ramos profissionais necessários para a vida e o intelecto, até dificuldades no recrutamento, tendo que trazer quem se dispunha encarar a viagem e o “novo mundo”.

O fato é que a Colônia Thereza, ou Freguesia de Therezina, deixou de ser colônia em 17 de agosto de 1874, conforme atesta o presidente da província do Paraná, Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, quando informava o número de colonos por colônia da província, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1875.

Quanto a colônia Thereza, também não possuo os convenientes esclarecimentos. Extinta por aviso de 27 de Agosto por não contar um único colono e portanto devolvida ao regime comum não me foram apresentados nem requisitei informações a respeito (ABRANCHES, 1875, p.27).

A questão sobre as intenções de Faivre não nos cabe interpretar, mas o protagonismo da Colônia Thereza é inegável, sendo ela a segunda colônia de estrangeiros do Paraná, então 5ª Comarca de São Paulo. A primeira foi a Colônia do Rio Negro, de 1829, daí a referência na mensagem do presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, de 15 de julho de 1854, quando tratou do tema colonização, tema recorrente nas mensagens e relatórios de governo que perduraram até as primeiras décadas do século XX.

“Há na marinha huma colônia de imigrantes e outra no interior da província. A primeira,

estabelecida a 2 anos, como sabeis, por Ch. Perret (VASCONCELLOS, 1854, p 53)”.

Ch. Perret é Charles Perret, cônsul da Suíça no Rio de Janeiro que em 1852 fundou a Colônia de Superaguy, na ilha paranaense de mesmo nome. Portanto, em 1854 haviam duas colônias estrangeiras, Superaguy no litoral, e Thereza no interior da província do Paraná. Na longa mensagem, o presidente da província descreve negativamente a empresa de Perret.

“Está se vendo que a Colonia de Superaguhy he menos huma colonia, propriamente dita, do que hum núcleo ou huma esperança de colônia (VASCONCELOS, 1854, p 54)”.

Vejamos como muda o discurso de Vasconcellos ao tratar da Colônia do Ivaí, inclusive revelando planos de integração viária através do rio que margeia a colônia, bem como nas potencialidades em recursos minerais, conotando pretensões estatais positivas relacionadas ao empreendimento do empresário João Mauricio Faivre. A questão da navegabilidade do Ivaí permeia nossa história em termos positivos, de esperança, e em termos negativos também, como ilusões e frustrações.

Outra vantagem, realmente incontestável, da colônia Thereza he estar collocada à margem de hum rio navegável que se lança no Paranã quasi em face da embocadura do Yvinheima do Mato-Grosso, oferecendo assim uma cômoda via fluvial, por onde, no presente não, mas hem um futuro talvez pouco remoto, para aquella província, he possível fazer não só remessa de quaesquer objetos do governo ou de particulares, mas fornecimento de sal, que com profusão são capazes de produzir aquelles lugares, que abundam conforme a noticia do mesmo dr. Faivre em minas de sal-gemma de que pode-se tirar puro chloureto de soda para abastecer toda a Província de Mato-Grosso, e parte das províncias vizinhas (VASCONCELOS, 1854, p 57).

Cabe ressaltar, que a colônia alemã de Rio Negro, fundada pelo Barão de Antonina, é considerada a primeira colônia estrangeira do Paraná, mas em 1854 o presidente Vasconcellos não incluiu Rio Negro entre as duas colônias estrangeiras existentes, deixando o protagonismo colonial do momento para a colônia francesa de Faivre. Sobre a Colônia de Rio Negro, o escritor João Carlos Vicente Ferreira, citado na página História Pública Tereza Cristina, na obra o Paraná e seus Municípios, fez importantes apontamentos.

Na travessia do Rio Negro, quando o caminho começava para o sul a percorrer a mata, originou-se um povoado chamado Caela da Mata, do qual surgiram os atuais municípios de Rio Negro, no Paraná e Mafra, em Santa Catarina. Aí foi iniciado, em 1829, o primeiro núcleo de colonização por imigrantes alemães introduzidos em território paranaense (FERREIRA, 1999, P.43).

Ferreira, que é descendente de pioneiros da Colônia de Faivre, é escritor e historiador, membro da Academia Mato-Grossense de Letras, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, e é autor de várias obras sobre os estados de Mato Grosso e Paraná.

Ainda a respeito da Colônia do Rio Negro, não enumerá-la como colônia estrangeira, conforme fez o presidente da Província em 1854, deve-se ao fato de sua descaracterização. Isto é, enorme rotatividade de colonos, incluindo substituição dos alemães por brasileiros, conforme

transparece Vasconcellos. Mas a colônia de Faivre também perdeu a esmagadora maioria dos membros originais, restando apenas 12, em 1858, e mesmo assim não perdeu o prestígio, tamanha a moral do fundador, e/ou expectativa do poder público quanto ao retorno esperado daquele empreendimento, que notadamente não era apenas de iniciativa particular.

Essa colônia dispersou-se por diversas partes, confundindo-se os allemaes, que ali ficarão no Rio-Negro, com a população do paiz, não, todavia, sem proveito do lugar, à que dão o exemplo do amor do trabalho, e a vantagem dos productos, que levão ao mercado (VASCONCELLOS, 1854, p. 59).

Quanto ao protagonismo de Faivre em colônias de iniciativa particular, Brandenburger não deixa dúvidas, e explica que a partir de 1831 as províncias tiveram o direito de participar da promoção da colonização estrangeira.

“No Paraná a primeira colônia particular foi a de Santa Thereza, do Dr. J. M. Faivre, fundada em 1847 e restabelecida em 1852 (BRANDENBURGER, 1925, p. 486)”.

Restabelecida em 1852 devido ao investimento provincial feito neste ano, que de fato reestruturou a colônia, sobretudo na questão da segurança pública, prova da aposta estatal no empreendimento sob direção de Faivre. Sem perder o foco sobre os modelos e as iniciativas colonizadoras, sigamos com o raciocínio.

Pelo Acto Adicional de 12 de agosto de 1834, cuja tendência, como se sabe, foi descentralizadora, outorgou-se às províncias, entre outros, o direito de promover e fomentar, de cooperação com o Governo central, a colonização estrangeira. Foi o Governo de Santa Catarina o primeiro a aproveitar-se desta nova faculdade, inaugurando no ano imediato a Colônia de Itajahy-Mirim, e promulgando a Lei Provincial de colonização de 15 de julho de 1836, com o Decreto Aditivo de 02 de maio de 1837 (BRANDENBURGER, 1925, p. 482).

O Ato Adicional citado por Brandenburger, de certa forma reedita a colonização, embora timidamente. Neste sentido, a professora Lígia Osório Silva, já citada anteriormente, na obra Terras Devolutas e Latifúndios, explica que a política de imigração havia perdido força no final do governo de D. Pedro I.

“A lei orçamentária de 1830, que proibia despesas com a colonização, teve naturalmente por efeito estancar esse processo. Com isso findou o primeiro período de colonização (SILVA, 2008, p. 144)”.

Apesar do Ato Adicional de 1834, as províncias não tinham o peso político e nem as mesmas condições financeiras dos cofres federais (imperiais), para bancar projetos colonizadores, assim as iniciativas individuais com ou sem participação das províncias contribuíram para a colonização estrangeira.

“A primeira colônia de iniciativa individual é também santa-chatarinense: O Núcleo D. Affonso, ou Nova Itália, fundado em 1836 por Schutel e Demaria (BRANDERBURGER, 1925,

p. 486)”.

Não somente Santa Catarina teve iniciativas particulares no processo imigratório mas, grosso modo, a falta de infra-estrutura ao imigrante pode ter contribuído para o tímido sucesso dos empreendimentos, que na maioria das vezes resultou em deserções dos colonos rumo a outros núcleos habitados, muitas vezes em outras províncias, e Santa Catarina perdeu colonos, sobretudo para o Paraná.

Outras Províncias seguiram o exemplo da de Santa Catharina, mas faltava-lhes a todas os fundos necessários e a prática colonizadora, condições indispensáveis para o implemento da imigração recrutada, de modo que em todo o período da Regência, o número de imigrantes europeus não passou de 2.569, ao passo que de 1818 a 1830, tinham chegado 9.455 pessoas. Além disso, as comoções intestinas, que durante a Regência agitavam o país de Norte a Sul, não serviam de incentivo aos imigrantes europeus que preferiam ir aos Estados Unidos, acessíveis por viagem mais curta, barata e commodada, e não acossados pelo temporal da guerra fratricida que durante um decênio assolou o Sul do nosso paiz (BANDERBURGER, 1925, p. 482).

A colonização não estava dando os resultados esperados, e as autoridades brasileiras e provinciais gradativamente estavam aperfeiçoando o processo. A colonização ganhou posição de política pública, principalmente a partir da Lei de Terras, e empreendimentos anteriores serviram de exemplos a não ser seguidos. Neste contexto podemos considerar a Colônia Thereza como um caso de sucesso relativo apenas, pois em termos de prosperidade enquanto colônia agrícola e assentamento humano, não obteve êxito.

A análise de experiência acumulada nesses anos de colonização leva a crer que muito era prometido aos colonos e pouco era cumprido. Os núcleos eram geralmente situados em locais distantes, sem meios de comunicação adequados e sem apoio administrativo necessário. As companhias de colonização, na ganância de garantir seus lucros, não tinham muitos escrúpulos no cumprimento dos contratos e a fiscalização do governo era, no mínimo lenta (SILVA, 2008, p. 144-45).

Recorrendo ao relatório do presidente da província do Paraná, José Francisco Cardoso, de 1º de março de 1860, observamos especificidades que conotam política estatal quanto à colonização.

Entre os dous systemas reconhecidos para facilitar a vinda de colonos, é sem contestação preferível o da imigração espontânea: a lei de 18 de Setembro de 1850 assim o visou, ordenando a demarcação dos terrenos de modo a extremar o domínio público do particular (CARDOSO, 1860, p.60).

A referida lei de 1850 é a Lei de Terras, que de certa forma contribuiu com a imigração. Quanto aos dois sistemas de imigração reconhecidos, o outro era a escravidão, pois esta narrativa é de 1860, e a abolição da escravidão é de 1888. Portanto, a implantação de colonos era parte preponderante para o fim da escravidão que fatalmente chegaria.

Na nossa província, sobretudo, onde abundam as terras devolutas, fora loucura tentar a colonização por parceria ou salário. Mas nem aquella mesmo, que acharia aqui a maior facilidade e expansão, pode ainda desenvolver-se convenientemente. Lutando contra os obstáculos que por toda a parte se notam, o colono Europeu não nos demanda

sem que lhes sejam previamente dispostos os meios de recebe-lo (CARDOSO, 1860, p.61).

Ainda no contexto da Colônia Thereza, algo que não podemos esquecer é a criação da Província do Paraná, no dia 29 de agosto de 1853, quando o imperador Dom Pedro II sancionou o projeto que criava a nova província, que no dia 19 de dezembro empossou o baiano Zacarias de Góis e Vasconcellos como seu primeiro presidente. Em 21 de março de 1855, com pouco mais de um ano de existência da província, seu presidente publicou a Lei nº 9, que estabelecia normas para a imigração estrangeira. Claro que a legislação provincial precisava se adequar à legislação imperial.

Art. 1º Fica o Governo autorizado a emigração de estrangeiros para essa província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre attrahir, os colonos e demais estrangeiros que já se acham em qualquer das províncias do Brasil (VASCONCELLOS, 1855, p 13).

Os governos provinciais tinham atribuições e obrigações com a imigração e distribuição da terra, principalmente a partir da regulamentação da Lei de Terras, através do Decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854.

Antes de prosseguirmos com a questão fundiária, é preciso fazer uma breve observação sobre a imigração. A situação do imigrante era precária no geral, tendo o caso Ibicaba em São Paulo como grande expoente negativo para a imigração brasileira, pois na Fazenda Ibicaba do senador Vergueiro houve uma grande revolta de imigrantes, sobretudo suíços, cujos relatos chegaram na Europa, servindo de alerta aos países, e consequentes esforços brasileiros para profissionalizar a imigração.

Dito isso, é preciso esclarecer que o imigrante era considerado forte e necessário para a composição nacional, pois trazia conhecimentos acumulados em agricultura, e nas mais variadas áreas. No século XIX as teorias racistas estavam em vigor, então no imaginário dos “donos do poder” era fundamental trazer cristãos brancos para o Brasil avançar. Esse era o sentimento e a necessidade admitida na época, então havia uma troca, se o europeu precisava de terras e liberdade para reconstruir a vida, o Brasil precisava de sua presença qualificada.

1.3 Efeitos da regularização fundiária nos caminhos do gado da província do Paraná.

“O regulamento definia as atribuições e competências da Repartição Geral das Terras públicas criadas pela lei de 1850 (SILVA, 2008, p. 181)”.

Quando falamos em colônias de agricultores, não podemos esquecer que proporcionalmente as terras destinadas aos colonos eram irrisórias frente aos latifúndios, sendo

que grandes propriedades de terras faziam parte da cultura fundiária brasileira, e as grandes áreas particulares estavam destinadas predominantemente à criação de gado vacum, ou outros animais, enquanto a colonização abrigava pequenas propriedades.

“Era fácil, relativamente, fundar uma fazenda ao longo da estrada para São Paulo, bastava ter capital suficiente, coisa que não distinguia os habitantes de Curitiba (FERREIRA, 1999, p. 41)”.

Faivre, portanto estava inserido num universo dominado por pessoas influentes e poderosas, cujas fazendas estavam ao longo dos caminhos da grande região dos Campos Gerais, e dos Campos de Guarapuava.

“O preposto e alguns escravos tomavam posse da terra, colocavam nela algumas cabeças de gado e, depois, alegando posse, pediam a sesmaria (FERREIRA, 1999, p. 41)”.

A ênfase no sistema de aquisição de terras se faz necessário para dimensionarmos a resiliência que colonos e colônias tiveram para sobreviver em meio ao outro, que neste caso era o latifundiário, numa época de coronelismo, em que boa parte dos grandes proprietários rurais possuíam patentes militares, e faziam parte da Guarda Nacional.

Se as sesmarias foram verdadeiros latifúndios, como os que, no dizer de Plínio, haviam de perder a Itália “mais extensas, porém – no dizer de Ribas –, ainda eram as posses, cujas divisas os posseiros marcavam de olho nas vertentes, ou onde bem lhes aprazia” (LIMA, 1990, p. 58).

Sesmaria era o sistema pelo qual a Coroa Portuguesa distribuía terras na então Colônia Brasil. Naturalmente que da chegada de Faivre para edificar sua empresa em 1847, o sistema de sesmarias já não vigorava no Brasil, mas a questão da terra estava em ebulição, sendo definida somente pela Lei de Terras. Neste ínterim, 1822 – 1850/54, o acesso à terra se deu por posse sobre as terras “devolutas”.

Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa corrente entre nossos colonizadores, e tais proporções essa pratica atingiu, que pode, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legitimo de aquisição do domínio, paralelamente a principio, e, após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime das sesmarias (LIMA, 1990, p. 51).

Ruy Cirne Lima, professor e jurista brasileiro, é autor de *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*, obra que contribui para nossa compreensão quanto às sesmarias, posse, e terras devolutas, dentro da cultura fundiária brasileira, conforme contribuem os apontamentos de Lígia Osório Silva.

Fazia-se uma petição ao capitão-mor, este remetia o pedido a Câmara Municipal do distrito para que investigasse se a área solicitada era devoluta ou não; em caso afirmativo, o juiz de sesmarias mandava medir e demarcar a terra e entregava a carta de sesmarias (SILVA, 2008, p. 75).

O termo terra devoluta, segundo Silva, sugere terra sem uso, terra que não está

produzindo. Em Portugal o termo era designado para áreas que a coroa havia retirado de senhores que não plantavam e nem arrendavam, mas no Brasil a denominação tornou-se genérica para terras sem uso, sendo que a presença dos indígenas na terra era desconsiderada.

“A Lei de 1850, portanto, não se voltava unicamente para o passado. Pelo contrário, a sua face importante é, precisamente, a que olha para o futuro (LIMA, 1990, p. 67)”.

Em síntese, as definições aqui apresentadas sobre os modos de obtenção da terra no Brasil, de sesmarias e posses até 1822, e somente posses de 1822 até 1850/54, objetivam contextualizar o empreendimento de Faivre, que comprou a terra da sua colônia numa época em que esta poderia ser conquistada por posses, não obstante, nos anos seguintes seu empreendimento concorreu com o aperfeiçoamento da colonização, enquanto sua colônia continuava no isolamento viário.

Ainda no ano da morte de Faivre (1858), o presidente da província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, no relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro daquele ano, demonstrava otimismo com a Colônia Thereza.

“A vista das informações prestadas pelo director desta colonia, o Dr. João Mauricio Faivre, bem conhecido por voz, tanto por sua ilustração, quanto pelas virtudes que o distinguem, vai Ella em progresso (MATTOS, 1858, p. 24)”.

O prestígio de Faivre no ano de sua morte estava intacto aos olhos do presidente da província que, agindo como se houvesse um manual provincial e imperial, de estratégica manutenção da colônia como assunto de interesse nacional, não atribuía ao fundador da colônia do Ivaí, nada que pudesse ser desabonador.

“Conta mais de 200 individuos, sendo 22 franceses e os mais nacionais, uns e outros catholicos, culto para o qual já está edificada uma capella, faltando o sacerdote, que ministre o pasto espiritual (MATTOS, 1858, p. 24)”.

Considerando que na origem da colônia eram 87 os franceses, os números de janeiro de 1858 não podem ser favoráveis ao empreendimento, e se o promotor da colônia buscava melhorar os homens pelo trabalho, seu projeto fracassara, pois a maioria de seus compatriotas havia deixado o empreendimento. No entanto, para as autoridades a colônia ia bem.

“A excepção de uma criança, que falleceo ao nascer; outro caso de óbito se não deo (MATTOS, 1858, p. 24)”.

Mattos continuou na linha de otimismo quanto à colônia, numa demonstração de interesse público pelo estratégico lugar.

Trinta e dous meninos frequentão as aulas de primeira letras, regida pelo francez Condamine, que vence a gratificação de 240\$000rs, pelos cofres da província. Informado pelo Dr. Faivre, logo que entrei na administração, de que mais de 25

meninas estão no caso de também receber a instrução elementar, autorizei o Dr. Inspector a contractar com D. Vitalina da Rosa, cujas habilitações abonou o mesmo Faivre, o ensino das meninas da colonia, mediante a gratificação anual de 150\$000 rs, usando assim da autorização consignada no regulamento de 8 de Abril de 1857, e o mesmo director foi nomeado sub-instructor da instrução (MATTOS, 1858, p. 24).

Faivre, realmente acumulava funções pagas pelos cofres públicos com o seu cargo de diretor, pelo qual também era remunerado. 240 Réis de salário ao professor, e 150 para a professora era um pagamento baixo se comparado ao vencimento do diretor da Colônia, conforme veremos adiante no comparativo entre os salários dos servidores públicos da colônia, e isso não faz de Faivre um ser humano desprovido de intenções mercadológicas. Ao contrário, Faivre era empreendedor e inovador, atento às tecnologias, mas como o mercado atua conforme a oferta e a procura, a colônia não era lugar de investimento estatal exclusivo, pois a oferta de expectativas era alta neste momento.

“Há na colônia alguns engenhos para espremer a canna e preparar o milho – 1 olaria, uma serraria, e uma ferraria; começou-se este anno a empregar o arado no lavrar as terras (MATTOS, 1858, p. 24)”.

As benfeitorias da colônia podem apresentar discrepâncias conforme a fonte ou ano, sendo o principal motivo a descrição de empresas particulares e/ou empresas da colônia sob a direção de Faivre, e neste sentido as informações do relatório de 1858 são apenas do domínio da colônia e de seu diretor, que representavam a minoria dos empreendimentos totais na colônia. Ao analisar esses relatórios vemos detalhes fantásticos do ponto vista histórico, como a introdução do arado em 1858, numa região inóspita do hoje estado do Paraná, detalhes que demonstram o espírito empreendedor e inovador de Faivre.

Vendeo a colonia para fora gêneros de sua produção, a saber; arroz, aguardente, rapadura, na importância de contos de reis, recebeu em fazendas e utensílios 4, e o saldo de 6 foi aplicado a construção de algumas casas em telha, e em geral aos melhoramentos a bem da produção (MATTOS, 1858, p. 25).

A colônia apresentou em 1858 saldos positivos, e os lucros eram investidos na própria colônia, que desta forma não dava retorno direto ao Estado, que por sua vez investia na segurança pública, na educação, na saúde, no salário do diretor e dos demais servidores, etc.

O Diretor era obrigado a abrir duas estradas, uma da colonia a Guarapuava e outra dali a Ponta Grossa; tinha satisfeito quanto a 1ª, e já concluiu a 2ª, pesando sua dedicação e esforços concedeo-lhe 700 U 000 mensaes para auxilio da colonia. Se a exploração do Ivhy der em resultado, que é mais fácil por elle, do que pelo Tibagy e Parapanema, a comunicação com o Mato-Grosso, próximo e mui considerável será o desenvolvimento e progresso da Colonia Thereza (MATTOS, 1858, p. 26).

O governo imperial continuava investindo na colônia, e o diretor da colônia era responsável, inclusive pela abertura de estradas, um serviço caro que os governos contratavam, e no caso de Faivre comprova mais uma vez o acúmulo de funções públicas do diretor da

Colônia, a exemplo de Rumbelsperger. As estradas abertas até essa época não comportavam carroças, sendo suficientes apenas para animais de carga e pedestres, e apesar da necessidade de melhores estradas, o interesse público primava pela navegabilidade do Rio Ivaí.

Sobre o isolamento da colônia de Faivre, o vice-presidente da província do Paraná, Henrique de Beaurepaire Rohan, em 1º de março de 1856, descreveu a situação a seguir.

A Colônia Thereza comunica-se com a Villa de Guarapuava, a cujo município pertence em virtude da lei provincial n. 26 de 10 de março de 1855, por meio de uma estrada aberta pelo Dr. Faivre. A picada, que a comunica com Ponta-Grossa, é tão má que, segundo me afirmam, tornou-se intransitável (Rohan, 1856, p. 46).

Lembrando que a picada (estrada) estava intransitável para mulas. Em 1860, ano em que a Lei de Terras já estava em vigor, o relatório do presidente da província, José Francisco Cardoso, de 1º de março não deixa dúvidas sobre a documentação das terras paranaenses. Ainda assim, num primeiro momento Cardoso revela a necessidade estatal em prover braços em substituição aos trabalhadores escravizados.

Desde que o governo imperial e o paiz se empenharam com afinco na repressão do ilícito trafico de escravos, e que consequentemente foram escasseando os braços, que nos forneciam semelhante commercio, as vistas de nossos lavradores volveram-se para a emigração estrangeira, como a única esperança que lhes restava, contra a decadência da produção agrícola (CARDOSO, 1860, p. 60).

Evidente que a província e o Brasil passavam por problemas quanto à substituição da mão de obra, pois viam o trabalho escravo escassear-se, ao passo que a colonização não atingia os resultados esperados, muito embora culturalmente fosse difícil admitir o fim da escravidão, pois o próprio presidente da província não assimilava a ideia, no entanto tinha consciência da força e da pressão inglesa nesse sentido.

“Na nossa província, sobre tudo onde abundam as terras devolutas fora loucura tentar a colonização por parceria ou salário (CARDOSO, 1860, p. 61)”.

Cardoso está reproduzindo o dilema da época, mas ele era o governante, e em seu tempo as mudanças estavam em curso, sendo que simultaneamente ao passo em que a Colônia de Faivre se tornava obsoleta, o sistema estatal regulariza as terras, assim como aqueles “proprietários” que de alguma forma conseguiam legitimar terras em seus nomes.

Em se tratando de terras devolutas e latifúndios, Gustavo Rumbelsperger teria sido um latifundiário. Rumbelsperger foi o sucessor de Faivre na direção da Colônia Thereza, conforme diz Josué Correia Fernandes, autor de *Saga da Esperança*.

Tornando-se cidadão brasileiro através de título de naturalização que lhe foi entregue em março de 1860 Gustavo, então com quarenta e seis anos, lança-se de corpo e alma na ingente tarefa de continuar a meritória obra do mestre e amigo, impedindo que o projeto em andamento tivesse qualquer solução de continuidade. Com vistas, talvez, à instalação de futuros núcleos coloniais, adquire do Barão de Antonina, metade dos quase 30 mil alqueires que compunham a Fazenda das Campinas Belas, vizinha à

Colônia Thereza, convidando, algum tempo depois, o parente Dr. Pedro Luiz Taulois, que na região efetuava medições a mando do governador da Província, a adquirir o cinquenta por cento restantes, que acabou acontecendo (FERNANDES, 2006, p. 202).

O Presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, em relatório de 7 de janeiro de 1859, confirmava a nova direção da colônia. O período Rumbelsperger seria marcado pela transição, por um lado o passado glorioso, daquele que morreu como mito, por outro lado o novo. Presente e futuro, portanto, e se o presente era caótico, o futuro continuava atrelado ao objeto primeiro, projetado sob a memória de Faivre.

A título de ilustração poderíamos nos reportar à teoria do caos que, genericamente diz que eventos aparentemente imperceptíveis se revelam avassaladores em um certo momento do futuro. Talvez Faivre tenha sido menos herói e Rumbelsperger menos vilão, mas ambos são personagens centrais desta história ímpar, em que movimentos do passado refletiram no presente da administração Rumbelsperger, e seguiram com seus efeitos, ano após ano. Aliás, para Mattos, presidente da província do Paraná em 1859, Rumbelsperger exercia papel preponderante na administração da colônia, mesmo durante a gerência de Faivre.

“Tendo falecido em 31 de Agosto do anno passado, seu virtuoso fundador, o Dr. João Mauricio Faivre, encarreguei de sua direção Gustavo Rumbelsperger, que já em vida daquele Dr. Fazia suas vezes (...) (MATTOS, 1859, p. 21”).

Não perdendo de vista o contexto que permeava a empresa fundada por Faivre, naquele cenário com grandes latifundiários, cujo negócio principal era a criação de gado vacum, muares, e cavaleares, segundo descrições da época, devemos acrescentar que a criação de animais está no “DNA” da expansão colonizadora do Paraná devido, sobretudo à demanda causada pelas Minas Gerais, culminando na abertura ou melhoramentos de caminhos, e conseqüentemente em criatórios de animais ao longo destes caminhos, principalmente nos campos com pastagens nativas, como os campos paranaenses.

O ciclo do ouro ocorrido em praticamente todo o século XVIII, coincidiu com o início da expansão econômica no território do futuro estado do Paraná, e a atividade pecuária foi essencial para tal. O negócio do ouro gerou demanda por alimentos, e a carne foi o principal produto, no entanto a economia baseada no gado não ruiu com o fim do ciclo do ouro, conforme nos atualiza Ferreira, autor de O Paraná e Seus Municípios.

“O início do Século XVIII marcou a conquista dos Campos Gerais, abrindo à economia da Quinta Comarca da Província de São Paulo nova alternativa. E serão justamente os tropeiros os precursores da emancipação política do Paraná (FERREIRA, 1999, p. 41)”.

O declínio da mineração nas Minas Gerais coincide com o início do fortalecimento da

cafeicultura, e São Paulo ao se tornar o baluarte da cafeicultura superou Minas Gerais no protagonismo econômico, sendo que os caminhos desenvolvidos no sul a partir do início do Século XVIII, em busca de gado para atender a demanda mineira, na primeira metade do século XIX continuavam movimentados graças aos reflexos da economia cafeeira, e as regiões centrais de nossa história (Campos Gerais e Campos de Guarapuava) foram diretamente afetadas.

Com a decadência da exploração do ouro, no último quarto do Século XVIII, o tropeirismo entra em recessão. Cai a procura, baixam os preços. Não era ainda o fim, contudo. Com a expansão da economia cafeeira, depois da independência do Brasil, o tropeirismo ganhou novos mercados e conheceu o apogeu, isso em meados do século XIX. O Rio Grande do Sul deixou de ser o único fornecedor de gado. Pelo caminho das missões, o tropeiro paranaense passou a buscar o gado na província argentina de Corrientes FERREIRA, 1999, p. 44-45).

Antes de prosseguirmos é preciso fazer um parêntese a respeito de Guarapuava. A história de Thereza Cristina está associada à história de Guarapuava, daí a necessidade do constante diálogo entre Guarapuava, Faivre, e a colônia do Ivaí.

Guarapuava desejava e buscava com vigor anexar a Colônia Thereza ao seu território, e Faivre corroborava para isso, até a promulgação da Lei n.º 26, de 10 de março de 1855, pelo presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, conforme citado na introdução deste trabalho.

Em 1871 o presidente da província, Venâncio José de Oliveira Lisboa, sancionava a Lei n.º 271, de 12 de abril daquele ano, elevando a Vila de Guarapuava à categoria de cidade.

“Artigo único. É elevada a categoria de cidade, com a mesma denominação, a Villa de Guarapuava; revogadas as disposições contrárias (LISBOA, 1871, p. 25)”.

No mesmo dia 12 de abril de 1871, Lisboa sancionava outra lei decisiva para a história da Colônia do Ivaí.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sanciono a lei seguinte: Art. 1º É elevada à categoria de freguesia com a denominação de - Therezina – e invocação a – Santa Thereza – a colonia Thereza, no municipio de Guarapuava (LISBOA, 1871, p. 28).

Na relação umbilical entre Guarapuava e a colônia em questão, existe vasta documentação oriunda da Presidência da Província do Paraná e da Câmara Municipal de Guarapuava. Neste sentido, corrobora a longa descrição no relatório do Presidente da Província do Paraná, Polidoro Cezar Burlamaque, de 17 de agosto de 1867, onde são descritas as comarcas da província, e nos trechos a seguir o relatório trata da Comarca de Guarapuava.

“A última comarca da província é, a nosso ver, a mais interessante sob todos os pontos de vista, já por ser limítrofe com estrangeiros, já por suas condições naturais favoráveis a agricultura (BURLAMAQUE, 1867, p. 6)”.

A questão limítrofe era uma preocupação latente do Império, aliás justificável, e neste

sentido Guarapuava era sem dúvidas importante, pois seu imenso território era o menos povoado pelos domínios portugueses, e por mais de um século, fora explorado pelos espanhóis. Destarte, que o presidente Burlamaque deixa evidente a importância estratégica deste território.

“Por essa Comarca passa a estrada que, vindo do Rio Grande do Sul, da trânsito ao comércio de bestas destinadas a feira de Sorocaba (BURLAMAQUE, 1867, p. 6)”.

Dentre as importantes informações que a íntegra do relatório do Presidente Burlamaque traz, destaca-se o fato de no Brasil da época ter facultado às matas a prática da agricultura, sugerindo a prioridade em manter os pastos nativos, que abundavam na Comarca de Guarapuava.

O gênero de vida adoptado pelos habitantes da comarca é principalmente a criação de gado vaccum e cavallar por serem os campos apropiadíssimos para isso, e com quanto se prestem a lavoura, todavia, esta ahi esta sujeita a regra comum do Brasil em geral, isto é, não utilizar os campos com os cereaes, mas somente as mattas (BURLAMAQUE, 1867, p. 6-7).

Se considerarmos a economia paranaense anteriormente descrita, que de certa forma seguiu as pegadas do gado, ligando e construindo caminhos, da edificação da Colônia Thereza, a cultura do tropeirismo se fazia secular e estava em um grande momento, em muito devido a pujante feira de Sorocaba, que por volta de 1867 negociaria em média 500 mil animais anualmente. Mas os alimentos do dia a dia da população, como arroz, feijão, milho, mandioca, e derivados, advinham da agricultura, e a colônia do Ivaí era um centro dessa produção. Outro fator importante era a indústria, pois conforme explanamos ao longo deste trabalho, a Colônia Thereza superava Guarapuava em termos industriais, tal era a fragilidade da Comarca de Guarapuava nas indústrias, exceto na indústria da pecuária. No relatório do presidente Burlamaque a seguir, está demonstrado um dos potenciais da colônia do Ivaí, a partir das matérias primas da região.

Abundam o cobre, o ferro, os cristais de rocha, agathas nos leitos dos innumerous rios que regam e fertilizam essa região; e sobretudo avultam o sal gemma nas margens do Ivaí, onde também existem bancos de carbonato de cal. O comercio não tira ainda vantagens dessas riquezas, mas atendendo que a população é pastoril e afeita aos transportes de animaes pela falta de boas estradas de rodagem, bem se verá que não é possível estarem aproveitadas todas as condições com que a natureza enriquece o território de Guarapuava (BURLAMAQUE, 1867, p.7).

A colônia fundada por Faivre era salutar para Guarapuava em termos de produção industrial e alimentícia, mas Faivre era um mito por sua façanha edificadora, cuja fama espalhou-se além da província do Paraná, e mesmo após a morte do homem, o mito permaneceu. No entanto, quando vemos as descobertas de Faivre em termos de recursos naturais, inevitavelmente lembramos dos grandes caçadores de riquezas, típicos do século XIX. Catalogar as descobertas minerais destoa sobre maneira do estilo de vida da agricultura coletiva,

ou familiar, que supostamente era o objetivo primeiro do médico Francês.

“A província de Mato Grosso que tanto carece de sal pode ser abastecida desse gênero, logo que se explore a rica mina de que damos notícia, e que foi descoberta pelo Dr. João Mauricio Faivre, fundador da colonia Thereza (BURLAMAQUE, 1867, p.7)”.

Portanto, o presidente da província do Paraná, Polidoro César Burlaque, evidencia que a província do Mato Grosso poderia ser beneficiada pela indústria da Colônia Thereza, que por sua vez continuava em alta conta provincial enquanto local de futuro. É importante, todavia, termos em mente que a província do Mato Grosso estava estrategicamente localizada nos limites do Império, e sua conectividade com as demais províncias era custosa e dependia das vias fluviais e, portanto acessar essa província a partir de uma base logística e segura era o correto a ser feito, e este local tinha nome, Colônia Thereza.

1.4 Navegar é preciso: A Dependência de Guarapuava e Colônia Thereza com o Rio Ivaí.

Fernando pessoa eternizou a frase navegar é preciso, e assim como foi para Portugal, a vida da colônia de Faivre parecia depender da navegação. Portanto, os planos de usar o Rio Ivaí como caminho principal esteve presente do início ao fim do empreendimento do médico francês, sugerindo que a escolha do local deveu-se ao fato do rio supostamente ser o futuro caminho da integração do Brasil com toda a vasta região Platina. Burlamaque não foi o único chefe do executivo provincial a discorrer sobre, mas foi um dos grandes entusiastas desta “utopia”.

Para a viação geral tem o governo feito estudar a navegabilidade do Ivahy, Paranapanema e Iguassu pelos engenheiros Keller, e mandado explorar uma estrada para Corrientes pelo engenheiro Jardim, o traço da qual já se achava bastante adiantado, quando por causas ponderosas, sem duvidas, foram suspensos os trabalhos (BURLAMAQUE, 1867, p.7).

Não seria exagero considerarmos que a esperança de integrar a Colônia Thereza com a Comarca de Guarapuava, e conseqüentemente o interior do Brasil com os vizinhos platinos, foi um fator preponderante para a sobrevivência da colônia fundada por Faivre, que mesmo definhando-se, ostentava certo status, ainda mais pertencendo à Guarapuava, que por volta de 1870 ainda não havia se firmado como potência entre as comarcas, fato que fazia da Colônia Thereza sua preciosidade, embora alimentada pela esperança, apenas. Esperança, aliás vívida graças ao poder público, sendo Burlamaque o portavoz do momento.

“O Ivahy, navegável a vapor dê de a corredeira do ferro até sua confluência no Paraná (...) (BURLAMAQUE, 1867, p. 6)”.

Não foi a primeira vez que se falou na navegabilidade do Ivaí, assunto central no ciclo

de vida da Colônia Thereza. O trecho em que o Ivaí precisaria de obras de canalização é de mais de 90 quilômetros, sendo que entre corredeiras e quedas d'água abruptas, existem algumas com desnível de aproximadamente 1,5 metro.

Os relatórios em geral, quando citam a Colônia Thereza, também citam Guarapuava, por motivos óbvios que já vimos. Então, no quesito navegação do Ivaí, o interesse era recíproco, aliás é bom lembrarmos que a Colônia Thereza pertencia a Guarapuava, e os dados demográficos de Guarapuava de 1865, apresentados em 1870 pelo presidente da província do Paraná, Antonio Luiz Afonso de Carvalho, comprovam que a população daquele vastíssimo território era ínfima, o que fazia da Colônia Thereza uma de suas maiores concentrações demográficas. Porém, uma vez efetivada a rota Ivaí Bacia do Plata, o “progresso” hipoteticamente se faria efetivo na Comarca de Guarapuava, fomentando o comércio e atraindo migrantes e imigrantes.

Do digno Dr. Juiz de Direito da Comarca obtivemos as seguintes informações que vos transmito: A sua população, segundo o mapa apresentado em 1865 à Assembléia Provincial era de 8.000 almas. O juiz de direito reputa exagerada essa cifra, que julga não exceder a 5.000, tendo por base a população da Villa que é de 600 almas, não compreendido o rocio (CARVALHO, 1870, p. 91).

Grosso modo, as informações do presidente da província do Paraná, apresentadas na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Província em 15 de fevereiro de 1870, demonstram que Guarapuava dependia de Tereza Cristina, dado à escassez que sentia em benfeitorias, empresas, e produção agrícola.

Distando a Comarca de Guarapuava mais de 50 léguas da Capital e entregando-se a população à vida livre do campo, em quase sua totalidade, pouca ou nenhuma instrução possui. Existem 4 escolas 2 na Villa e 2 na Colônia Thereza, as que são insuficientes para a educação do crescido número de crianças aptas para recebe-la (CARVALHO, 1870, p. 91).

Os diferenciais entre Guarapuava e sua colônia do Ivaí evidentemente eram sensíveis, sendo que o fator tecnológico pesava em favor da colônia, afinal Guarapuava continuava baseada economicamente na pecuária, prática que sugere grandes latifúndios, enquanto a colônia sobressaía-se na indústria e na agricultura. Embora pareça pouco, a produção da Colônia Thereza, se comparado à imensidão dos domínios territoriais do município de Guarapuava com os domínios territoriais da vila de Faivre, a proporção territorial em desfavor da Vila seria gritante, fato nítido na descrição do Juiz, apresentada pelo presidente da província, conforme segue no extenso relato a seguir.

“A população emprega-se quase geralmente na criação do gado vaccum e em menos escala na do lanigero e muar, constituindo junto com a erva mate os únicos objetos de comercio do lugar. Cultiva-se em maior escala o milho e o feijão (CARVALHO, 1870, p. 92)”.

A partir deste relatório não seria exagero dizer que a Colônia Thereza superava em muito Guarapuava na produção da terra e da indústria, até porque a indústria de Guarapuava era outra, extensionista com grandes proprietários, que tinham poder sobre o pão e a terra.

“Na Colônia Thereza, o terreno das margens do Rio Ivahy produz trigo, café, centeio, canna de assucar, algodão e o arroz de que se abastece em grande quantidade Guarapuava e a Comarca de Castro (CARVALHO, 1870, p. 91)”.

O relatório do presidente Carvalho é esclarecedor, mas ao passo que demonstra a importância de Thereza Cristina para Guarapuava, também denuncia o declínio da colônia. É o que traz a sequência da explanação do Juiz, retransmitida pelo presidente da província.

Conta a Comarca apenas a Colonia Thereza, situada à margem direita do Rio Ivahy e fundada em 1847, sob os auspícios de S. M. a Imperatriz. Depois do falecimento de seu fundador a colonia deixou de prosperar decahindo principalmente nos últimos tres annos. Sua população em Dezembro do anno passado elevava-se a 300 almas, compreendendo os novos estabelecimentos sob o nome de – Colonia de Baixo -, na margem esquerda do Rio Ivhy, a 6 leguas da colonia. A dificuldade dos meios de transporte dos gêneros da lavoura tem obrigado a retirada de alguns colonos (CARVALHO, 1870, p. 92).

Portanto, apesar dos elogios em documentos oficiais e não oficiais, a Colônia Thereza sem dúvidas estava com dificuldades em 1865, e tais dificuldades podem ter sido precipitadas com a morte do fundador. Sobre a Colônia de Baixo, atualmente é o povoado de Colônia Velha, município de Turvo, na margem esquerda do Ivaí, cerca de 12 quilômetros rio abaixo.

Sobre a posição geográfica da Colônia Thereza em meio aos rios e localidades próximas, Fernandes traz boas contribuições. Quanto ao dia da chegada de Faivre e seus companheiros às margens do Rio dos Patos (Ivaí), até o momento não há informações precisas, mas teria sido no início do mês de maio de 1847.

Faivre chegou na região de Tereza Cristina, possivelmente nas primeiras semanas de maio de 1847, iniciou as instalações em local incerto que durou poucos dias, até a mudança definitiva, onde havia maior segurança com relação aos vizinhos. Há quem entenda, como o professor José Loureiro Fernandes, que a primeira parada dos pioneiros se deu algumas léguas abaixo da atual Thereza Christina, na margem esquerda do rio, no local conhecido, depois, como Colônia Velha, o que é endossado pelo salmista do Ivaí, Arthur Barthelmees que, em poema, conta, inclusive, a versão da roqueira, pequeno canhão rustico que teria posto em fuga os indígenas, debaixo de ordens – tout le monde dans les canots ! e remos para que vos quero (FERNANDES, 2006, p. 91).

Guarapuava, que conforme verificamos avançava em termos de autonomia e consolidação de poder, deu um enorme passo nessa direção ao se tornar a Quarta Comarca da província do Paraná, através da Lei n.º 54, de 2 de março de 1859, sancionada pelo presidente da província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, data relativamente próxima à data da morte de Faivre.

“Art. Único. Fica creada uma Quarta Comarca nesta província, compreendendo a Vila

de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, Freguesia de Palmas e Colônia Thereza: Revogadas as disposições em contrário”. (MATTOS, 1859, p. 19-20)”.

O município de Guarapuava abarcava mais de 50% do atual estado do Paraná, e antes de ser comarca pleiteou e anexou a Colônia Thereza ao seu território, mesmo estando a edificação de Faivre na margem oposta do curso d'água, Rio dos Patos (Rio Ivaí), que limitava a Comarca de Guarapuava com a comarca de Castro. Nos livros de registro de ata da Câmara Municipal de Guarapuava estão reunidas importantes informações deste Município, em seus atos oficiais com a Província, no que diz respeito a Colônia de Faivre. Informações sobre condições das estradas, indústria e comércio, navegabilidade do Rio Ivaí, e até sobre a anexação da Colônia Thereza ao seu território. Diante de mais esse documento não restam dúvidas, a Colônia Thereza era um empreendimento estratégico.

(...) O Ivaí sendo promovida a sua navegação com auxílio do Governo, torna-se-ia de summa vantagem, estabelecendo o porto de embarque na Colônia Thereza, para as comunicações entre esta Província e a do Mato Grosso, diminuindo consideravelmente a distância que media a comunicação actual (pelo Tibagy e ou Jathay) não só na estrada terrestre, sendo o ponto da Colônia Thereza muito mais próximo da Capital (GUARAPUAVA, 1862, p 85).

Portanto, a Câmara Municipal de Guarapuava demonstrava interesse na Colônia Thereza no ano de 1862, mas os pedidos, indicações, e sugestões acerca da colônia foram muitas ao longo de alguns anos, não sendo interrompidas nem mesmo no curso da Guerra do Paraguai. Enquanto Guarapuava alimentava o sonho da navegabilidade pelo Rio Ivaí, também deixava explícita sua dependência com produtos industrializados e/ou manufaturados, e tal dependência é de se deduzir seria minimizada ou mesmo revertida caso a colônia de Faivre se tornasse uma potência logística.

Importação e exportação = importan-se do litoral para esse municipio, perto de 12.500 alqueires de sal, tanto para o trato dos animais crioulos como para e dos que aqui invernao, comprados e importados da Província do Rio Grande afim de serem exportados no tempo preciso a Sorocaba, por ali serem vendidos. Do Rio de Janeiro outros pontos do litoral importa-se fazendas secas e molhadas anualmente no valor de mais de duzentos Contos de Reis. A cal vem da Ponta Grossa na razão de seis centos a oito centos alqueires. A aguardente de Morrettes, Colônia Thereza e província de S. Paulo na proporção de 2.000 medidas. O fumo, café, assucar são importados da província de S. Paulo donde vem tambem obras manufacturadas, como chapéus, sellins, redes, lombilhos, freios, foices, e machados (...). (GUARAPUAVA, 1862, p. 85).

Desta forma, o relato da Câmara de Guarapuava mais uma vez demonstra que apesar de Guarapuava ser uma cidade pólo, sua deficiência industrial era latente, estando em desvantagem com relação à Colônia Thereza, por exemplo.

(...) A Colonia Thereza fornece fumo, arroz, aguardente, rapadura, e pouco cal, os fornecimentos destes gêneros, tanto para consumo como para exportação, tomará maior incremento, quando o zeloso diretor desta colônia, conseguir a conclusão da estrada que dali vem a esta Villa. Os gêneros de exportação consistem em bois,

cavalos mansos, potros, éguas e mullas, também do gado muar e cavalari importado da Província do Rio Grande para esta, comprados quase todos pelos habitantes deste município, e exportado anualmente mais de 12.000 bestas, e perto de 2.000 cavalos (GUARAPUAVA, 1862, p. 85-86).

A vocação da Comarca de Guarapuava parecia ser a pecuária, e neste sentido a Colônia Thereza tinha o papel crucial de fornecer produtos alimentícios e manufaturados, fornecimento que dependia de estradas. Neste sentido é importante separarmos as demandas, enquanto as estradas de rodagem eram essenciais para a integração de Guarapuava com a colônia e outras regiões da província do Paraná, de São Pedro, e de São Paulo, a via navegável através do Ivaí cumpriria um papel macro, de integração nacional e internacional.

CAPITULO II

DA EXPECTATIVA À REALIDADE: A COLÔNIA THEREZA EM TRANSFORMAÇÃO.

Vimos que a Colônia Thereza gozava de prestígio entre as autoridades, e que haviam expectativas quanto à navegabilidade do Rio Ivaí, fato que colocaria a colônia em posição privilegiada. No entanto, todas as coisas são filhas de seu tempo, e as relações de poder exercem forças centrífugas e centrípetas, da mesma maneira que as relações de poder mudam conforme os interesses se alteram.

2.1 Metamorfose.

Em biologia, a metamorfose pode ser definida como transformação de um ser em outro, de uma forma em outra. No sentido figurado, o que houve com a Colônia Thereza foi uma transformação, mudança natural, com causas e efeitos.

Parafraseando o filósofo pré-socrático, Heráclito de Éfeso, poderíamos afirmar que o ocorrido com a colônia foi natural. “Tudo flui, tudo está em movimento, e nada dura para sempre, grosso modo, disse o filósofo”.

Porquanto, esta pesquisa não se limitaria ao mito que se materializou em torno do nome de Jean Mauricio Faivre, e se a Colônia Thereza não mais existe, o Distrito de Tereza Cristina está vivo, e nele está um público, está o novo em consonância com o velho. Destarte, jamais negaríamos o mito, principalmente quando se está no “oráculo” do personagem, mas entre as “balizas” históricas existem as conexões, e encontrá-las é uma tarefa do historiador. Tereza Cristina sempre será a colônia do Dr. Faivre, e mesmo sendo a história uma ciência, por mais cético que possa ser o cientista, para ressignificar o passado é preciso sensibilidade no presente, para não recorrermos ao erro de enxergar o passado com os olhares do presente.

Quando Thomas Plantageneta Bigg-Wither esteve na Freguesia de Terezina em 1872, o cenário narrado por ele era de caos, sem as glórias do passado recente contadas por governadores, viajantes e/ou escritores. O jovem engenheiro inglês que chegou ao Brasil numa missão chefiada pelo capitão Palm, oficial sueco de prestígio com seu rei, que por um convênio com o governo brasileiro e o Barão de Mauá, buscou viabilizar uma estrada de ferro cruzando a América do Sul, do Atlântico ao pacífico.

Era uma formidável equipe de dezesseis engenheiros, formando quatro grupos, e de

1872 a 1875 (IBigg-Wither permaneceu no Brasil, realizando estudos preliminares sobre aspectos dos mais variados para a viabilidade do projeto. A empresa não teve o fim esperado por diversos motivos, sobretudo a morte de Palm, e de vários outros engenheiros, mas Bigg-Wither, que chefiava o grupo que explorou o vale do Ivaí, descreveu seu trabalho e sua impressão quanto ao “gentio”, em capítulos que compilaram seu livro.

O que nos disseram em diferentes ocasiões acerca da pobreza e miséria de Colônia Teresa não fora exagero, aparentemente. De onde estava eu podia ver algumas casas de barro e de madeira, que não excediam a doze, esparsas pela clareira, irregularmente feita, a qual ocupava o ângulo incluído entre os dois rios – o Ivaí e o Ivaizinho. Entre o rio e a aldeia ficava um brejo que impressionava mal. Alguns porcos magros e descarnados andavam de um lado para o outro, dois ou três dos quais tinham me acompanhado até o alto do morro, apesar de os ter enxotado, atirando-lhes pedras e torrões de terra (BIGG-WITHER, 1974, p.166).

A descrição do explorador e hóspede inglês é contundente. Portanto, em 1872 a então Freguesia de Therezina, estava caótica. Não temos dados precisos de quando a decadência chegou a tal ponto, mas da fundação da colônia 1847 até 1872, são 25 anos apenas, dado que intriga sobre o processo de decadência e transformação da colônia, conforme segue narrando Bigg-Wither.

“Falando de Modo geral, pode-se dizer que a Colônia Thereza era muito pouco mais adiantada que a aldeia dos índios do lado oposto do rio que descrevi no último capítulo. Seus habitantes existiam, mas não viviam (BIGG-WITHER, 1974, p.178)”.

O engenheiro inglês continuou narrando sua experiência ocular de forma estupefata, talvez por esperar encontrar outro ambiente, devido à fama mitológica da colônia e, principalmente devido ao nome de seu criador. Por um lado temos a gloriosa história da formação da Colônia Thereza e suas relações internas e externas, sendo Faivre um homem de reconhecidas habilidades, um doutor num universo de pessoas analfabetas, num país em significativa transição nas relações de trabalho, este homem investiu na formação da colônia, apostando no trabalho livre, conforme ensinavam os ingleses, que além de inventar a indústria, contribuíram decisivamente para a consolidação do capitalismo, adotando o trabalho assalariado.

Faivre foi contemporâneo do Barão de Mauá, que visitou a Inglaterra em 1840, sendo Mauá um símbolo brasileiro do empreendedorismo, um homem à frente de seu tempo, mas não à frente do tempo inglês. Não há comparativos entre Mauá e Faivre, mas ambos foram empreendedores num país atrasado em termos liberais, na economia e nos direitos fundamentais. Neste sentido, o empreendedorismo de ambos sugere influência inglesa, do capitalismo inglês, porquanto o projeto de Faivre também não fluiu, causando prejuízos ao Estado e ao seu empreendedor, semelhanças entre os empreendedores contemporâneos que

podem não ser coincidência, e sobre o malogro da colônia, Bigg-Whiter comenta.

Para o Estado, a colônia foi mais que infrutífera, pois, desde a sua fundação, custara grandes somas de dinheiro, cuja paga teria sido o nascimento de meia dúzia de homens que serviram ao país mais ou menos contra a vontade, na Guerra do Paraguai. A culpa, entretanto, não cabia toda ao povo. Uma colônia nova não pode ter oportunidade sem meios decentes de comunicação com o mundo exterior (BIGG-WITHER, 1974, p.1178).

Sem dúvidas a colônia foi onerosa ao Estado, e seu fim pode estar diretamente ligado a esse fato, pois investimentos mal fadados devem ser repensados, substituídos, ou mesmo abandonados, mas enquanto havia esperança de recuperação dos negócios o empreendedor nele investiu, e neste caso havia pelo menos dois empreendedores além de Faivre, a província do Paraná, e o Império do Brasil.

Antes de retornarmos com Bigg-Wihter, veremos mais informações oficiais da província do Paraná, com dados do ano da visita de Sir Bigg-Wither, no relatório do presidente Lisboa, de 15 de Fevereiro de 1872, onde está nítida a evocação mítica do personagem Faivre para tratar do empreendimento, ainda que de forma melancólica.

Debaixo dos auspícios de S.M. a Imperatriz e da direção do filantropo, inteligente e humanitário médico João Mauricio Faivre, foi fundado este estabelecimento em 1847. Em França, país natal daquele benemérito, contratou elle, com a fortuna que possuía, 87 compatriotas e conduziu-os a um navio, que fretou, até a Cidade de Paranaguá. Forneceu a alguns dinheiro para os preparativos da viagem, pagou as dividas de outros e a quasi todos, desde sua residência até o logar de seu novo destino, e durante cerca de dous annos, ministrou os meios necessários à vida; sendo o seu único interesse garantir-lhes um futuro feliz por meio do trabalho e fazer prosperar o estabelecimento que resolvera fundar. Mao grado seu, sua tentativa e sacrifício foram frustrados (LISBOA, 1872, p. 46)

O relatório é um pouco extenso, mas convém analisarmos na íntegra. Até aqui verificamos o costumeiro trato dado ao fundador da colônia, que mesmo estando cerca de 10 anos de sua morte, continuava vivo nas memórias, tal o misticismo que o Estado fazia questão de manter. Mas nesse relatório, indiretamente o presidente provincial reconheceu o fracasso do empreendimento, ainda que isentando de culpas aquele que chamou de desinteressado protetor.

Os colonos, com raras exceções, dentro em breve abandonaram seu desinteressado protector, cubrindo-o de ultrajes e allegando que elle os tinha abandonado! O Dr. Faivre, porem, não desanimou! Cheio de inimitável abnegação continuou na obra que comprehendera e da qual só desistiu depois de exausto de forças e empossibilitado pelas enfermidades que o prostraram no leito de dor, tendo falecido no dia 31 de Agosto de 1858 (LISBOA, 1872, p. 46).

Após demonstrar pesar à memória de Faivre, o presidente manifestou otimismo quanto ao futuro da colônia, principalmente com relação à via fluvial, que continuava nos planos estatais. Como foi possível o governo da província falar com certo orgulho de um lugar jogado à própria sorte? É curioso ver esses relatórios, especialmente depois do depoimento de Bigg-Wither.

A história da Colônia Thereza era a melancólica e típica de muitas outras povoações sertanejas desta parte do Brasil. Fundada no ano de 1847 por um Frances entusiasta, de nome Jean-Maurice Faivre, sob os auspícios reais, ela foi chamada Teresa em homenagem à Imperatriz do Brasil (BIGG-WITHER,1974, P.167).

Bigg-Wither definiu a colônia como melancólica e típica de povoação sertaneja desta parte do Brasil. Essa visão do visitante contradiz com a maioria das narrativas, que normalmente buscavam incluir o projeto de Faivre como socialismo utópico, e/ou filantrópico. Mas Faivre trouxe pessoas para trabalhar, e em relatórios oficiais estão informações de Faivre sobre as potencialidades do lugar, informações típicas de pessoas com visão empreendedora, no sentido capitalista da palavra.

Confrontando as informações de Bigg-Whiter com informações do presidente Lisboa e outros presidentes provinciais, podemos concluir que a colônia original tinha composição estrangeira (francesa), mas imediatamente à sua instalação passou a perder membros, ficando descaracterizada. Porém, como a finalidade do projeto não era agrícola e nem mesmo colonizador, no sentido clássico da palavra, para manter o projeto de interesse público a colônia passou a operar com os “nacionais”, enquanto aguardava o seu trunfo, que seria a navegação fluvial, integrando regiões continentais.

Pequena, contudo, como parecia ser, fiquei surpreso ao saber que contava com 400 habitantes, afora cerca de 40 índios mansos que viviam na própria aldeia, na outra margem do rio. A falta aparente de acomodação para tantas pessoas era explicada pelo fato de muitas famílias viverem o ano inteiro em sítios ou fazendas a alguma distância, mas à margem do rio, Ali levam elas vida quase igual à dos índios selvagens, em casas de palha, plantando feijão e milho suficientes para suprir as próprias necessidades durante o ano (BIGG-WITHER,1974, P.168).

A população da colônia em 1872 era considerável, mas a conceituação do visitante inglês destoa dos conceitos dados pelos governadores da província do Paraná à vila, e é importante destacar que enquanto os governadores se pautavam em descrições oficiais de funcionários a serviço do Estado, Bigg-Wither narrou àquilo que viu com os próprios olhos.

Para nos situarmos, é preciso esclarecer que a localidade e a região próxima de Tereza Cristina, nome atual do Distrito, é acidentado, fato que mesmo para agricultura rudimentar, baseada em roçadas e queimadas, dificulta a logística (a colheita, e o escoamento), enquanto várias colônias de outras regiões da província foram construídas em locais planos ou levemente ondulados. Este fator não foi considerado na maioria dos relatórios apresentados pelas autoridades provinciais, que preferiam tecer elogios às terras e ao clima. Neste sentido é a citação de Lisboa:

“A cada família de colono são dadas 500 braças de terras para casa e quintal e mais 30 mil por lotes de 5 a 10 mil braças quadradas próprias para a agricultura, em maior escala,

possuindo um rocio que é comum a todos os habitantes (LISBOA, 1872, p. 47)”.

Para o gestor do estado a colônia estava bem assistida, mas novamente não mencionou o quão acidentadas eram as terras do entorno, e nem a questão do escoamento da produção, ou o acesso aos centros maiores foram citados. O Estado estava interessado nas exportações desta colônia? Pelas palavras de Lisboa não podemos ter tal convicção.

“Os colonos trabalham por sua própria conta. O clima é temperado e tão saudável que não há exemplo de que entre a população se desenvolvesse qualquer enfermidade com caracter gravado (LISBOA, 1872, p. 47)”.

Parecia o paraíso, pelo menos é o que o leitor de outro lugar da província ou do mundo pensaria ao ver a descrição dada pela maior autoridade provincial. O sentido da narrativa oficial do estado provincial seguia confirmando que o lugar era especial, fraterno, e utópico, corroborando miticamente com a memória do fundador, mas os detalhes da vida cotidiana não eram apresentados. Sabemos mais das questões sanitárias da colônia pelos depoimentos de Bigg-Wither, que pelos documentos oficiais.

“De manhã, e à noite, antes de sair para trabalhar e à nossa volta, eu me via cercado de inúmeros pacientes, de todas as idades e de ambos os sexos, pedindo conselhos médicos e remédios da mais diversa espécie (BIGG-WITHER, 1974, p.178)”.

Mais uma contradição de informações relativas à saúde. Um lugar com tamanha carência básica seria tão saudável a ponto de não desenvolver nenhuma enfermidade grave? Pela descrição de Bigg-Wither havia carências em termos de saúde pública.

Na sequência, o documento do presidente Lisboa, de 1872, ao fazer referências a Faivre, também revela investimentos públicos com o diretor da colônia.

“E assim que elle, solicitando os auxílios dos poderes do Estado alcançou uma subvenção mensal de 700\$000 para ocorrer as despesas de seu estabelecimento, no qual já havia consumido seus recursos pecuniários (LISBOA, 1872, p. 47)”.

As informações oficiais dizem muito sobre uma pessoa fundamental aos interesses do estado, e pouco sobre um cidadão próximo ao socialismo raiz.

O trecho a seguir do relatório governamental de 1872 apresenta um dado importante, a última estatística da colônia apresentada por Faivre, já no ano de sua morte.

“Passados 11 anos depois de fundada a colonia apresentou elle em principio de 1858 ao governo, uma estatística da qual consta que a população se elevava a 43 familias, sendo 37 brasileiras e 6 francezas, montando em 244 pessoas (LISBOA, 1872, p. 47-48)”.

2.2 A colônia Thereza em 1865: Escravidão de africanos e redução de indígenas.

Em 1º de março de 1865, porém o diretor Rumbelsperger apresentou ao governo do Paraná um novo e completo mapa estatístico da colônia, que nos permite ótima releitura.

Número de moradores da Colônia sexo masculino (m) sexo feminino (f).

Franceses	Português	Nacionais	Escravos(as)	Africanos
8 (m) 9 (f)	1 (m)	180 (m) 162 (f)	3 (f)	5 (m)

Número de famílias e de casas.

Famílias	Casas da colônia	Casas dos colonos	Casas Fora da colônia
72	5	97	14

Educação

Alunos: (m).	Alunos: (f).	Salário professora	Salário professor
21	16	150\$000	300\$000

Presença do Estado e da Igreja.

Capela	Polícia	Estradas	Navegação
Uma pequena capela desprovida de padre	1 subdelegado 1 escrivão 1 inspetor de quarteirão 10 praças do corpo fixo da província	Estrada de P. Grossa em recuperação. Estrada de Guarapuava em mal estado e muito importante.	Acabo de explorar o rio Ivaí a pedido do ministério e as dificuldades são vencíveis.

Indígenas.

Vagam nas matas circunvizinhas muitas hordas de índios selvagens coroados e vários toldos de Cayuás e Guaranys, sem aldeamento.

Plantações em alqueires

Milho	Cana	Feijão	Arroz	Mandioca	Miudezas
70,3	7 1/4	5	5	3	3

Animais.

Cavalar	porco	aves	vacum
136	672	760	266

Máquinas e indústrias.

Particulares	Da colônia
8 moendas para cana movidas por animais. 7 alambiques. - Fabrico de aguardente, açúcar, rapadura, cal, telha, fumo, e tecido.	1 moinho. 1 maquina para mandioca. 1 turbina para açúcar.

Empregados da colônia com vencimentos mensais.

Função	Salário
--------	---------

Diretor	2.000\$000 (Dois Mil Réis).
Ajudante - empregado em medições.	720\$00 (Setecentos e Vinte Réis)
Capataz para animais.	288\$000

Operários com vencimentos anuais.

Carpinteiro	360\$000
Servente de medições	384\$000

Fonte: Dados obtidos através do Relatório do Presidente da Província do Paraná, André Augusto de Padua Fleury, de 04 de Junho de 1865.

Esses dados fornecem maior clareza sobre a funcionalidade do empreendimento, como o predomínio dos bens públicos sobre os bens da colônia, plantações relativamente pequenas em seu montante. Escravidão, sendo que consta escravas e africanos, mas não fica claro se os homens africanos são escravos, detalhe que em nada mudaria a sentença que em Tereza Cristina em 1865 havia escravidão. Também fica destacada a diferença salarial do diretor para com os professores, sendo que o diretor recebia 92,5% a mais que a professora. E havia também a discrepante diferença de 100% entre os salários do professor, com o salário da professora, apontando o extremo machismo da época.

A colônia era uma empresa pública com folha própria, mas uma empresa com péssimo desempenho. Não apresentava características socialistas, e o capital privado se sobressaia, haja vista o “parque industrial”.

Com relação às escravas, o regulamento de funcionamento da colônia feito por Rumbelsperger era idêntico ao regulamento original de Faivre, que proibia escravos na colônia, fazendo deste fato uma notável mutação.

Talvez o público mais “encoberto” dessa história brasileira é o público indígena, esse nome genérico que por si só suplanta suas múltiplas culturas. O termo horda, utilizado por Rumbelsperger, é pejorativo na essência, sugere desordeiros, brigões, indisciplinados, malvados, etc. Termo consonante com as políticas públicas do setor à época, pois o governo da província tinha uma pauta denominada correria de índios. Ou seja, aqueles que vagam, mas na verdade vagavam pelo desespero provocado pela invasão do outro.

É bem verdade que o Estatuto da Colônia, mesmo na reedição de Rumbelsperger vetava a presença de escravos, conforme atesta a publicação oficial do governo da Província do Paraná, de 1859, que tinha como presidente José Francisco Cardoso. Porém, na prática tal veto não estava sendo aplicado.

“Art. 2º Os escravos não serão admitidos na colonia (CARDOSO, 1859, p 11)”.

O diretor fez da lei interna da colônia letra-morta, e em 1870 pediu exoneração do cargo de confiança política. Seu mandato apesar dos investimentos públicos não foi exitoso, pois o

processo de mutação da colônia foi latente sob suas ordens, e nem mesmo o compromisso para abrir estradas Rumbelsperger honrou. Seu estudo apontando que a navegação no Ivaí era possível não apresentava sólidos fundamentos técnicos, embora mantivesse a expectativa de navegar naquele rio, pois a existência da colônia dependia dessa esperança. Coube ao presidente da província do Paraná, Antonio Luiz Afonso de Carvalho conceder a demissão daquele que fora pessoa de confiança de Jean Mauricio Faivre.

Por portaria de 9 de Novembro foi concedida a demissão que solicitou o diretor desta colônia Gustavo Rumbelsperger. Não tendo substituto legal e não convindo, e não convindo que continuasse acephala a direção de um estabelecimento tão importante e com o qual tem o Estado despendido somos avultadas, acerescendo ainda ser urgente arrecadar e inventariar o que allí existe de propriedade da colônia, afim de evitar descaminho e consequentemente prejuízo a fazenda nomeei a 7 de Novembro Diretor Interino o Oficial da Repartição das Terras Emilio Nunes Corrêa de Menezes, quem, alem da prática, concorreu outras habilitações (Carvalho, 1870, P. 41).

Rumbelsperger é um dos principais personagens da história da Colônia Thereza, superado apenas pelo homem e pelo mito do fundador do empreendimento, daí a ênfase necessária a ele, e paralelo ao caminhar de Rumbelsperger está a atuação do poder público, que mostrava-se ineficiente e leniente, aja vista a esdrúxula nomeação do substituto de Rumbelsperger.

Esta nomeação foi aprovada por aviso de 12 de Janeiro, tendo sido antes de conhecida nomeado em data de 20 do mesmo mês pelo Ministério da Agricultura, segundo me foi comunicado naquelle aviso o cidadão Joscelyn Augusto Moroines Borba, que era Diretor do Aldeamento do Paranapanema de cujo cargo foi exonerado (CARVALHO, 1870, P. 42).

Borba era militar de carreira, e quando Bigg-Wither esteve na Freguesia de Terezina, Borba era o diretor. Contraditório, pois era diretor de uma freguesia, não de uma colônia! Mas a maior observação que se faz necessária neste tópico é sobre a ineficiência estatal, pois fazer duas nomeações para o mesmo cargo demonstra primeiramente total descontrole da administração pública, e em segundo lugar sugere indefinição ou rivalidade entre o estado provincial e o Estado Imperial, pois o Ministério da Agricultura de responsabilidade imperial nomeou Borba, e o presidente da província nomeou Menezes. Ora, um estado que não tem controle sequer sobre nomeações oficiais, quiçá teria sobre recursos públicos.

A propósito, Borba manteve a escravidão na colônia, conforme nos conta Bigg-Whiter, ao falar de um jantar de Boas-vindas ofertado por esse diretor.

A senhora, contrariando os costumes sertanejos da região, sentou-se à mesa conosco, ao lado direito do marido, e fomos servidos por uma negra horrivelmente feia, a dividir a sua atenção entre nós e o porco que, apesar de ter recebido depois um pontapé do diretor e ser batido pela escrava, se recusava a sair da sala (BIGG-WITHER, p.173-174).

A colônia, que mudava de composição ao passar dos anos, passou de quase totalidade

de habitantes franceses em 1847, para seis famílias em 1858, e apenas uma família dessa nacionalidade em 1872, o que fez de Therezina um lugar como muitos outros no Brasil do século XIX, enquanto a população de brasileiros que crescia substituía a população original da colônia, daí os dados demográficos de Bigg-Wither, que calculou em 400 os habitantes em 1872, além dos cerca de 40 indígenas e demais moradores dos arredores.

Mesmo mutada, a partir de 1858 a colônia recebeu grande atenção do governo provincial, que destacou o delegado da repartição das terras públicas, Lourindo Abelardo de Brito, que fez um inventário da colônia, conforme consta no relatório do presidente provincial, Venâncio José de Oliveira Lisboa.

Desse documento oficial consta que na colônia existiam 248 habitantes, sendo 236 brasileiros, 11 franceses e 1 português, os quais ocupavam 62 casas, das 8 cobertas de telha, 24 de taboa, 25 de palha, 3 de taboa e telha, e 2 em construção. Funcionavam 2 escolas de instrução primária de ambos os sexos, a do masculino freqüentada por 34 alunos, tendo por professor Felix Antonio Condamine, contratado em 1856, e a do feminino por 18 alunas, lecionadas desde 1858 por D. Vitalina Rosa (LISBOA, 1872, p. 48).

A partir do relatório de Brito, apresentado pelo presidente da província, o estado promoveu importantes investimentos na colônia, sobretudo na área de segurança, fato que de certa forma denota poder do diretor Rumbelsperger, e poder era sinônimo de influência com os representantes governamentais, é o que transparece o presidente Lisboa.

Com o fim de evitar que, com a perda de seu diretor Dr. Faivre, sentisse completo aniquilamento, desaparecendo tudo quanto se achava feito, o governo imperial determinou: 1º A criação de uma subdelegacia. 2º A permanência ali de um destacamento. 3º A remoção para a colônia de um toldo de índios mansos de Palmas. 4º Concessão de 10 africanos livres para os trabalhos de abertura do caminho e outros misteres. Destas providências algumas foram postas em prática com vantagem para a colônia. A nomeação do subdelegado recaiu sobre o próprio diretor: Esta medida era a muito reclamada (LISBOA, 1872, p. 48).

Lisboa está falando do histórico da colônia após a morte de Faivre, quando o poder público fez amplo investimento sob o comando do diretor Rumbelsperger (1858-1870), diretor que acumulou cargos, como diretor de vacinação, além de responsabilidades remuneradas quanto a abertura e conservação de estradas, etc. De sorte que de fato haviam investimentos públicos na colônia, em Faivre, e posteriormente em Rumbelsperger, mas os resultados da colônia em termos custo benefício são questionáveis. Sobre as funções remuneradas de Rumbelsperger, Fernandes observa:

“Em 1861, nomeado vacinador itinerante pelo governo Provincial, Gustavo vai enfrentar muitas dificuldades em razão dos prejuízos que Thereza Cristina sofreu com a inundação proveniente das cheias do Ivaí (FERNANDES, 1999, p. 204)”.

Se os resultados da colônia não foram bons, a iniciativa de Faivre enquanto tenaz

empreendedor é refutada. Quanto aos investimentos públicos ficam dúvidas, se foram apenas ineficientes, gerando gastos, ou se houveram favorecimentos e favorecidos, que em nome de uma causa justa consumiram recursos que deveriam ter melhorado a vida da colônia e dos “colonos”. Dentre os insumos estatais estava a mão de obra, como o envio dos africanos, que o presidente Lisboa nos informa.

“Os africanos foram enviados dos aldeamentos indígenas para a colônia Thereza que muita vantagem tirou de seus serviços, até a época em que foram emancipados (LISBOA, 1872, p. 47)”.

Esta citação nos leva novamente ao regulamento de Rumbelsperger. Afinal, aqueles africanos eram escravos? No relatório do presidente Fleury de 1865 consta emancipação de africanos. Vejamos:

Em execução do Decreto nº 3310 de 24 de Setembro do anno passado foram lavradas 83 cartas de emancipação, correspondentes aos africanos livres que se acham na província, distribuídos deste modo: Capital 3; São Pedro De Alcântara 37; Paranapanema 22; São Jeronimo 19; Colonia Thereza 4 (Fleury 1865, p. 7).

Inegavelmente vieram africanos trabalhar na colônia no mandato de Rumbelsperger, que era um “fiel escudeiro” de Faivre, mas introduziu escravas e possivelmente também escravos, pois o número total de africanos introduzidos na colônia era maior que o número de emancipados. De qualquer forma resta comprovado que a colônia lucrou com o serviço desses africanos até eles serem emancipados. O termo emancipado não serve de comprovação se eram escravos ou não, pois em 1864 o Decreto Imperial n.º 3310 que a citação mencionou, ordenava emancipar os africanos livres, então os 4 africanos da Colônia Thereza poderiam ser livres, mas também poderiam ter sido emancipados para participar como soldados da Guerra do Paraguai, que teve nos escravos seu maior contingente de combatentes.

Rumbelsperger, por outro lado, teve sucesso individual no serviço público, pois teria comprado enorme latifúndio nas imediações da Colônia, e a terra naquela época não era exatamente barata, conforme vimos no capítulo anterior.

A colônia em 1872, ano da visita de Bigg-Wither, estando no mandato do diretor Borba, apesar das desigualdades, das dificuldades, e das mudanças que sofria na sua composição, ainda assim ostentava força em questões industriais, se compararmos a época e o espaço geográfico, é o que atesta o Presidente Lisboa.

Possuía o estabelecimento 9 engenhos de cana e 4 alambiques, 1 fabrica de licores, 1 de fumo, 1 olaria, 1 forno de cal, 1 machina de serrar madeira e tratava-se de montar uma a vapor para motor. Existiam 3 carpinteiros, 1 ferreiro, 1 torneiro, 2 sapateiros, 1 funileiro e 1 armeiro (LISBOA, 1872, p.48-49).

Os números sobre a colônia variam de relatório para relatório, e nem sempre há

separação entre as benfeitorias públicas, das benfeitorias privadas, mas quando há, é possível verificar que as empresas de particulares superaram em muito as empresas da colônia, corroborando no sentido de que a Colônia Thereza seria um empreendimento convencional em termos de modo de produção capitalista.

No relatório de 1872 o governo apresentou um histórico de Tereza Cristina a partir do ano de 1858, e apontou um episódio do ano de 1864 crucial em desfavor da Colônia Thereza e ao prestígio do diretor Rumbelsperger.

Por aviso de 8 de Abril de 1864 foi o diretor incumbido da construção da estrada para Ponta Grossa, sendo uma das condições estipuladas das instruções expedidas pelo governo terem começo os trabalhos dentro do prazo de 6 meses, a contar da data das mesmas instruções, e devendo, no caso contrário, ser suspensa a consignação de 700\$000 que se mandava abonar ao director para a construção da estrada. Infelizmente tal condição não foi observada e o governo da província fez efetiva aquela disposição. Perdeu a colonia a ocasião de possuir uma estrada de rodagem, com 30 palmos de largura e nos logares de mato com 60 de descortinamento, tendo o leito 20 palmos limpos e de fácil trânsito. O incansável Dr. Faivre realisaria o pensamento do governo e a colonia Thereza, dotada de uma boa via de comunicação que desse fácil escoamento nos seus productos para os mercados vizinhos, teria atingido a um grao de prosperidade que chamaria a emigração espontânea a aproveitar a fertilidade do solo de que é alto dotado pela natureza (LISBOA, 1872, p. 49-50).

Tudo parecia secundário ante à questão das estradas, sendo este o maior dos obstáculos da colônia. Ao lamentar o fato do diretor não ter feito a estrada e assim ter prejudicado o empreendimento, o presidente da província de certa forma admitiu a derrocada da colônia, pois seu caráter primeiro não mais existia. Isto é, os estrangeiros eram minoria absoluta na composição populacional local.

O presidente Provincial, Venâncio José de Oliveira Lisboa, no relatório de governo de 15 de fevereiro de 1872, trouxe a seguinte observação:

“Da última informação prestada pelo diretor Rumbelsperger, em seis de Dezembro de 1868, consta que a população da colônia elevava-se a 445 pessoas, assim classificadas (LISBOA, 1872, p.50)”.

NATURALIDADE	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Africanos e índígenas não foram mencionados.			
Brasileiros.	240	185	425
Franceses.	6	7	13
Portugueses.	5	-	5
Alemães.	2	-	2

			445
--	--	--	-----

Fonte: Dados obtidos através do Relatório do Presidente da Província do Paraná (1872).

O documento estatal ora comentado foi um dos mais completos diagnósticos sobre Tereza Cristina, com informações de 1858 a 1872, e isso faz do ano de 1872 um ano simbólico para a transformação da colônia. O processo de transformação oficial teve em 12 de abril de 1871 seu momento máximo, quando a Colônia Thereza perdeu sua identidade, ao ser “elevada” para a categoria de freguesia, a Freguesia de Therezina. A colônia foi elevada no sentido de ter maior autonomia, sendo que freguesia no entendimento da época era um local capaz de bancar uma paróquia, com dízimo suficiente para manter o padre e as despesas, mas a identidade cultural da Colônia Thereza foi atingida ao ter seu nome diminuído para Freguesia de Therezina. Therezina é diminutivo de Tereza, a pequena Tereza, a frágil Tereza, a meiga Tereza, e assim por diante.

Aliás, em *O Homem Cordial*, no capítulo 5 de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda explica a aplicabilidade dos “inhos” na história do Brasil.

“A terminação “inho”, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazer-lhes mais acessíveis aos sentidos e também aproximá-los do coração. (HOLANDA, 1995, p.148)”.

Não por acaso, a partir de 1872 as menções oficiais sobre Tereza Cristina foram se findando, dando a impressão que o relatório de Oliveira Lisboa foi o “atestado de óbito” da colônia, que então seguiria segundo à própria sorte. Por volta de 1884 às menções oficiais sobre a Colônia Thereza ficaram ainda mais raras, mesmo no item colonização, que continuou em destaque nas menções governamentais, mas sem o nome da antiga estrela dentre as colônias.

Nos principais assuntos tratados pelos presidentes da província do Paraná a partir de 1873, raramente aparece o nome Colônia Thereza, e quando aparece não é com louvor. Ao contrário, a importância do local vai mirrando ano após ano, enquanto a colonização ocupava grande destaque governamental.

Relatório de 1873 do presidente Manoel Antonio Guimarães, de 13 de junho daquele ano. Sobre imigração:

“Problema que tem preocupado incessantemente a atenção dos poderes públicos, a imigração estrangeira e principalmente a que tem sido encaminhada para essa província ainda não corresponde ao fim desejado (GUIMARAES. 1973, p. 22)”.

A colonização havia tomado o rumo do profissionalismo. Isto é, a colonização passou a ser realizada predominantemente por empresas ditas colonizadoras, e as iniciativas particulares foram perdendo força. Uma pessoa com dinheiro para comprar uma pequena terra, ou coragem

para parcelar a compra em até 10 anos, era relativamente fácil de ser encontrada, os chamados imigrantes voluntários. O poder público, que vendia terras para empresas colonizadoras, também comprava a terra das empresas a preços superfaturados para fomentar a colonização, enquanto o empresário obtinha lucro no valor da revenda do lote, não na espera pelo lucro através da produção agrícola do colono.

Adoptado em tão larga escala o systema de colonização por meio de empresas particulares subvencionadas pelo Estado, cumpre aguardar a lição da experiência para pronunciarmos-nos sobre suas vantagens. Estou convencido de que si o interesse particular auxiliado pelo Estado não conseguir resolver tão momentoso problema, não terão melhor êxito os esforços tentados por conta do governo com o systema colonial até o presente em vigor e com os exíguos meios annualmente empregados (GUIMARAES. 1973, p. 22).

Está evidenciado que o foco governamental em termos de “importação de pessoas” era outro, não mais as velhas colônias como Thereza, e mesmo não estando funcionando como deveria, a questão era buscar aperfeiçoar a empresa da imigração.

Existem nesta província tres colônias mantidas pelo Governo Imperial – A do Assunguy, Thereza e Militar do Jatahy; sendo que a segunda é impropriamente considerada como tal, visto ser composta exclusivamente de nacionaes que vivem sob o regime colonial. Seria, portanto, conveniente a supressão dos lugares de diretor e mais empregados; e, nesse sentido, encaminhei ao Governo uma representação de cidadãos ali estabelecidos, solicitando não só essa medida como a de ser aplicado aos melhoramentos da estrada o producto resultante daquela economia ((GUIMARAES (1973, p. 22).

As outras colônias tiveram menções normais, como de praxe, mas Thereza estava por ser banida da relação de colônias mantidas pelos cofres públicos, pois a legislação não considerava colônia estrangeira um povoamento com maioria absoluta de nacionais, e Thereza deveria ser submetida ao rigor da lei. Tal era a condição desta Colônia , e o presidente Guimarães foi taxativo ao considerá-la composta exclusivamente por nacionais.

Relatório de José Cardoso de Araújo Abranches, presidente da província do Paraná, em 15 de fevereiro de 1874:

A colonização é um grande problema que o governo brasileiro há procurado resolver desde a independência política do império. Não há esforços e despesas a que se tenha poupado sem que, infelizmente, os resultados tenham correspondido aos sacrifícios feitos (ABRANCHES, 1874, p.38).

No relatório acima houveram menções às colônias do Assunguy, do Jatahy, Abranches, Venâncio, e Thereza. Nesta ordem, mas a narrativa era no sentido de exemplificar modelos malfadados, sendo que a Colônia Thereza deveria deixar de existir enquanto colônia estrangeira, assistida pelos cofres públicos.

“Penso, como meu antecessor de que deve esta colônia entrar no regime comum. Neste sentido já solicitei providencias do Governo Imperial. Tem este estabelecimento o seguinte

pessoal: 1 Diretor - 1 Almocharife - 1 Medidor (ABRANCHES, 1874, p.42)”.

O quadro de funcionários havia diminuído drasticamente, não houve menção nem mesmo aos professores, fato que hipoteticamente consuma o fim da Colônia, e sugere piora na qualidade de vida, pois o histórico demográfico da colônia demonstra que sua população não sofrera diminuição considerável, o que houve foi constante rotatividade, mobilidade humana com conseqüente aumento dos nacionais em detrimento dos estrangeiros.

Vejamos o relatório de José Cardoso de Araújo Abranches, presidente da província do Paraná, apresentado à Assembleia Legislativa em 15 de fevereiro de 1875, onde o poder público se mostra um tanto mais profissional no trato da colonização.

Alem dos meios indiretos aconselhados pelo interesse da colonização, por um lado, e pelo culto da justiça por outro, como sejam as providencias para que nada falte aos colonos, nem agasalho desde os portos de embarque até seus destinos, nem os viveres nos prazos legais, nem as prestações pecuniárias a que tem direito, nem o modo de se estabelecer em comodamente nas colônias, outras tem sido postas em pratica para facilitar o desenvolvimento da colonização da Província (ABRANCHES, 1875, p 23).

Ao longo do relatório supra citado são mencionadas as mesmas colônias do ano anterior, com descrições favoráveis a localizações próximas de estradas ou cidades, tal era a tendência daquele momento. A menção sobre A Colônia Thereza foi a que segue:

Thereza – Fundada com colonos franceses nos Sertões do Ivahy, teve essa colônia de obedecer a lei fatal que aniquila todas aquellas que se vêem isoladas e entregues a seus próprios recursos. Região fertilíssima e própria para a cultura dos productos peculiares aos paizes quentes, não pode, entretanto, corresponder as vistas menos previdentes que sinceramente entusiasticas do fundador da colônia, o Dr. Faivre, já fallecido (ABRANCHES, 1875, p 25).

Abranches não apenas deixou de elogiar Faivre como era de hábito nas mensagens de governo, como também criticou o fundador da colônia ao classificá-lo como menos previdente e mais entusiasta. Não houve, no entanto, interesse público em melhorar a qualidade de vida da população da Freguesia de Therezina, e o local foi tratado como ex-colônia, ficando os moradores em segundo plano. Mas afinal, aos olhos governamentais, em primeiro plano esteve durante mais de duas décadas a colônia enquanto empreendimento, nunca enquanto sociedade humana. Destarte, que assim que o Estado perdeu o interesse pelo projeto Colônia Thereza, nem mesmo seu “mítico” fundador foi poupado.

No relatório de Adolpho Lamenha Lins, presidente da província do Paraná, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1876, não houve menção a Colônia Thereza. Também não houveram menções sobre colonização, muito embora ao falar de outras colônias o documento destaca a colonização inglesa, e algumas colônias mais próximas de Curitiba. Grosso modo, o gestor lamenta a política inglesa que forçou o fim da escravidão.

A falta de braços é um facto econômico que teve origem na cessação dos tratados do

comércio com a Inglaterra, o que a provocou a redobrar de esforços para a repressão do tráfico de escravos, dando lugar ao celebre Bill Aberdeen que não só creou sérios embaraços a nossa agricultura e comércio, como alarmou a dignidade nacional pela imposição da força material em um século em que só o direito deve ser a lei suprema que rege as relações entre as nações (LINS, 1876, p. 78).

A citação se justifica no contexto da colonização, sendo que a Inglaterra foi decisiva para o fim da escravidão como mão de obra oficial. Por outro lado, vimos o conservadorismo do presidente da província, que demonstra contrariedade ao fim da escravidão, ao tempo que deixa claro a força dos ingleses imposta sobre o Brasil, fato que nos faz lembrar da dicotomia entre políticos conservadores e empreendedores do Império, como o Barão de Mauá. A colonização, portanto, estava diretamente ligada às leis abolicionistas, e à pressão inglesa.

É importante reforçar que o Bill Aberdeen foi uma lei inglesa de agosto de 1845, e consistia em combater o tráfico de escravos, com essa lei a Marinha inglesa podia apreender os navios negreiros e libertar as pessoas transportadas como escravos. A data da lei inglesa e a data da edificação de Fovre estão na mesma temporalidade, meados do século XIX, e em aproximadamente 18 meses após essa lei, Fovre elaborou o estatuto de sua colônia, onde não haveriam escravos. Portanto, as ações de Fovre estavam em aparente simetria com a “cartilha” inglesa. Relatório apresentado em 1877 à Assembléia Legislativa Provincial, por Adolpho Lamenha Lins, Presidente da Província do Paraná, em 15 de fevereiro. Sem maiores detalhes, mas demonstrando satisfação com a colonização, o presidente sinaliza a preferência estatal por colonizar locais próximos aos centros urbanos, tendência observada nos anos anteriores.

No relatório do Ano passado indiquei as vantagens do estabelecimento de núcleos colonias nas proximidades dos centros populosos, communicaveis por estes por boas estradas de rodagem, e independentemente do regime administrativo que tem as colônias do Estado. Este systema, cujas vantagens foram logo demonstradas na fundação da Colonia Santa Candida, foi adoptado pelo governo imperial, sendo autorezada a criação de outros núcleos pelo Exm. Sr. ministro da agricultura que com extrema solicitude tem procurado dar todo o desenvolvimento a colonização (LINS, 1877, p.79).

Portanto, a empresa colonizadora agradava a administração pública, e no que lhe concerne optou por abrir colônias em locais acessíveis ao comércio, estratégia inversa à aplicada na fundação da Colônia do Ivaí. A região de Curitiba recebeu muitas colônias nesse período, e os números obtidos no relatório de governo da Província do Paraná, de 15 de fevereiro de 1877, tendo como Governador Lamenha Lins, são esses:

Colônias e nacionalidades								
Nome das colônias.	Polacos	Irlandeses	Franceses	Suíços	Alemães	Suecos	Ingleses	

Argelina			39	24	36	10	8
São Venâncio					116	27	
Abranches e Pilarzinho	432	40					
Santa Cândida	266			40			
Orleans	251				19		
D. Pedro	19			12			7
D. Augusto	280						
Thomas Coelho	739						
Lamenha	746						
Santo Ignácio	524						
Revierre							
Total	3257	40	39	76	171	37	15

Fonte: Dados obtidos através do Relatório do Presidente da Província do Paraná (15/02/1877).

Da Colônia Revierre que naquele momento estava em instalação, constam 500 colonos, mas o relatório não cita a nacionalidade. De modo geral, considerando os imigrantes somente de Curitiba e adjacências, percebe-se que a colonização estava vigorosa e diversificada, com destaque para os poloneses, nesta e em outras regiões da província.

O assunto colônias e colonização foi tratado de forma genérica, e assim como no ano

anterior, falou-se na importância desta empresa para o estado. Na mensagem de 1878 o Presidente da Província do Paraná citou várias colônias, mas Therezina não foi lembrada, nem na condição de freguesia, porém houve preocupação com a logística para povoar e colonizar o Paraná.

Na actualidade da Província do Paraná, a estrada de ferro, penso eu, é elemento capital e imprescindível do justo desenvolvimento da colonização. Funda-se este meu asserto das seguintes razões: A província como sabeis, possui apenas, e disseminada em vasta superfície, uma população que, segundo os melhores cálculos, atingirá 130 mil almas (MENEZES, 1878, p. 4).

Na sequência o relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 31 de março de 1879, por Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes, Presidente. Neste trecho do relatório percebe-se significativo investimento estatal visando fomentar a colonização.

Ao assumir a administração da Provincia em 23 de Fevereiro do anno passado, encontrei o serviço da colonização nas condições seguintes: O arquivo da inspetoria especial absolutamente vazio, sem uma linha sequer escripta a respeito de tão vasto e complicado assumpto; Os barracões infectos e sem, atonetados de milhares de colonos que ahi jaziam desde oito ou mais mezes; O transporte, agasalhos e alimentação mal dirigidos em todo o sentido, custando quantias exageradas; Os districtos coloniais sem um pensamento ou principio director, dominando em cada um a boa ou má intelligência do chefe; As compras de terras feitas, em alguns lugares, sem a precisa conveniência, e por preço até 15 rs. A braça; As despezas, finalmente realizadas, sem a necessária fiscalização dando logar a impossibilidade da prestação de algumas contas. Não accusando por semelhante desordem senão o estado de cousas preestabelecido, posso, com satisfação, atestar a seguinte verdade, ao alcance de quem quizer verificar (MENEZES, 1879, p. 42).

O Presidente da Província do Paraná revelou uma situação latente, que obviamente ocorria em larga escala nas administrações imperial e provinciais pelo país. Elementar, pois hoje no Brasil a corrupção não é novidade, mesmo com as mídias e instituições atuando cada uma a seu modo para inibir, dificultar, fiscalizar, e punir as más práticas na administração pública. Então seria ingenuidade não supor que em situações como compra, venda, e documentação de terras no século XIX, não houvesse corrupção com participação de agentes públicos. Os reflexos da regularização fundiária estão presentes ainda hoje no Brasil, no Paraná, e em Tereza Cristina. Na sequência, Menezes pontua suas ações administrativas sobre o tema.

Para conseguir-se estes resultados comprehende-se, foi mister grande esforço e verdadeira dedicação pelo serviço público; Esse esforço e dedicação me é grato afirmar, tive a felicidade de encontrar, nos meus dignos companheiros de trabalho os Srs. Inspectores especiais, chefes de districtos, e agentes officiais, aos quaes rendo as devidas homenagens e louvor; Até o presente, durante a minha administração, cerce de 6.000 colonos, comprehendidos 4.142, entrados no correr do anno findo, foram collocados nos respectivos lotes e emancipadas todas as colônias, com excepção de alguns núcleos da nova Itália e Assunguy; Este facto, como se vê, representa uma grande soma de trabalho, outra não menor de sacrificios realizados pelo thesouro; Mas triste é dizer-lo, o resultado não corresponde a uma nem à outra, e assim será enquanto permanecer o actual systema de colonisação, trabalhando infelizmente por vícios radicaes que o tornam incapaz de outros fructos a não ser os já conhecidos (MENEZES, 1879, p. 42-43).

De forma sensata, Menezes discorre sobre a colonização naquele momento. A clareza e o entendimento que esse presidente demonstrou certamente fez falta a outros presidentes provinciais do Paraná, e mesmo as autoridades imperiais nos tempos de Faivre e Rumbelsperger, sendo que em 1879 havia inúmeras melhorias na questão da colonização, de incentivos governamentais a planejamento logístico quanto ao local mais adequado para instalar os colonos, com formas variadas de colônias.

Um modelo de lotes sem a “vila” separando o rocio das casas estava sendo utilizado em larga escala, fazendo do “colono” um morador fora da colônia, se considerarmos o modelo anterior com as casas próximas e o rocio separado, como era na Colônia Thereza, por exemplo. Neste caso as colônias eram compostas por sítios de uma determinada região, com terrenos com as mesmas medidas, não sendo esse o único modelo, mas um modelo bastante utilizado na colonização do Sul do Brasil.

O presidente Menezes demonstrou bom entendimento quanto às necessidades e anseios dos colonos:

O colono presuppõe, além de outros acessórios, o lote e a casa que o devem receber. Supponha-se, porém, que quando ele chega, incerto sempre no número e na época do desembarque, nem sempre encontra um barracão a que se recolha; Supponha-se, só que então, é que vai procurar a terra, medir o lote e construir a casa; Supponha-se ainda que essa terra tem de ser comprada, que o agrimensor, pelo número inesperado dos recém-vindos, vai ser requisitado no momento que a casa, a pequena casa, exige, cada uma, duas e mais empreitadas que os colonos, salvas as exceções, são alheios no mister da lavoura, e às leis da moral; Supponha-se, finalmente, que o Presidente da Província é obrigado a intervir até nos detalhes domésticos dos colonos; supponha-se, tudo isto, e ter-se-há, em traços largos, deficientemente esboçado o systema de colonisaçao que encontrei na Província (MENEZES, 1879, p. 43).

Para encerrar, o presidente da província do Paraná deixa um incômodo prognóstico sobre a colonização, mesmo com os avanços que a prática proporcionou a colonização ainda tinha muitos problemas, da exploração da mão de obra aos atos ímprobos de servidores públicos.

O menor defeito deste systema é ser impossível. Todas essas considerações, pouco tempo depois de haver assumido a administração da provincia, levei ao conhecimento do governo geral, mas estava o mal tão adiantado, que sob pena de augmentar a confusão o remédio já não podia ser applicado (MENEZES, 1879, p. 43).

Neste documento o presidente Menezes também apresentou as despesas com a colonização, ao passo que restou comprovado a inviabilidade das iniciativas particulares em colonização, pois no geral a colonização, mesmo com os vícios da máquina pública, era um negócio estatal, podendo ser até municipal, mas estatal, e ainda que caro, necessário.

“Pouco desenvolvimento apresentam as colônias particulares, e nenhuma vantagem se tem colhido dellas (MENEZES, 1879, p. 69)”.

Sobre estradas, a Colônia Thereza aparecia constantemente nos relatórios e correspondências oficiais entre Guarapuava e a província, pois a questão viária era um obstáculo que nasceu junto com a edificação de Faivre.

Estrada de Guarapuava à Therezina. Ao respectivo inspector, Major Francisco Manoel de Assis França, cujo zelo é tanto de louvar-se, incumbi, em data de 26 de Junho, de relisar nesta estrada os reparos necessários, despendendo a quantia de 2.000\$ em que foram orçados (MENEZES, 1879, p. 34).

A Colônia Thereza, que mesmo após perder o nome resistiu nas menções oficiais, lentamente passou a figurar nos registros do governo como Therezina.

Menezes não errou ao referir-se ao lugar como Therezina apenas, pois apesar do nome oficial ser Freguesia de Therezina, o nome recorrente passou ser simplesmente Terezina, no diminutivo, da forma “carinhosa” próxima ao coração, “inha”, não mais o empoderado nome Colônia Thereza.

A partir de 1871, portanto a Colônia passa para Freguesia, e as relações de poder do nascimento da Colônia em 1847, até a mudança de nome e de patamar em 1871, estiveram em constante mutação. Os relatórios dos governadores apresentados à Assembléia Provincial do Paraná tratavam dos mais diversos temas, que conforme verificamos, representavam as expectativas com a Colônia do Ivaí, e vice-versa.

Quanto ao nome Distrito de Tereza Cristina, não é possível afirmar com precisão, mas em 15 de fevereiro de 1872 no relatório do presidente Lisboa, quando falava dos limites, divisão civil e eclesiástica dos municípios e seus distritos, Tereza Cristina aparecia como parte do primeiro distrito de Guarapuava.

“Guarapuava – 1º Districto – O território compreendido desde o Rio dos Patos, até a confluência do Rio Pinhão no Jordão, e por este até o Iguassu, fazendo parte delle também a Colonia Thereza (LISBOA, 1872, p. 7)”.

A realidade é que a questão viária foi o maior obstáculo para a integração desta colônia, daí o motivo deste assunto permear este estudo. As estradas de rodagem realmente não existiam, e a Colônia Thereza dependia de picadas e carreiros de mulas para se comunicar. No entanto, a utopia de Faivre, da Província do Paraná, e provavelmente do Império, era a navegabilidade do Rio Ivaí. Resta saber qual dos três teve a percepção que tal tarefa seria impossível, mas de qualquer forma, o divisor de águas foi o estudo dos Kellers.

No relatório do Presidente Fleury, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 21 de março de 1865, consta o esperado estudo dos Keelers, conforme trechos a seguir.

No relatório com que meu antecessor passou-me a administração em 18 do corrente, communicou-me que suspenderá a gratificação mensal de 700\$000 designada ao mesmo Rumbelsperger, por não haver elle dado começo à exploração no prazo de seis

mezes que lhe foram marcados na condição 13ª das referidas instruções. Portanto, se V. Ex., atendendo ao que fica exposto, resolver levar a efeito esse melhoramento, cuja importância V. Ex. compreende melhor do que eu, poderá encarregar o exame da navegabilidade do Ivaí a profissionais que façam o estudo também no sentido de adaptar o rio a navegação a vapor, ou à síga; ficando a cargo do director da colônia Thereza, a outra parte de sua comissão – a abertura da estrada para Ponta Grossa. Nessas circunstâncias estão os engenheiros José e Francisco Keller, já tão recomendados por trabalhos desta natureza (FLEURY, 1865, p. 31).

O texto apresentado no relatório informa que Rumbelsperger perdeu o prazo para iniciar a abertura da estrada para carros, entre Ponta Grossa e Tereza Cristina. No contrato com Rumbelsperger, além da construção da estrada constava também um estudo da navegabilidade do Rio Ivaí, que este diretor deveria fazer. Neste sentido, o pedido do presidente Fleury, feito ao Ministro dos Negócios da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas, é para o estudo do Rio Ivaí ser feito pelos qualificados Kellers. Antes de falarmos dos Kellers, mais uma informação referente quanto à Rumbelsperger, contida no relatório de 05/11/1876, apresentado pelo vice-presidente da província do Paraná, Agostinho Hermelino de Leão, à Assembléia Legislativa Provincial.

Por falta de dados não posso informar a V.Ex. sobre esta colônia que tanto tem custado ao Estado. Achando-se nesta capital o diretor Gustavo Rumbelsperger, em data de 21 de Setembro, exige que me apresentasse com brevidade um relatório circunstanciado sobre o seu estado e progresso. Até esta data não satisfiz esta exigência (LEÃO, 1876, p.19).

Rumbelsperger, definitivamente não manteve a relação de confiança com as autoridades, no mesmo nível de Faivre.

2.3 Engenheiros Kellers no Ivaí: O futuro da Colônia de Faivre atrelado ao Paraguai.

Quanto aos Keleers, como eram chamados, foram eles José e Francisco Keller, engenheiros alemães que chegaram ao Brasil em 27 de Novembro de 1855. Francisco (Franz) acompanhou o pai (Joseph) nos anos 1860, em levantamentos nos rios Paraná, Paraíba, Pombal, Iguaçu, Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Este trabalho a pedido do Governo Imperial (Ministério da Agricultura) foi publicado em alguns jornais, entre eles o jornal Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, de 1865. O Cearense, de 2 de dezembro de 1865. E jornal Dezenove de Dezembro, de 20 de dezembro de 1865. Frans registrava em notas, desenhos e aquarelas, aspectos da fauna e da flora, além de elementos arqueológicos e etnográficos, bem como, realizava brilhantemente trabalhos cartográficos, como mapas dos rios. Pai e filho foram comissionados do Ministério da Agricultura em 1867 para realizar estudos e cartografias de rios da Amazônia.

A apresentação dos Kellers se faz necessário para dimensionarmos a importância dada à essa empresa, pois a causa principal da Colônia Thereza foi submetida ao crivo de alguns dos maiores especialistas do mundo em termos de navegação e mobilidade em geral, como traçados de estradas, etc.

O Jornal Correio Mercantil do Rio de Janeiro, no domingo dia 1º de janeiro de 1865, na seção Atos Oficiais, publicou a seguinte determinação da Diretoria das Obras Públicas e Navegação, do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 24 de dezembro de 1864:

Sendo de alta conveniência política e comercial a comunicação interna que liga a província de Mato-Grosso ao litoral da província do Paraná; e sendo certo que essa comunicação realizada pela estrada da Graciosa e o rio Ivahy, diminua cerca de 30 léguas de transporte terrestre, em direção da extensão difícil via fluvial do Tibagy, acrescentando que a linha do Ivahy, percorre terrenos ubérrimos, que prometem grande riqueza agrícola e facilita o desenvolvimento da Colônia Thereza, e do território central da Província do Paraná; e sendo certo que essa comunicação realizada pela Serra da Graciosa e o Rio Ivahy, diminua cerca de 30 léguas de transporte terrestre, em relação a extensão da difícil via fluvial do Tibagy, acrescentando que a linha do Ivahy percorre terrenos ubérrimos, que prometem grande riqueza agrícola e facilita o desenvolvimento da Colônia Thereza, e do território central da Província do Paraná, a catequese de numerosas tribos de selvagens que habitam as cercanias do Ivahy e infestação periodicamente a população civilizada, encarrego a Vms. De estudar o rio Ivahy, guiando-se pelas seguintes instruções (...) (RIO DE JANEIRO, 1865).

As instruções genericamente diziam para marcar a altura da Serra da Graciosa e da “Serrinha”, nos pontos cortados pela estrada, a situação geográfica do Campo Largo, Palmeiras, Ponta Grossa, Colônia Thereza, e confluência do Rio Ivaí com o Rio Paraná, assim como a de outros rios, e direção da estrada de Curitiba até a Colônia Thereza. Finalizando o documento, o ministro Jesuino Marcondes de Oliveira revela para quem confiou a missão:

“Deus guarde a Vms. – Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá – Srs. José e Francisco Keller (RIO DE JANEIRO, 1865)”.

Aos Kellers também foi incumbida a missão de retificar as condições da estrada Curitiba Ponta Grossa, e Ponta Grossa Colônia Thereza, além de orçar o valor aproximado para possíveis reparos a fim de garantir a rodagem dos carros (carroças). Mas o grande objetivo era a navegação do Ivaí, cujo levantamento deveria apontar cachoeiras, corredeiras, sinuosidade, canais, volume cúbico das águas, largura do rio, força das correntes, obstáculos que impediam a navegação, possíveis obras, meios para execução, bem como o orçamento total.

Sá era Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas, sendo ele paranaense de Palmeira, filho do Barão de Tibagi e primo do Visconde de Guarapuava, foi um importante político do partido conservador, deputado provincial, e o último presidente da província do Paraná.

A determinação de Sá foi crucial para Thereza Cristina, que em seu processo de transformação teve no estudo de viabilidade do Ivaí um divisor de águas, literalmente. Sem trocadilhos, na prática o bom senso indicou que as águas do Ivaí não seriam a salvação da Colônia.

Os documentos demonstram sintonia e consenso entre o Ministro Imperial e o Presidente Fleury, inclusive o ministro tinha conhecimento de causa por ser nativo da região, mas naquele momento Rumbelsperger não estava entrosado com estes políticos, pois não cumpriu o contrato da estrada e da sondagem do rio, e ainda assim resistiu até 1870 na direção da colônia.

O trecho a seguir é de um relatório de governo assinado pelo Presidente Rohan, que demonstra o firme propósito estatal nos idos de 1856, época em que Faivre ainda comandava a Colônia, mantendo as expectativas estatais quanto à rota fluvial pelo Ivaí.

Ivahy, em relação às nossas comunicações com Mato-grosso, ser preferida à que actualmente se faz pelo Tibagy e Paranapanema. Pela estrada seguida, há de Antonina ao Tibagy 80 léguas, distancia que ficará reduzida a 67, quando se fizer a ligação directa entre Antonina e Castro. Mas de Antonina à colonia Thereza a distancia actual, segundo os cálculos os mais aproximados, que passe por Curityba, como acontece presentemente, quer se passe por Castro, como poderá acontecer para o futuro, é de 50 leguas, e que estabelece uma diferença sensível no trajecto por terra. Alem disto, segundo todas as informações, que tenho podido colher, a navegação do Ivahy é muito mais que a do Tibagy e do Paranapanema; e devo crê-lo, não só porque os antigos jesuítas do Paraguay fizeram estabelecimentos importantes à margem daquelle rio, e entre elles a povoação de Villa Rica , de que ainda se conservam vestígios, como porque o Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, que viajou por elle até o Paranã, me da dessa navegação as melhores informações (ROHAN, 1856, p.167).

Voltando ao ano de 1856, o presidente Rohan trazia o sonho pelo qual a Colônia e a Província tinham como certos, o dia da efetivação da navegação do Ivaí. Ora, o Ivaí de fato é melhor que o Tibagy em termos de navegabilidade. O Paranapanema, que também não é ideal para esse fim, tem a desvantagem de estar afastado do epicentro do interesse econômico e logístico que era integrar a província a partir de seu coração. Thereza estava no centro da província do Paraná, e partindo desta colônia via Ivaí, seria a rota mais curta para Mato-Grosso e toda a Bacia Platina, à beira do Pacífico. Nos comparativos entre os rios Ivaí e Tibagi, é preciso levar em consideração as primeiras léguas de cada rio, sendo ambos de impossível navegação por barcos medianos, e neste quesito o Tibagi tem ligeira desvantagem.

Para podermos entender a inviabilidade da navegação através do Ivaí, é preciso extrair as informações subliminares dos Killers, que não diziam ser impossível navegar o rio, mas o dispêndio necessário eles descrevem, e na prática o estudo técnico dos engenheiros era uma mensagem enigmática para a inviabilidade do projeto, é isso que a releitura da mensagem do Presidente Fleury, de 15 de fevereiro de 1866 revela ao falar das vias de comunicação com o

Mato Grosso. Antes de prosseguirmos, porém vale ressaltar que as léguas, medida largamente utilizada nos relatórios, aqui são referentes a 6.210 metros.

Em 1858, então ministro da marinha, o distinto estadista que hoje se acha à testa da repartição dos Negócios Estrangeiros, procurou entender a acção do governo até a desprotegida e infeliz província de Matto Grosso. De seu relatório, lido ao Corpo Legislativo, transcrevo aqui algumas paavras encontradas no artigo – Navegação do Alto Paraná -. A necessidade, dizia elle, que ultimamente sentimos de estreitar as ligações do centro e litoral do Império com a Província do Matto Grosso e particularmente com o Baixo Paraguay, sugeriu ao Governo Imperial a lembrança de crear à margem do Tietê e na sua confluência com o Paraná um pequeno estabelecimento naval, que service para o entretenimento de uma pequena esquadilha naval, que tivesse por fim aproveitar as 80 leguas de navegação livre, de que dispoe entre a cachoeira das Sete Quedas e de Urubupungá, e facilitar por essa forma as remessas de gente, e de material, que concaminhasse para a fronteira ocidental do Império. Era um generoso e elevado pensamento, uma previsão do futuro, hoje presente cheio de angustias e de dificuldades (FLEURY, 1866, p.33).

O texto aponta a preocupação do Brasil com o desenvolvimento e integração das Províncias do Sul e de Mato Grosso, mas nas entrelinhas é revelada a maior das prevenções, o Paraguai. O Paraguai por essa época era a maior potência Sul-americana, fazendo do Brasil vulnerável a uma hipotética invasão deste país, via Mato Grosso. Como o texto replicado é de 1858, em 1866 a referência ao texto soa como profecia de 1858, pois Brasil e Paraguai estavam no curso da maior guerra Sul-americana da história, e uma das mais cruéis que o mundo já viu. Segue o longo e esclarecedor relatório:

Nas discussões, que a tal respeito se travaram, um de vossos representantes opinou em favor do rio Ivahy, preferindo-o ao Tibagy e Parapanema, em substituição ao Tietê; outro, que ainda o é, declarou –se a favor do Tibagy. A carta corographica de Hlliot, a viagem feita em companhia dele pelo sertanejo Joaquim Francisco Lopes e a opinião de alguns de meus antecessores, me fizeram inclinar para aquelle, que, sobre outras, apresentava a vantagem de cortar o centro da província. Foi, pois, o primeiro cuidado de minha administração verificar a navegabilidade destes afluentes do Paraná, como voz annunciei o anno passado, comunicando-vos o officio de 1º de Dezembro de 1864 dirigido ao Sr. Ministro da Agricultura (FLEURY, 1866, p.33).

Este relatório é de fevereiro de 1866, e somente em 16 de abril deste ano o Brasil com os aliados invadem o Paraguai, quando de fato a Guerra se inicia para o Brasil em termos de revide e virada bélica. Portanto, até a data deste relatório ainda não haviam certezas, e mesmo com os temores quanto à guerra, a rota do Ivaí era tratada como a mais eficiente para a ligação com o Mato Grosso, fato que se fazia urgente no esforço de Guerra. Neste sentido o presidente Fleury trata da chegada dos famosos engenheiros.

“A chegada dos engenheiros José e Francisco Keller, por mim requisitados, coincidiu com a invasão Barbara de Matto Grosso (FLEURY, 1866, p.33)”.

É irônico, mas após extensas comparações e apresentações de orçamentos das obras faraônicas, que seriam necessárias para abrir canais nos quatro rios, sendo Ivaí, Tibagi, Parapanema, e Iguaçu, ambos estudados pelos Kellers, a conclusão desses profissionais foi

que o Tibagi seria mais vantajoso. O fato do Ministro Sá, que recomendou o estudo aos Kellers, ser filho do Barão de Tibagi, talvez tenha relação com o favorecimento técnico ao rio que nasce nos Campos Gerais, mas não há comprovação alguma neste sentido. Os números a seguir são em léguas, relativas às distâncias necessárias para as obras viárias por terra e por água, via Ivaí, ou via Tibagi, tendo Ponta Grossa como ponto de partida.

Rota via Ivaí:

De Ponta Grossa a Colônia Thereza -	22
Da Colônia Thereza a Villa Rica –	44,84
De Villa Rica ao Salto das Bananeiras –	7,77
Do Salto a Corredeira do Ferro –	16,53
Da Corredeira a Foz do Ivahy –	22,45

Rota Via Vales do Tibagi e Paranapanema:

De Ponta Grossa ao Jatahy –	44
Do Jatahy a Barra do Tibagy –	12,64
Desta Barra ao Aldeamento de Santo Ignácio –	14,76
De Santo Ignácio a Serra do Diabo –	7,76
Da Serra do Diabo a Barra do Paranapanema –	13,14

Fonte: Dados obtidos através do Relatório do Presidente da Província (1866).

“Portanto, ao contrário do que o faziam supor os mappas da província, o traço pelo Ivahy é mais comprido, 21, 31 léguas do que o do Tibagy e Paranapanema (FLEURY, 1866, p.33)”.

É flagrante a mudança do pensamento apontado neste estudo, sugerindo relação de forças entre os mandatários, ou donos do poder da província e do Império, pois não foi considerado, sequer, as obras necessárias no Rio Paranapanema, da Barra do Tibagi até o Rio Paraná. Para piorar a situação da colônia de Faivre, o relatório fala das vias terrestres:

De mais, deve-se notar que o perfil longitudinal da estrada para a colônia Thereza, é menos favorável do que da via em direção ao Jatahy, a menos de dar uma volta em extremo grande, descendo o Yguassu até certo ponto, e em seguida passando directamente de seu Valle para o Ivahy (FLEURY, 1866, p.34).

Na sequência o relatório dos engenheiros apresentado pelo Presidente Fleury apontou os valores das vias, terrestre e fluvial, com diferença gritante em desfavor de Thereza Cristina, e ao valor do custo da obra foi projetado o custo do frete, e o tempo a mais para vencer as distâncias, fator que desqualificava os projetos de integração da Colônia Thereza. Projetos que atenderiam cerca de 8,5% de pessoas, comparado ao projeto do Tibagy, e com custos muito superiores.

“A esta consideração acresce que, a comunicação pela segunda interessa imediatamente

a uma população de quase 4.000 almas; e a primeira, so a colonia Thereza, com 342 habitantes (FLEURY, 1866, p.33)”.

Resta demonstrado, que o aguardado estudo dos Kellers, que deveria finalmente viabilizar a prosperidade da Colônia Thereza, na prática foi decisivo para o desencanto do lugar, pois ao contrário de estudos anteriores, de engenheiros de menor renome, e de sertanistas, o Ivaí provou-se inviável para a navegação.

Destarte, que observando os rios Ivaí e Tibagi, mesmo um leigo em navegação fluvial terá a imediata certeza que nesses rios é impossível a navegação em barcos médios, quiçá um navio a vapor de no mínimo 6 palmos de calado, conforme era desejado. O Rio Ivaí, que atingiria melhor os objetivos logísticos em seus primeiros 50 quilômetros aproximadamente, de Tereza Cristina rumo ao Rio Paraná, possui inúmeros pontos difíceis para navegação de canoas em períodos de nível normal das águas. Ainda na hipótese de que em meados do século XIX houvesse mais água no rio, o que é possível supor, ainda assim, devido ao declive, em muitos pontos do rio as águas não seriam profundas o suficiente para esses barcos.

Mas além desses prováveis 50 quilômetros, outros 20 ou 30 quilômetros na sequência, também são de difícil navegação, e as obras necessárias seriam dignas dos faraós. Situação similar se aplica ao Rio Tibagi, menor nas primeiras léguas, e igualmente composto de corredeiras, pedreiras, e rochas.

Outro sim, para o abandono do projeto viário do Ivaí, e também do Tibagi, foi a já comentada guerra. Ora, o temido ataque paraguaio ocorreu, e em resposta os aliados aniquilaram de forma genocida a maior parte da população paraguaia, fato que manteria aquele país por muito tempo sem forças para reorganizar um novo ataque ao Brasil.

E o segundo motivo pelo qual a Guerra do Paraguai contribuiu para o isolamento de Tereza Cristina, é com relação às finanças públicas, pois o Brasil ficou arrasado financeiramente com a guerra, e ainda mais dependente da Inglaterra, fator que influenciou nas tomadas de decisões favoráveis às políticas inglesas.

CAPÍTULO 3

TEREZA CRISTINA HOJE: O PÚBLICO E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO.

3.1 Uma História Pública.

Por se tratar de uma pesquisa em história pública, seguimos a linha de Ricardo Santhiago, um dos principais historiadores brasileiros nesta modalidade.

Embora não seja o momento de apresentar detalhadamente a tipologia de história pública que vim a estabelecer após estudar detidamente a produção brasileira e internacional na área, quero mencionar que penso a história pública como uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais passíveis de entrecruzamentos: a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a idéia de “autoridade compartilhada” é central; a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo). Essa tipologia ajuda a elucidar que predominâncias e exclusividades são coisas bem diferentes (SANTHIAGO 2016, p. 28).

A história pública surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, ao passo que os recém-formados historiadores passaram a ocupar mercados não tradicionais ao historiador. Sobre o termo história pública, o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho dá maiores informações.

Em 1975, Richard Kelly, professor da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, diante de uma grande crise de desemprego que atormentava os Transversos: Revista de História Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016. 37 historiadores daquele país, usou o termo “História Pública” para se referir à atuação dos historiadores fora do meio universitário (CARVALHO. 2016, p 36 - 37).

Entre a população do Distrito de Thereza Cristina, as histórias de Jean Mauricio Faivre e sua colônia são vagas e muitas vezes míticas. Não há uma conectividade entre a população francesa da ex-colônia com os habitantes locais, pois não possuem parentesco nem laços afetivos, salvo hipotéticas exceções, e em havendo alguém, não seria o laço sanguíneo que o faria diferente dos outros habitantes. Há um hiato entre os tempos de Faivre e Rumbelsperger, até a chegada de outros imigrantes, no entanto entre a população de “brasileiros”, que gradativamente substituiu os franceses, possivelmente houve continuidade familiar até o presente, mesmo não tendo esta memória por parte dos descendentes.

Continuando na linha de Santhiago, neste trabalho realizamos entrevistas com cinco moradores locais, e um ex-morador, forçado a deixar o lugar em 1974.

São eles: José Carlos Vam Beek, Romualdo Lubczik Sobrinho, Alcides Ferreira, Cristofer Guilonski, Abdala Derbli, e Edilson Vaz de Oliveira, que também concedeu entrevista, mas apresentaremos seu depoimento espontâneo na página História Pública Tereza

Cristina:

Nasci em Tereza Cristina em 1969. Eu tinha por volta de 5 anos de idade, quando aconteceu um grande desentendimento entre meu pai e integrantes de uma família do Distrito. Como eu era muito pequeno, tenho apenas uma vaga lembrança e sei as histórias que ouvia quando ainda criança. O motivo da encrenca toda foi devido à umas terras, acho que chamadas de “rocio”, onde as famílias plantavam para a sobrevivência, terras essas que estavam para ser tomadas. Num domingo, saindo da missa, meu pai, minha mãe, eu e minha irmã, aconteceu o que podemos chamar de uma tragédia. Um tiroteio entre meu pai e esses outros homens, que não sei dizer quem eram. Muita gente baleada, penso que houveram mortos. Meu pai levou 6 tiros, baleou também alguns do outro lado, na confusão toda, sem querer, também baleou meu tio, irmão dele que interveio na briga desarmado. Escondeu-se exatamente no monumento, na troca de tiros com seus adversários que atiravam de trás de caminhões e janelas das casas. Inexplicavelmente, meu pai foi socorrido, muitos dias entre a vida e a morte, meu tio também, mas sobreviveram. Assim, viemos embora de Tereza Cristina para nunca mais voltar. Nossa, me alonguei demais, senta que La vem histórias rsrs (OLIVEIRA, 2023).

As memórias de Oliveira são permeadas de significados. O drama familiar, às lembranças da infância, a épica e violenta cena do tiroteio, enfim. Seu pai sobrevivente era subdelegado e lutava pelos agricultores do rocio, sendo o rocio uma informação importante, pois revela uma herança viva (permanência) da Colônia Thereza, que por volta de 1974 ainda estava ativo, mantendo a terra comum de plantio, a terra das roças da colônia, que ao passar do tempo tornou-se terra comunal. Sem demonstrar mágoa ou sentimento de vingança, também sem citar nomes dos algozes do pai, Oliveira fala do motivo da briga e do cenário em que ocorreu, tendo o monumento a Faivre como proteção do tio, o que de certa forma traz Faivre para o centro do conflito, cena própria aos mitos.

Não menos importante na nossa pesquisa foi a contribuição de Cristina Ferreira, também através da página História Pública Thereza Cristina:

“Meu marido escreveu o livro “O Paraná e Seus Municípios” reeditado pela Secretaria da Cultura do Paraná. O nome dele é João Carlos Vicente. É descendente de Fábio Vicente Ferrer, morador de Tereza Cristina (FERREIRA, Cristina, Novembro, 2022)”.

Doutor Kazuo Nakano foi outro que contribuiu com essa história através da página pública.

“Infelizmente nada sobrou de construções da época da ocupação (NAKANO, fevereiro, 2023)”.

É emblemática a participação deste médico que trabalhou por muitos anos na terra do doutor que veio da França, e apesar de ser terra de médicos, hoje não tem hospital. Tem um posto com um ótimo médico apenas, e apesar de parecer tradição do lugar ter bons médicos, a infraestrutura é parca, e não são mais dois médicos como no início da Colônia Thereza.

Também através da página em questão, ficou registrada a participação do jornalista

Diego Antonelli, autor de *Uma Utopia Socialista À Beira do Ivaí*.

“Muito bom! (ANTONELLI, 2022)”.

Enfim, essa é uma história pública, feita com o público. A entrevista a seguir foi realizada pessoalmente com o morador José Carlos Vam beek:

Entrevistador: Estou aqui realizando uma entrevista para o mestrado em historia pública da UNESPAR; O seu nome é Carlos? Entrevistado: José Carlos Vambek!
 Entrevistador: O senhor é natural daqui, de Tereza Cristina? Entrevistado: Sim!
 Entrevistador: A origem da família do senhor é? Entrevistado: Holandesa!
 Entrevistador: O senhor tem alguma lembrança de quando vieram para cá?
 Entrevistado: É meu avô, meu avô veio com seis ano de idade!
 Entrevistador: O senhor não lembra a data de nascimento, ou quando veio?
 Entrevistado: Não!
 Entrevistador: O lugar aqui, de quando o senhor era criança, adolescente, pra frente, era muito diferente, mudou muita coisa?
 Entrevistado: Naquela época lá que eu era criança, tinha telefone, a farmácia boa, e hotel bão, escolinha, tinha tudo, tinha até cadeia em Tereza Cristina.
 Entrevistador: Até cadeia?
 Entrevistado: Até cadeia!
 Entrevistador: Polícia, delegado tinha?
 Entrevistado: Chegou até mora aqui o policial, e delegado tinha!
 Entrevistador: E dos franceses, o Faivre, os descendentes, o senhor escutava bastante história, sabe alguma coisa?
 Entrevistado: Pois olha, eu não sei muita coisa, mas sempre eu escutava o povo comenta sobre a vinda do Faivre! (...) (VAM BEEK, 2023).

Até aqui Vam Beek não apresenta novidades, apenas confirma que havia maior infraestrutura pública, sobre tudo na área de segurança.

(...) Entrevistador: É, algum documento, algum vestígio, assim, objeto, qualquer coisa que lembre, uma edificação antiga, uma povoação antiga de índio, escravo, o senhor já ouviu alguma coisa assim?
 Entrevistado: Não não, Tereza Cristina era assim, antigamente, essa fazenda aqui do Silvio, nós dizia, era tudo, até lá embaixo, era tudo pertencendo a Tereza Cristina, criaram os filhos lá, tudo, e venderam.
 Entrevistador: O senhor lembra o ano mais ou menos?
 Entrevistado: Não lembro o ano!
 Entrevistador: Ele vendeu para um particular?
 Entrevistado: Isso, vendeu pra um fazendeiro, ali era 86 alqueire, fazia parte aqui da grande terra, Tereza Cristina, nós dizia terreno do rocio, ali o povo quem queria trabalhar lá trabalhava, morava gente lá, ninguém era dono sabe, fazia lavora lá.
 Entrevistador: Rocio é relativo a roça, onde o povo fazia as roças?
 Entrevistado: Sim, na volta do rio ali era tudo do rocio (...) (VAM BEEK, 2023).

Vam Beek diz que havia uma terra comum (a grande terra), herança dos tempos da colônia, o que significa dizer que algo concreto da colônia perdurou até relativamente pouco tempo, pois outros moradores dizem que essa venda foi no início dos anos 1980. Vam Beek não tem história contínua a respeito dos franceses, mas vivenciou uma herança da Colônia Thereza confirmando a história de Oliveira, que por muito pouco não perdeu o pai num conflito de cunho agrário, que segundo Oliveira defendia os trabalhadores do rocio. Portanto, hipoteticamente um enorme pedaço da terra da antiga colônia de Faivre foi grilado na década de 1980, segundo moradores cerca de 80 alqueires foram vendidos.

Romualdo Lubczik Sobrinho também contribuiu concedendo entrevista:

Entrevistador: O senhor é natural de Tereza Cristina?
 Entrevistado: Sim, daqui mesmo, nascido e criado em Tereza Cristina.
 Entrevistador: A família do senhor é de origem estrangeira?

Entrevistado: De origem Polonesa.

Entrevistador: O lugar aqui, quando o senhor era mais jovem, o que o senhor tem de lembranças? Mudou muito, como que era?

Entrevistado: É aqui no passado tinha olaria que hoje não tem mais, tinha hospital, aqui em Tereza Cristina, correio também teve aqui, agora é posto, antigamente era correio.

Entrevistador: Sobre os franceses que vieram, com o Faivre, o Doutor Faivre, o que o senhor ouviu de história deles, que o senhor lembra?

Entrevistado: Ah, os franceses, tinha 14 famílias de franceses ali em baixo, ali na beira do rio, aonde tem lá a prova que estão lá os alicerces, uma das casas, e segundo o que a gente sabe, que Jean Maurice Faivre, que é o fundador aqui de Tereza Cristina, ele com a equipe dele, os tripulantes dele vieram pelo rio Ivaizinho, e se colocou na praia ali, viu vestígios humanos na época e seguiu, encontrou essas famílias de franceses, 14 famílias de francês tinha na época, e dali o povo sei lá, foi aumentando aqui pra cima a vila, e Jean Maurice Faivre, segundo dizem que morreu aqui, foi sepultado aqui em Tereza Cristina, e é isso aí.

Entrevistador: E documentos da época, objetos, algum vestígio assim que o senhor lembre, tem algum?

Entrevistado: Desses franceses só tem o lugar das casas deles lá só, mas que a gente sabe tem uma cadeia, que é do tempo deles também, cadeia feita toda de pedra, tá lá os lugar ainda, até se encontra a estrutura dela ainda em pé um pouco.

Entrevistador: O senhor já ouviu alguma história sobre Jesuítas, sobre escravos, que teve aqui na vila?

Entrevistado: É, aqui o pessoal comenta que teve os jesuítas, teve aqui na região os jesuítas também, o pessoal comenta.

Entrevistador: De escravos o senhor nunca ouviu falar?

Entrevistado: De escravos não, escravos não ouvi falar.

Entrevistador: Indígenas, indígena teve?

Entrevistado: Indígena aqui, até hoje se encontra vestígio indígena, tem, e muito indígena tinha antigamente.

Entrevistador: Basicamente isso seu Romualdo, se o senhor tiver mais alguma história pra contar o senhor fique a vontade, mas a principio é isso.

Entrevistado: Eu acho que não tem mais, esse era mais ou menos, a história que a gente sabe era pouco né.

Entrevistador: Mas ajudou muito. Um dia o senhor contou uma história da fábrica de cal, do poço de cal?

Entrevistado: Não, isso aí tinha sim.

Entrevistador: O senhor chegou a ver isso aí?

Entrevistado: Isso ainda tem o vestígio do forno lá, eram 2 fornos, um na chegada de Teresina, e outro no fundo lá, eles levavam cal daqui pra Guarapuava, telhas daqui pra Guarapuava, teve pessoas que teve aqui no Cartório ainda, e passou a comentar que, ele foi uma das pessoas que disse que ajudou, levava no cavalo, antigamente usava bruaca feita de couro, levavam cal e telha daqui, pra Guarapuava, no cargueiro, tem a foto da primeira balsa de Tereza Cristina, feita de canoa, passando a primeira carroça tem também.

Entrevistador: Mas tá bom seu Romualdo, é isso, muito obrigado da sua entrevista (SOBRINHO, 2023).

Romualdo falou com desenvoltura sobre as histórias do lugar, e sobre aquilo que viu. Os restos intactos do alicerce que seria a cadeia da Colônia Thereza ainda estão lá, aguardando um estudo por parte de órgãos competentes, e fazem parte da memória local, pois assim como tudo naquela margem de rio exala misticismo, pois alguns dizem serem restos da época dos jesuítas, outros de tempos menos longínquos, mas até que se comprove a origem, segundo Romualdo aquilo é o que sobrou da cadeia da colônia, sendo que próximo do local do alicerce, destruídos por um trator, estão restos de outros alicerces idênticos, de onde seriam as 14

primeiras casas que o morador aponta terem sido de franceses anteriores ao Faivre. E assim o mito em torno de Faivre se fortalece.

O mais experiente dos entrevistados é o senhor Alcides Ferreira, de 90 anos. Não apresentaremos sua entrevista na íntegra também devido à extensão.

Entrevistador: O senhor é natural daqui mesmo?

Entrevistado: Natural daqui mesmo.

Entrevistador: O senhor está com quantos anos?

Entrevistado: Eu estou com 90 e meio mais ou menos

Entrevistador: A família do senhor é de origem estrangeira, ou é daqui mesmo?

Entrevistado: Daqui mesmo, o resto mora em Ponta Grossa todo o meu pessoal, só eu que estou aqui (...) FERREIRA, Alcides, 2023).

Portanto, temos um morador cujas lembranças sobre sua origem é definida, e remete ao local, e mesmo assim não sabe sobre Faivre e a antiga colônia.

Entrevistador: O que o senhor iria contar? O que o senhor lembra do lugar, como era antes e tal?

Entrevistado: Aqui eu me lembro, aqui antes cobria de gente, aqui não tinha casa boa, só casa ruim aí, casa coberta de tabuinhas, mas tinha casinhas por toda parte, e gente tinha aqui que só o senhor vendo! Tapava a rua, tinha domingo, tinha festa ali onde está o Francisco, e daí saía baile ali, até eu estava na porta de um baile quando era pequeno, eu estava com 8 anos, daí estourou um revólver, deu bem em cima da 'mamica' esquerda de eu, estourou, caiu da cinta, pois todos nós armados aquele tempo, anda só todos armados, daí estourou, me lembro o lugar que me levaram ali que estava tirando bala, não calou a bala no resbalo. E daí eu sei que tinha, nós fazíamos festas, todos se reuniam, saía festa ali, atorava, ia a semana inteira baile, e festas mesmo, coisa linda, queria que o senhor vesse aquele tempo, era bonito Tereza Cristina, e daí foi indo, foi indo que virou em nada. Lá por cima tinha casinha por toda a parte, eu queria que o senhor vesse professor, por toda a parte, e de gente assim, ali em baixo era linda a raia ali, carreira da turma, faziam carreiro, tudo, igreja lá, socava, socava, não cabia gente na igreja, ficavam em pé, e agora não está indo ninguém mais.

Entrevistador: E na época tinha fábrica de tijolo? Pinga, essas coisas?

Entrevistado: Tinha fábrica, de cal, o Frederico e o (inaudível), eram o nome dos homens que arrebentavam, eu ia ver todo dia lá, estourava lá naquela baixadinha, bonito que era (...) (FERREIRA, Alcides, 2023).

A forma com que Ferreira narra às histórias é fascinante, e de fato traz compreensão sobre aspectos do passado de Tereza Cristina, porém dos últimos 84 anos aproximadamente. É como se Tereza Cristina tivesse renascido das cinzas, numa terra mítica, iniciando uma nova civilização.

(...) Entrevistador: E o senhor sabe que aqui a história diz que vieram uns franceses que abriram aqui, o Faivre, o Doutor Faivre.

Entrevistado: É que abriram, pois é.

Entrevistador: O senhor já ouviu falar?

Entrevistado: Eu vi falar.

Entrevistador: E assim, o senhor sabe alguma história deles, o povo contava?

Entrevistado: Pois é história eu não sei, porque era antes de eu nascer (...) (FERREIRA, Alcides, 2023).

O Senhor Ferreira contou várias histórias do seu cotidiano, citando por vezes as festas em homenagem à Santa Tereza, com queima de fogos, etc. Neste momento da entrevista, Carlos Roberto Dias, professor de história e membro da Associação de Moradores e Moradoras de

Tereza Cristina interferiu participando da conversa:

(...) Professor Carlos: Mas e o canhão, tinha história que tinha um canhão?

Entrevistado: Tinha o canhão, me lembro bem do canhão.

Professor Carlos: O senhor viu o canhão então?

Entrevistado: Eu vi, pois veio o Presidente aí uma vez, veio aqui que não sei, quero ver se eu me lembro o nome do Presidente, saiu algum tiro de canhão.

Entrevistador: Presidente da República?

Entrevistado: É, Presidente do Paraná.

Professor Carlos: Governador?

Entrevistado: É, não sei se é o Bento Munhoz que era, ou qual, que era Presidente, nós estouramos o canhão lá, daquela serra, eu acho que as vezes punham pedras, ia lá na serra, lá em cima, era o canhão, daí socava porva bem socado, bonito que era, e saia tiros, queria que o senhor vesse (...) (FERREIRA, Alcides, 2023).

O canhão da Vila. Essa história é contada por vários moradores, e há uma grande interrogação quanto ao destino do canhão, uma das mais defendidas é que estaria no fundo de um açude, na propriedade de um morador.

Ferreira é uma daquelas pessoas raras que gosta de contar boas histórias, mas mesmo sendo um dos mais idosos da região, não lembra nada de concreto sobre os franceses fundadores da vila. Suas memórias corroboram com as narrativas do passado glorioso, em que Teresina tinha uma vida mais ativa, com população maior, com infraestrutura superior a de hoje, e que o poder público estava mais presente.

A história do canhão é folclórica e contada por todos os idosos, a discordância está apenas em saber de sua atual localização. É importante lembrarmos que Ferreira é um brasileiro, cuja família está na região desde tempos imemoráveis, e mesmo assim não traz na memória a origem da vila.

Em busca de mais informações entrevistamos também Cristofer Guilonski:

Assim como Ferreira, Guilonski fez uma longa narrativa, e iremos apresentar alguns trechos, apenas:

Entrevistador: Estou aqui com o seu Cristopher, e estou fazendo a entrevista da pesquisa de mestrado da UNESPAR, e ele está gentilmente prestando algumas informações pra nós aqui. De onde o senhor veio? Sua naturalidade, se o senhor puder falar pra nós de novo, eu agradeço.

Entrevistado: O que eu sei, é que meu pai nasceu em 1901, e aquele tempo, o sujeito, ele era de igreja ortodoxa, eles só podiam casar, quando completassem 21 anos, e se não me engano virgem ainda, então 1922 ele casado, comprou 100 alqueires de terra, aqui do outro lado do rio, e veio de lá, esta vila de Tereza Cristina, não existia nada aqui, existia um pequeno pavilhão ali estranho, que ninguém podia entrar, era mato tudo aqui e a vila era na beira do rio, se chamava avenida alguma coisa, não tenho em memória, havia vestígio de cadeia, de construção, mais tarde, o pai do Pedro, o Jorge Derbli, começou a comprar porcos, comprou várias fazendas aqui, comprava porco tudo aquela coisa, então porco macetou, mas você via vestígio perfeitos da fundação da cadeia, feita com pedra e argamassa, e ali foi encontrada várias moedas, moedas de ouro, geralmente de ouro, em data que até ninguém sabe ao certo datas, então quando eles achavam já vendiam, ninguém teve registro, e eu tinha tipo 6 anos, alguma coisa, um velho índio foi parar na casa do meu irmão, morava perto, que algum descendentes dele moram por aí ainda, esse velho índio quando eu ia conversar com ele, ele tinha mais de 100 anos, 101, 102 anos, ele já tinha 3 flores de taquara, estava esperando

fazer 4 flores de taquara, que a taquara floresce a cada 30 anos, e ele contava que o avô dele conheceu a história, conheceu o povo que entrou ali, conferiu com um livro que casualmente eu quis pegar e eu não consegui, que os índios se atiravam, davam um tiro com canhão (...) (Guilonski, 2023).

Guilonski é daquelas pessoas de rara desenvoltura para narrar suas experiências de vida. Neste longo trecho, ainda que de forma “solta”, trouxe novas informações e confirmou outras. Falou sobre Faivre com maior propriedade, e foi o único entrevistado a incluir um indígena na história local. Confirmou a versão de Lubczik Sobrinho sobre as ruínas da cadeia da Colônia Thereza, e ainda comentou sobre o lendário canhão.

(...) então esse velho índio dizia que o avô dele participava da segurança desse Faivre, que eles davam tiro com canhão, todos os índios vinham de lá prestar o filho, em 1983, eu estava onde que é a casa do Pedro, tinha uma velha casa, um armazém antigo, chegou um carro, com placas de Brasília, dois senhores com uma certa idade, com um livro escrito em polonês, e eles comentavam em polonês a coisa, e não queriam mostrar a origem daquele livro, contavam a história do Faivre, daqui de Tereza Cristina, mas batia exatamente a informação, então 1924 Tereza Cristina foi mudado aqui em cima, veio um padre de não sei aonde, fizeram uma missa campal, e aquela coisa, e batizaram de Tereza Cristina, que era Teresina na antiguidade, então 1924, não me lembro a data, a Tereza Cristina, passou, o lugar passou a se chamar Tereza Cristina, e naquele barracão velho, fizeram a igreja católica (...) (Guilonski, 2023).

Na versão de Guilonski, alguns indígenas faziam a segurança de Faivre, mas a informação mais preciosa é sobre o nome do lugar ter mudado de Freguesia de Therezina, para Tereza Cristina, segundo ele em 1924, e durante esta pesquisa não encontramos nada que desabone essa informação.

(...) Entrevistador: Continuando aqui, o senhor já falou como que era a vila, era um lugar que tinha bastante movimento?

Entrevistado: Isso, o movimento era de tropeiros, eles encontravam uma tropa que passava aqui, passava abeirando o rio por diversas localidades, passava lá aonde que o Dala mora, e essa tropa cruzava aqui, costeava a serra, tinha uma estrada batida de tropas, saía pra Campo Mourão, e a outra virava aqui, saía pra Guarapuava, eu cheguei a conhecer o caminho, conheci uma tropa só que chegou, tropa do Geremias, mais de 40 animais, eles carregavam as coisas dentro da bruaca (...) (Guilonski, 2023).

Assim como Lubczik Sobrinho, Guilonski também descende de poloneses. Homem de grande conhecimento empírico, conta grandes histórias, não só de Tereza Cristina, e ajuda manter viva a memória do lugar, despertando curiosidades quanto ao mito em torno da história local.

Abdála Derbli Filho foi outro morador que gentilmente contribuiu com essa pesquisa:

Entrevistador: Chamam o senhor de Dalla, mas como que é seu nome?

Entrevistado: Chamam de Dalla, mas meu nome é Abdalla Derbli Filho

Entrevistador: O senhor é natural daqui mesmo?

Entrevistado: Daqui

Entrevistador: O senhor estava falando do seu pai, o seu pai veio...?

Entrevistado: Veio da Arábia, ele nasceu no mar, minha vó de certo veio grávida, e eles registraram ele em Santos (...) (FILHO, 2023).

A família Derbli tem tradição no comércio, na política local, e na política municipal,

sendo uma das famílias mais numerosas de Thereza Cristina, localidade que assim como todo o Brasil, é composta por pessoas de inúmeras origens.

(...) Entrevistador: E seu avô chegou a morar aqui em Tereza Cristina?
 Entrevistado: Meu avô morreu aí
 Entrevistador: O senhor não lembra mais ou menos que ano foi?
 Entrevistado: O meu avô não sei, não vou saber porque eu não cheguei a conhecer, mas deve fazer uns 65, 80 anos, que ele morreu
 Entrevistador: O seu pai estaria com quantos anos hoje?
 Entrevistado: O meu pai é de 1917, então ele deveria estar com 105
 Entrevistador: Então foi nessa época, 1917 mais ou menos que eles vieram?
 Entrevistado: É, agora minha avó, que era mulher do meu avô eu a conheci, morreu deve fazer uns 50 anos quase
 Entrevistador: Esqueci de falar no início, é uma pesquisa que eu faço pra UNESPAR, uma pesquisa de mestrado, e é sobre o Faivre, a história da vila aqui, por isso que eu preciso ouvir as pessoas, história. Depois que ficar pronto eu dou um exemplar pro senhor, então eu preciso saber como era o lugar aqui quando o senhor era mais novo, como o senhor se criou?
 Entrevistado: Não, se criou aí na vila, era bom de se viver, não tinha muito essas, não tinha mortandade, não tinha nada, saia as festas aí de Santa Tereza, 3, 4 dias, era festa mesmo, hoje não dá (...) (FILHO, 2023).

As memórias de Abdála Filho remontam às narrativas do pai e do avô, e servem para mostrar a diversidade cultural do lugar, bem como para comprovar a lacuna temporal entre Faivre e às imigrações do início do Século xx.

Entrevistador (...) E tem uma história que o pessoal fala aqui sobre os jesuítas, o senhor já ouviu falar?
 Entrevistado: Vi falar, os jesuítas, diz que passavam por aqui, e daí diz que carregado de ouro e não sei o que, então tinha a história deles
 Entrevistador: E escravo o senhor também não ouviu falar nada?
 Entrevistado: Escravo tempo da escravidão diz que eles passavam aí, de certo era carreiro deles.
 Entrevistador: Mas então sobre os franceses mesmo, não sabe muita coisa?
 Entrevistado: Dos franceses não, não sei a história dos franceses, não sei nada (...).(FILHO, 2023).

O Senhor Abdála Derbli Filho e seus parentes são conhecidos como os turcos, mas de fato são libaneses. Derbli foi preciso nas datas da imigração do avô, e nas memórias retransmitidas pela família, e seu relato sugere que por volta de 1917, cerca de 60 anos após a morte de Faivre, pouco se sabia do fundador da colônia, e da própria colônia, tamanha resignificação sofrida pelo lugar.

Uma definição sobre as histórias orais está em História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada. De Antonio Torres Montenegro:

Muitos entrevistados vão unir o saber cotidiano de experiências vivenciadas intensamente a uma compreensão da vida e do mundo que transcende as determinações imediatas. Eles se descobrem narradores na acção benjaminiana, ou seja, figuram entre os mestres e os sábios, sabendo dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio (MONTENEGRO, 1994, p. 44).

Neste sentido, voltemos às sábias palavras de Vam Beek e Oliveira, com relação ao rocio e sua gente, que era a gente da Terezina, e também a questão da terra, que vimos em

capítulos anteriores. Faivre comprou a terra, dividiu, estabeleceu regras, e o ocupante do lote pagava por esta. A colônia estava num local plano, mas os arredores, incluindo o rocío era em terrenos íngremes. A colônia foi iniciada na época das posses, mas logo chegou o tempo da documentação, da regularização fundiária, e neste tempo houveram corporativismos entre o poder oficial e os “donos do poder” Brasil afora, gerando uma prática que ficou conhecida como grilagem de terras. Pois bem, o fato é que até o momento a questão da terra não foi solucionada em Tereza Cristina, fator corroborativo em desfavor do desenvolvimento local. Mas antes de falarmos das lutas atuais pela terra, daremos ênfase aos indígenas.

3. 2 Os primeiros habitantes do lugar

Dentre os personagens que dão vida à nossa história estão os indígenas, e então vamos vê-los sob outra perspectiva, além da narrativa oficial, pois a questão indígena era tratada com algumas definições estatais nem sempre positivas, como catequese indígena, correria dos índios, e aldeamentos indígenas. Os aldeamentos às vezes eram chamados de reduções, em alusão às reduções jesuíticas, que reduziam os indígenas aos locais de domínio dos religiosos, mas as práticas reducionistas dos portugueses, mesmo nos Séculos XIX e XX, estiveram mais próximas de reduzir os indígenas no sentido de diminuir a população, que consiste em mortes superiores aos nascimentos. No ano de 1858, o presidente da província do Paraná em seu relatório faz apontamentos sobre os indígenas:

A Diretoria Geral dos Índios é exercida pelo Brigadeiro Francisco da Rocha Loures; Nenhum proveito se tem tirado da criação deste emprego na província. Aquelle brigadeiro tem habilitações para desempenha-lo, mas nos cuidados da sua fazenda ocupa todo o tempo (MATTOS, 1858, p.33).

Rocha Loures foi um dos políticos mais influentes de Guarapuava, e de grande prestígio com o governo Provincial. Haviam cargos destinados aos serviços com os índios, porém na prática não havia preocupação com os mesmos, que eram vistos como mão de obra barata e ociosa a ser explorada pela população civilizada. No mesmo documento (relatório do presidente Mattos), temos mais dois pontos que nos permite entender o olhar do governo sobre os indígenas.

Debaixo desta epígrafe, tratarei de todas que existem na província, não incluindo mais neste número o antigo aldeamento de Guarapuava, porque os poucos índios, que ainda existem, estão tão confundidos com a população, que della não se pode considerar parte distincta (MATTOS, 1858, p.33).

O termo epígrafe é no sentido de que continuaria tratando sobre as colônias, incluindo as colônias indígenas (aldeamentos). Neste trecho a palavra confundido conota a integração dos índios com a população brasileira (de brancos), mas o termo confundido poderia também ser

aplicado no sentido de confusos, pois foi isso que de fato ocorreu, uma confusão nas culturas nativas, com cães nas matas, cavalos nos caminhos, doenças no ambiente, e armas de fogo nas mãos dos colonizadores. Conjunto terrível e inusitado para os povos originários.

Continuação no mesmo estado os dous bandos de índios mansos-um sob o comando do cacique Verí e outro sob o do capitão Victorino Condá; restam-se ao serviço de estradas por salário, quando convidados, e fora disto contam que se entregam a ociosidade (MATTOS, 1858, p.33).

A verdade é que os indígenas também eram submetidos ao trabalho. A informação não presta estatísticas de quantos indígenas morriam vítimas de tiros, de ataques de cães ou de doenças transmitidas pelos “colonizadores”, para cada indivíduo que se tornou “manso”. Quanto aos lendários Condá e Verí, não trataremos aqui, pois não é o caso desta pesquisa.

Recorrendo novamente ao relatório do presidente Carvalho, de 1870, ano da demissão de Rumbelsperger, quando trata do Aldeamento do Paranapanema, podemos refletir com maior amplitude sobre a contribuição indígena para o trabalho, e o quão explorados foram.

Aldeamento Paranapanema: População civilizada – Compoen-se de 21 pessoas das quais são: Homens 11 – Mulheres 10: total 21. Desses são adultos 12 e menores 9. População indígena: Conta o aldeamento 64 indivíduos, sendo: Homens 41 - Mulheres 23, dos quaes 19 pertencem a classe dos menores e 45 à dos adultos. População africana: Existem 3 homens e 1 mulher (CARVALHO, 1870, p. 45).

Vimos que civilizados no conceito das autoridades eram somente os “brancos”. Vejamos os números da agricultura:

	Milho Alq.	Feijão Alq.	Arroz Alq.	Café Arr.	
Do aldeamento	700	53	50	4	
Dos índios e assalariados	1800	46			
Total	2500	99	50	4	
Alem disso fabricans-se 19 arrobas de açúcar e 12 de rapadura.					
Plantações efetuadas	Milho	Feijão	Arroz	Mandioca	Cana
Do aldeamento	5	1	1	2	1
Dos assalariados	10	5	3	5	3

Fonte: Dados recolhidos através do Relatório do Presidente da Província (1870).

A colheita em alqueires, muito possivelmente equivale a 40 litros, uma medida utilizada com certa regularidade no meio rural até o final do Século XX, pelo menos, em que 40 litros de cereal ou outro produto correspondia a 1 alqueire. O alqueire de medida de terra também é 40 litros, e em metros quadrados 24. 200.

Os aldeamentos reproduziam parcialmente as reduções jesuíticas de quando o Paraná era “espanhol”, mas os jesuítas aglutinavam milhares de indígenas em cada redução, e a produção era diversificada, havendo maior cooperação recíproca, e mesmo sendo uma

exploração, havia a atenuante de retirar os indígenas da floresta para protegê-los dos brancos, sobre tudo dos bandeirantes. No caso dos aldeamentos dos Séculos XIX e XX, a retirada era basicamente para liberar os terrenos para as ações dos brancos, e em ambos os casos o trabalho era explorado e a imposição cultural do dominante era aplicada.

Haviam aldeamentos maiores, São Pedro de Alcântara, por exemplo, contava com 838 indígenas, Guarapuava, Palmas e outros tantos lugares contavam com aldeamentos, mas as populações indígenas foram reduzidas em número de indivíduos nas florestas e nos aldeamentos, por doenças principalmente, sendo uma forma indireta de morte pelo branco, e de forma direta também houveram homicídios e genocídios, em capturas forçadas, em supostas defesas da população “civilizada”, etc. O próprio Faivre, em 2 de agosto de 1858, 28 dias antes de sua morte, enviou carta ao presidente da província agradecendo uma força policial que a seu pedido veio verificar a presença de índios perigosos próximos da colônia. Na carta, Faivre disse, entre outras coisas, que a força não foi de grande valia por não ter ordens de caminhar atrás destes bárbaros.

Quando Bigg-Whiter visitou a região, registrou alguns encontros com os indígenas e narrou trágicas histórias, como no episódio que denominou como triste fim dos botocudos:

No dia 24 de agosto, isto é, cerca de uma semana depois dos acontecimentos narrados no capítulo anterior, Luco, que tinha saído novamente com uma pequena turma para explorar a floresta em direção diferente, voltou com outro grupo de quatorze índios, iguais em todos os sentidos aos trazidos antes por nós. Eram, portanto, vinte e seis botocudos no acampamento, que representavam, provavelmente, toda a população indígena da floresta, pelo menos num raio de dez milhas em nossa volta (BIGG-WHITER, 1974, p. 333).

Bigg-Wither está se referindo a um grupo de botocudos que havia se juntado ao seu pessoal no acampamento, que ora ganha reforço de mais indivíduos. Conquistar a confiança dos índios não era difícil, o que fazia deles presas fáceis:

O pânico desaparecera, pois os nossos estranhos hóspedes mostraram-se os mais dóceis e humildes dos seres humanos, e além disso, muito depressa se fizeram nossos amigos e se sentiam à vontade conosco, não demonstrando vontade de voltar à vida antiga que levavam na floresta ((BIGG-WHITER, 1974, p. 333).

“Os mais dóceis dos seres humanos”. Mais de 370 anos depois da Carta de Pero Vaz de Caminha, a impressão de Bigg-Wither quanto aos nativos lembra o relato do escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, do descobrimento do Brasil. Mas tal afirmação pode ser a confirmação que os “colonizadores” deixaram as florestas inseguras para seus moradores. Em sua narrativa, Bigg-Wither explica que haviam duas crianças, totalizando 28 botocudos, que eram dóceis e com hábitos naturais, mas por questões óbvias não poderiam ficar com aquele grupo de índios, e decidiram ficar com as duas crianças para ensinar-lhes a língua, e tê-los como intérpretes.

Assim, depois de tê-los conosco quase uma quinzena, nós os enviamos à Colônia

Teresa, na volta das canoas que nos foram levar mantimentos, pedindo ao diretor da Colônia que os entregasse aos coroados mansos, em cuja aldeia poderiam morar. Na partida o chefe barbado me presenteou com o ornamento labial que se vê a seguir (BIGG-WHITER, 1974, p 336).

As questões antropológicas, mesmo no grupo do engenheiro inglês, foram tratadas conforme interpretações evolucionistas de sua época, que entre outros preceitos utilizam o darwinismo social, pois os botocudos foram sentenciados como seres despidos de costumes e autonomia, sendo entregues para outra etnia, quiçá inimiga milenar.

Pobres índios, morreram um a um, antes da chegada a colônia Teresa. Irrompeu uma epidemia disentérica entre eles, causada provavelmente pela mudança de alimentação, especialmente pelo sal, a que, no estado selvagem, estavam inteiramente desacostumados (BIGG-WHITER, 1974, p. 337).

Em suma, o relato do pesquisador e explorador inglês é apenas um exemplo de uma história americana, continente que de um extremo ao outro viu suas populações serem drasticamente diminuídas, e muitas delas exterminadas a partir do contato com os europeus e com as doenças trazidas por eles, sendo a segunda causa possivelmente a maior responsável pelas mortes. Na narrativa, Bigg-Whiter disse que a indiazinha morreu da mesma causa, e o irmãozinho chamou por seu nome por meses, Uitãna, Uitãna...

Se serve de consolo, pelo menos o velho índio, amigo do pai de Christopher Guilonski teve papel de destaque nessa história.

3.3 A mercê do poder público: PRC 487 a Rodovia sem asfalto

Ao longo desta pesquisa elencamos a questão do isolamento como ponto culminante para a não continuidade do empreendimento Colônia Thereza, cujo nome foi alterado para Freguesia de Therezina, ao passo que perdia a condição de colônia por não cumprir o requisito básico da legislação que era ter estrangeiros.

Porquanto, se por um lado o projeto navegabilidade do Rio Ivaí foi esquecido e abandonado, conforme a Guerra do Paraguai ia ficando no passado, as vias terrestres continuavam vitais para o não isolamento total da então Freguesia de Therezina, e posteriormente para o Distrito de Tereza Cristina. Todavia, a prática mostrou-se contrária, e o problema com estradas perdurou, apesar do poder público continuar investindo, como nos tempos de Faivre, de Rumbelsperger, de Borba, etc.

A única informação que encontramos referente a construção da primeira estrada de rodagem (rodovia), que tirou Tereza Cristina do isolamento viário é do governo do interventor Manoel Ribas, na Era Vargas, conforme relatório de governo de 1942, relativo ao período 1937 – 1942.

Estradas	Ano em que foi construída	Extensão (KM)	Valor
Morretes - Paranaguá	1933 - 1934		CR. \$ 1.250.000,00
Curitiba – Norte do Paraná	1934 - 1940		CR.\$ 12.282.202,00
Pedra Preta – C. Azul	1939		CR.\$ 1.217.703,20
Ivaí – Três Bicos	1939		CR.\$ 246.799,60
Maringá – porto Porto São José (Rio Paraná)	1939 - 1942		CR.\$ 329.200,00
Totais	Extensão: 1.078 - CR.\$ 15.325.904,80		

Fonte: Dados obtidos através do Relatório do Governo do Estado do Paraná (1942).

O documento do governo, fala em estradas de rodagem construídas no referido período, não é reforma ou ampliação, o que sugere que Tereza Cristina teve estrada de rodagem somente em 1939, no período do Estado Novo.

Este fato é irônico, pois na Revolução de 30 Vargas rompeu com o modelo político das oligarquias, onde o coronelismo imperava. O presidente da província que fez a via terrestre de ligação com Tereza Cristina não foi um “coronel” da região, e a estrada não foi feita na época do ministro Sá, que era da região dos Campos Gerais e membro da elite política do estado, e sim por um interventor, alguém escolhido por Vargas para intervir na política do Paraná, e mesmo sendo natural de Ponta Grossa, Ribas era Prefeito de Santa Maria no Rio Grande do Sul, quando Vargas o convidou para governar o estado do Paraná.

Outra notícia de obras públicas relativas à acessibilidade do Distrito de Tereza Cristina é do presidente Caetano Munhoz da Rocha, de 1928 no relatório de governo de 1º de fevereiro daquele ano.

“Sobre o Rio Ivahy em Therezina. Está sendo construída esta balsa, importando o orçamento em RS. \$700.000 (ROCHA, 1928,p.121)”.

A parceria com o público facilita a reescrita da história, Alcides Ferreira, nosso entrevistado mais idoso nos falou da visita do presidente Munhoz da Rocha, com direito a tiros de canhão na recepção. O idoso, que na ocasião ainda era criança, não lembra detalhes, mas o evento era para inaugurar a primeira balsa, e Ferreira lembra do fato da visita do presidente. Aliás, Romualdo nos agraciou com uma foto desta balsa transportando uma carroça.

A balsa é anterior à rodovia, e liga Tereza Cristina a Prudentópolis e Guarapuava, e a rodovia da era Vargas liga Tereza Cristina com o Município de Ivaí, e à Rodovia Cândido de Abreu Reserva. No entanto, até fevereiro de 2023 a rodovia não era asfaltada, e em dias de

chuva continuava causando transtornos à população, fato que com toda certeza interfere no desenvolvimento de Tereza Cristina, de Cândido de Abreu, e por extensão da região central do Estado do Paraná. A balsa idem, pois balsas não são a melhor opção para transpor com segurança e agilidade um rio, e rio relativamente estreito, numa obra que não demandaria investimentos vultosos em se tratando de um estado como o Estado do Paraná.

Sobre a realidade da estrada, sendo a PRC. 487, também houveram contribuições na nossa página pública. Zito Borecki disse: “Segue diminuindo a população na região. Asfalto, não sabe quando (BORECKI, fevereiro, 2022)”.

Já Giseli Isabeli, corroborou da seguinte forma: “Triste realidade pq no dia de chuva o ônibus Nao vai pq a rodovia ta um nojo (ISABELI, Fevereiro, 2022)”.

De fato, as estradas foram e continuam sendo um sério problema de Tereza Cristina, assunto que permeia essa pesquisa, e como continua atual, mais uma vez vamos retomá-lo. Ano de 1870, neste ano Rumbelsper havia pedido demissão:

E apenas uma picada, que da difícil e incomodo transito, por sua má construção e pela falta de pontes nos Rios S. Francisco e Marrecas. Autorizado o cidadão Francisco Ferreira da Rocha Loures a fazer os necessários reparos, estão as obras em andamento, mas foi ainda determinado o pagamento dos serviços determinados visto aguardar-se o resultado do exame incumbido ao engenheiro da província, que já partiu (CARVALHO, 1970, p. 67).

A situação das estradas de Tereza Cristina não evoluiu significativamente de 1847 a 1870, e assim continuou ao longo dos anos. Tereza Cristina é proporcionalmente bem representada na Câmara Municipal de Cândido de Abreu, com dois vereadores, fato que já é tradição nas últimas legislaturas. A população de Tereza Cristina é de aproximadamente 1700 habitantes, mas é difícil precisar a população da área “urbana” do distrito, que possivelmente corresponde a pouco mais de um terço deste montante, estando a população distribuída em uma vasta área rural com outros bairros que constituem esse número de moradores.

Ainda assim, em termos de índices de desenvolvimento humano e social as condições urbanas estão longe de alcançar a média paranaense, com pouca pavimentação em pedras irregulares, sem rede de esgoto, insuficiência no atendimento à saúde, sem força policial permanente, índices sociais desfavoráveis, mesmo em comparação ao município de Cândido de Abreu, que figura entre os piores IDHs do Estado, além do problema viário, que mantém o lugar em proporcional isolamento, sendo rota evitada por usuários de todas as finalidades. Ainda sobre a rodovia, vejamos a sentença de Eder Golembioski Correia, que comentou na página História Pública Tereza Cristina: “Rodovia isso. Sendo de Tereza Cristina a três bicos aproximadamente 25 Km gasta 1 de carro porque não tem condições. Toda vida foi ruim, ninguém fais nada (GOLENBIOSKI, Fevereiro, 2023)”.

3. 3.1 O Poder Público: Público e Terra

De forma sintética tratamos a questão da terra no Brasil. Falamos também que Faivre comprou a área onde edificou a colônia, embora com auxílio dos cofres imperiais. E finalmente, neste capítulo acompanhamos as narrativas de colaboradores dessa história que revelaram a existência do rocio, a área da roça, ao lado e arredores da área urbana, que posteriormente serviu de terra comum, e até o início da década de 1980 cumpriu papel social em Tereza Cristina. Mas essa terra foi vendida alguns anos após protagonizar uma disputa bélica por seus domínios, disputa que a família Oliveira foi vítima. Todavia, somado à questão da rodovia, a propriedade da terra ainda hoje corrobora negativamente com o desenvolvimento social e humano do local.

Em uma Ata da Associação de Moradores e Moradoras de Tereza Cristina estão menções à cerca da questão da terra:

No primeiro dia do mês de Junho do ano de Dois Mil e Quatorze, as 17 h. Reuniram moradores e moradoras em assembléia para decidirem o tamanho dos lotes a serem documentados e a área a ser regularizada. Após ser explicado que para a efetivação do Programa Minha Casa Minha Vida é preciso ter documentação dos terrenos. Foi feita a votação com o resultado unânime para se regularizar o que foi proposto quando que o tamanho é de duzentos e Cinquenta metros quadrados, e Trezentos e Vinte e Cinco, de esquina, sendo essas medidas o tamanho mínimo, e o tamanho Máximo não foi deliberado, sendo que deve-se respeitar dois metros e meio de calçada . A assembléia aconteceu no salão da Igreja Católica (...) (ATA, Junho, 2014).

O Distrito perdeu 400 casas populares, pois o banco público exigia a escrituração do terreno para poder agir conforme as regras do programa habitacional. A comunidade se organizou, lutou, buscou parceria com o poder público, obteve avanços, como a Lei Municipal n.º 799, de 2 de agosto de 2017, sancionada pelo Prefeito do Município de Reserva, Frederico Bittencourte Hornung, que com a aprovação da Câmara de Vereadores destinou 25 alqueires de terra correspondentes ao perímetro “urbano” da Vila.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Município de Cândido de Abreu, pessoa jurídica de direito público interna inscrito no CNPJ/MF sob. n.º 76.175.926.0001-80, uma área de terreno medindo aproximadamente 25,0 (Vinte e Cinco) Alqueires, situada no distrito de Tereza Cristina, no mesmo Município, objeto da Matrícula n.º 516, às folhas. 79 do Livro n.º 3-1 do Registro Geral de Imóveis desta Comarca (HORNUNG, 2017).

Aproximadamente não é um termo usual em medidas de terras, pois as medidas em metros quadrados são exatas, mas a Lei comprova a boa intenção do município vizinho com a questão fundiária de Tereza Cristina. Cândido de Abreu pertenceu ao Município de Reserva, tornando-se município através da lei estadual n.º 253, de 26-11-1954, desmembrado-se de Reserva, quando herdou os distritos de Três Bicos e Tereza Cristina. Inusitada a situação do terreno, pois quando um município se emancipa é de se supor que todo o território de sua

abrangência fique sob sua jurisdição, mas no caso em questão o proprietário das terras era o Município de Reserva, que hipoteticamente herdou terras devolutas. Essa é uma situação que compõe as peculiaridades e os mitos locais, e inspiram interpretações. Por exemplo: O rocio também era propriedade de Reserva? A realidade, no entanto, é que a regularização não foi concluída e a população continua carente de boas moradias, de saneamento básico, de rodovia asfaltada, etc.

Os problemas atuais com registros de terras em Tereza Cristina, que impossibilitaram o direito constitucional à habitação, podem ter como origem os registros do vigário, ou os não registros com o vigário, pois as terras registradas na paróquia de Guarapuava seguiram os ritos estabelecidos pela Lei 601/1850.

Registros do vigário é o nome popularizado do trabalho feito pelas paróquias para catalogar quem possuía terras legais para serem registradas, e posteriormente escrituradas, conforme as novas leis. Os registros paroquiais da Comarca de Guarapuava referentes às terras estão nos arquivos da Diocese, e a professora Dra. Zilma Haick Dalla Vecchia, da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), fez excelente compilação de registros da paróquia, cujo sugestivo título é Registro do Vigário da Vila de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. A professora cita um ordenamento da Lei de Terras, que possibilitou tamanha importância aos registros paroquiais:

De acordo com o Capítulo 9 dessa lei, todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o título de sua propriedade, ou posse, eram obrigados a registrar suas terras perante o Vigário da Freguesia em que estava localizado o imóvel (...). (DALLA VECCHIA, 2022, p. 46).

Nesta época (1856/58) a Colônia Thereza era atendida pelo vigário de Guarapuava, pois não era uma freguesia. No entanto, nos registros do vigário Antonio Braga de Araújo não constam nomes de proprietários da Colônia Thereza, nem mesmo o nome de Faivre consta. Quando o nome Colônia Thereza é citado, é para localização do imóvel, próximo à Colônia Thereza, divisa com a colônia Thereza, etc. A seguir duas dessas declarações de posse feitas ao vigário, as declarações de número 261, e 238, onde explica a modalidade da aquisição da terra, qual a vocação do terreno, divisa cantada, nome e assinatura do proprietário e do vigário, número do registro, entre outras informações.

Declaração de posse número 261:

Modalidade de aquisição da propriedade: “O Major Antonio de Sá Camargo me cedeu uma posse”. Espécie de propriedade: um quinhão de terrenos de agricultura
Localização: “Nas costas do Rio Ivaí, para um e outro lado do rio, logo para baixo dos terrenos pertencentes à Colônia Thereza”. Extensão: Desconhece a extensão porque o terreno não estava dividido ainda. Limites: não consta. Obs.: Documento original desaparecido. Dados obtidos no Arquivo Público do Estado do Paraná. Livro 16. Outras informações: Registrada na folha 4 verso até 5 do 2º Livro competente. Valor

do registro: não consta. Assinaturas: Joaquim José de Lacerda e Antonio Braga de Araújo (Vigário). Responsáveis pelo levantamento: Juliana e Zilma Data: 01/12/2009 (DALLAVECCHIA, 2022, p. 249).

Declaração de posse número 238:

Data da informação – 19 maio 1856. Data da apresentação da declaração 19 maio 1856. Data do registro – 19 maio 1856. Nomes dos Declarantes: Agostinho José de Almeida Queiroz, Manoel Baptista Bello, Francisco José de Bittancourt. Nomes dos Proprietários: AGOSTINHO JOSÉ DE ALMEIDA QUEIROZ, MANOEL BAPTISTA BELLO, FRANCISCO JOSÉ DE BITTANCOURT, ANTONIO DE SÁ CAMARGO, FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA LOURES E FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS (sócios há mais de cinco anos). Nome do Antigo Proprietário: não consta. Modalidade de aquisição da propriedade: Exploração dos terrenos em sociedade há mais de cinco anos. Espécie de propriedade: Terrenos próprios para lavoura ainda por dividir em partes iguais aos sócios. Extensão: duas léguas. Localização: Rio Ivaí, margens do rio. Limites: “Confina além e aquém do Rio Ivaí”. Norte- Colônia Thereza. Sul- além do rio, com os terrenos de Francisco de Paula Teixeira e “aquém do rio com o ribeirão Belo (?) entrando pelo rio” de São Francisco acima até as Ilhas do mesmo, tem “do lado esquerdo do rio Ivaí” meia légua de fundo a Oeste e à direita do mesmo rio meia légua de fundo ao Leste. Distância entre a propriedade e a Vila de Guarapuava: doze léguas. Outras informações: Registrada na folha 93 até verso do Livro competente. Valor do registro: 2\$240 réis. Assinaturas: Agostinho José de Almeida Queiroz, Manoel Baptista Bello, Francisco José de Bittancourt e Antonio Braga de Araújo (Vigário). Responsáveis pelo levantamento: Robson e Zilma Data: 02/04/2009 (DELLAVECCHIA, p. 229).

Pelos nomes dos proprietários percebe-se que não eram muitas as famílias que detinham cargos e terras, e que a abrangência de seus domínios era grande. Mas os registros aqui apresentados são para ilustrar a ausência das terras da colônia nas declarações de posse, e também para levantar a questão hipotética que as terras da colônia estavam classificadas em outra modalidade, pois foram feitas referências ao cantar as divisas, como terras da colônia Thereza. De qualquer forma, a atual situação de regularização não encontrou a mesma conotação, pois em outras palavras, hoje as terras de Tereza Cristina não são de Tereza Cristina, pelo menos não cumprem todos os ritos legais, cabendo ao poder público resolver a questão em favor da antiga colônia de Faivre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À princípio a Colônia Thereza foi mais uma colônia do Brasil meridional de meados do Século XIX, época em que a escravidão era a força motriz da economia, e que no sul a criação e o comércio de gado vacum, muares, e equinos era o motor expansionista e econômico, onde os donos dos animais possuíam vastas terras, e estavam conectados direta, ou indiretamente com o mando político. Todavia, nenhuma outra colônia foi tão disputada como foi a colônia de Faivre, especialmente por Guarapuava, cujo território era maior que muitos países, onde rios enormes faziam parte do território, mas mesmo assim o Ivaí foi transposto para abarcar a Colônia Thereza que estava no Município de Castro (aliás, Castro passou a defender o Rio Tibagi como o rio do projeto integrador do qual tratamos). Somente a atitude de Guarapuava já seria motivo para supormos que essa colônia não era apenas mais uma, e se nessa região de verdadeiros caudilhos, onde patentes da guarda nacional fundiam-se com cargos públicos e latifúndios, uma colônia de pequenos agricultores interessava de tal forma, obviamente essa não era mais uma colônia, e sim um local de interesses e esperanças ímpares.

Quando Jean Mauricio Faivre adquiriu as terras para edificar a colônia que em homenagem à Imperatriz do Brasil deu o nome de Colônia Thereza, o Brasil estava em um determinado patamar em termos de colonização, e esse patamar mudou rapidamente, ficando o empreendimento de Faivre à mercê das transformações. Brandemburger nos trouxe a notícia que a primeira experiência com colônias de estrangeiros foi em 1812 com D. João VI, que em 1817 D. João formou uma colônia chinesa, além de suíços em Fraiburgo em 1819, entre outras, e D. Pedro I continuou a tímida empresa colonizadora quando iniciou a colonização no Rio Grande do Sul com alemães, em 1824. Em 1855 havia aproximadamente cerca de 80 colônias de agricultores no Brasil, e isso significa dizer que essa indústria, iniciada em 1812, não foi uma política de governo, sendo apenas mais um incremento, ou experimento, possivelmente devido à oferta de mão de obra de escravizados, que até então era farta. Mas muito provavelmente, devido às pressões inglesas, a questão da mão de obra de cativos tornou-se preocupação de Estado, levando à mudanças na política imigratória, que sofreu alteração em 1834, quando as províncias tiveram autonomia para proceder com as colonizações, muito embora o Ato Adicional de 12 de agosto daquele ano, de certa forma terceirizou a elas a missão colonizadora.

O Ato Adicional contribuiu para novas iniciativas provinciais, e até municipais, é o caso de Curitiba, que posteriormente faria colônias. E neste cenário a colônia de Faivre e outras de

investimento particular sofreram forte concorrência, pois os imigrantes passaram a ter opções de migrar dentro do país para outras colônias, o que explica em partes o esvaziamento da Colônia Thereza, da colônia alemã de Rio Negro, e outras tantas colônias.

Todavia, o empreendimento de Faivre não era convencional. Isto é, não era totalmente particular, mas também o era, não era de iniciativa imperial, mas tinha participação direta da família e dos cofres imperiais, fazendo da colônia do Ivaí um projeto estatal, e de Faivre um agente do estado brasileiro. Para lembrarmos mais alguns detalhes, poderíamos citar a composição da colônia com pouquíssimos agricultores, fazendo dela uma miniatura da sociedade extensa, onde havia gente das mais variadas profissões e aptidões. Que a colônia foi instalada num lugar impróprio em termos topográficos e geográficos, cuja terra seria igual ou pior que a média das terras que margeiam o Ivaí no seu longo percurso, e mesmo assim, nos relatórios sua terra era super elevada em termos de fertilidade, como um abundante celeiro paradisíaco ainda pouco explorado, no sertão meridional do Brasil.

Produzia-se relativamente pouco cereal, e proporcionalmente bastante em termos de industrializados, com destaque para o extrativismo, como telhas, tijolos, e cal, fazendo de Faivre um “caçador” de matérias primas. Tudo isso ocorrendo dentro de enorme expectativa quanto ao rio, que seria adequado à navegação. Ora, nem mesmo o fato dos franceses abandonarem a colônia fez com que Faivre desistisse, mas Faivre não desistiu porque o Império não apostava naquele local enquanto colônia agrícola, e sim como centro logístico. Faivre lamentou em carta a “traição” dos franceses, e o Império continuou pagando o salário do Diretor Faivre, e bancando toda a manutenção da colônia, que somente daria lucro quando fosse acessada pelo rio, e/ou por boas estradas de rodagem. Empresários colonizadores não costumavam residir nas colônias, mas o coordenador de um projeto nacional, certamente teria que ficar à frente do empreendimento, e Faivre, além das cartas trocadas com o Rio de Janeiro e Curitiba, foi pelo menos duas vezes à capital do Império tratar de assuntos da colônia.

O mesmo Faivre, que em carta ao Presidente da Província do Paraná lamentava a partida dos franceses, e os gastos que fez com o projeto e com os companheiros, continuou firme, sem aqueles que seriam a base da sua povoação.

Integrar regiões foi o sonho e a necessidade de outros impérios, como o Império Romano e suas vias pavimentadas, ou o Império Persa com sua eficiente rede de informações ligando suas satrapias. Com o Império Brasileiro não foi diferente, pois o Rio Ivaí oferecia o caminho mais curto até o Rio Paraná, uma vez que o Rio Iguaçu possui obstáculos absolutamente intransponíveis, e o Tibagi que está em posição próxima ao Ivaí é um pouco menor em volume

de água, sobre tudo na sua primeira metade, fatores que elegeram o Rio Ivaí como o caminho da futura integração do Brasil meridional.

À essa altura o Paraná fazia boa ligação com São Paulo e com o Sul, mas ainda assim, o acesso ao mar, e por esse até a capital (Rio de Janeiro), bem como com o Atlântico em si, seria muito mais viável pelo porto do Paraná. Por outro lado, acessar os limites do império na região platina era uma necessidade estratégica, do ponto de vista econômico, e de segurança nacional. Portanto, o projeto Colônia Thereza era vital ao país. No entanto a colônia perdeu importância e poder, até se tornar um povoado, local comum, importante, mas sujeito aos mandos e desmandos do poder público e do poder econômico, no embalo do mercado a lei da procura e da oferta valoriza um lugar se nele enxergar oportunidades de negócios, e assim a antiga colônia tornou-se lugar de poucos mandatários e muitos dependentes.

A decadência da colônia, no entanto, se acentuou depois do relatório dos Killers, pois mesmo perdendo a condição de colônia, passando para freguesia, estando descaracterizada do propósito, e produzindo pouco, o projeto que deu vida ao lugar continuava ativo nas conversas oficiais, e foi com o fim da Guerra do Paraguai e o extenso relatório do estudo dos engenheiros ingleses que as coisas mudaram e caíram no esquecimento. O relatório não foi contrário à adequação do rio, mas deu margem para interpretações contrárias ao empreendimento.

Em outras palavras, é como se dissessem aos governantes brasileiros, navegar o Ivaí é possível, mas o dispêndio em insumos e material humano serão em escala faraônica. Além de inviabilizar o caminho fluvial, o estudo dos Killers também descartou do pensamento racional as vias terrestres, fazendo comparativos de outras vias muito mais baratas em relação a uma estrada saindo da Colônia Thereza, cuja população era ínfima. Por essa altura, com a certeza que não cresceria, pois haviam colônias e colonos instalados nos mais variados pontos da província, e em condições potencialmente melhores que na Freguesia de Therezina, o poder público abandonou de vez o antigo projeto Atlântico Pacífico, lançando a população local ao ostracismo. A expressão Atlântico Pacífico é devido ao fato da relativa proximidade do Pacífico com a Bacia do Plata.

Neste sentido, a Colônia Thereza não caiu devido à morte de Faivre, que tinha total confiança dos políticos provinciais e imperiais, logicamente, mas seu sucessor também era qualificado, e mesmo não obtendo o mesmo nível de reciprocidade com os governantes da Província e do Império, manteve a colônia ativa, dando prejuízo, mas continuava em funcionamento enquanto aguardava o “milagre” da navegação. Diante dos fatos, é importante não perdermos de vista, que por mais grandioso que possa ser um projeto de iniciativa humana, este cumpre um propósito, e uma vez perdido o propósito, o projeto

tende a ruir. A Cidade de Henry Ford foi retomada pela vegetação amazônica, pois a borracha asiática tornou-se mais atrativa pela logística de mercado. Logo, a cidade da borracha de Ford perdeu o propósito.

No caso de Thereza Cristina, o governo perdeu o interesse porque o empreendimento perdeu o propósito. Mas uma coisa é o propósito primeiro, e outra coisa é a colônia em termos de composição étnica e demográfica, bem como em termos de relações de poder. Antes mesmo de perder a importância enquanto projeto nacional, a colônia perdeu o esplendor enquanto protagonista regional, sendo rebaixada à categoria de Freguesia. Na teoria foi elevada, mas na prática foi rebaixada, pois a Freguesia de Terezina foi destituída do nome pelo qual o povoado foi formado. Todavia, o último golpe na identidade da Colônia Thereza foi perder a condição de colônia estrangeira por não cumprir o critério básico de ter estrangeiros em seu quadro, tornando-se um povoamento de brasileiros. Muito possivelmente havia outros estrangeiros em sua composição, porém, os franceses fundadores, mesmo os últimos remanescentes não mais estavam. Neste processo de decadência da colônia fica evidenciado que o interesse público era pelo local, não pelo povo, e quando o interesse público pelo local também acabou, o que restou foi um povoado lançado à sorte, com pessoas sem a menor equidade, sujeitados a competir no mercado, sendo que do momento em que o Estado deixou de investir no projeto, nos anos 1870, até a chegada dos novos imigrantes, por volta da década de 1910, e principalmente a partir da década de 1920, há um hiato temporal. Os muitos poloneses, libaneses, holandeses, ucranianos, alemães, brasileiros de outros locais, como os catarinenses, sendo muitos deles descendentes diretos dos portugueses, que com os remanescentes da colônia, os ditos caboclos, continuaram a história do lugar, ao mesmo tempo reconstruíram a história e recriaram memórias, ainda vivas nos habitantes locais da atualidade.

O possível motivo da descontinuidade nas memórias de média e longa duração nos relatos dos moradores, que revelaram permanências, como o canhão e o rocío, mas não fazem ligação contínua com os tempos de Faivre pode estar na rotatividade das populações que habitaram o lugar, e no propósito estatal em desconstruir o “velho”. O Velho lembra o Império, e o novo é o “progresso”. A utopia do passado era a navegação pelo Ivaí, e a utopia do futuro que está sempre por vir é o progresso.

Sobre a composição intermediária, entre os colonos de origem francesa e os imigrantes do Século XX, dispomos nos anexos um abaixo assinado de 1878, quando a população pedia a criação da Guarda Nacional na Freguesia. E as assinaturas não deixam dúvidas, pois há ausência quase total de franceses e ínfima participação de novos estrangeiros, predominando os nomes de origem portuguesa,

composição étnica diferente da atual que é ainda mais heterogênea.

A imagem a seguir mostra casas de arquitetura polonesa na Terezina do início do século XX, de um dia de festa em honra a Santa Tereza, e nessas festas, além do tradicional “foguetório”, eram disparados tiros com o velho canhão, aquele canhão das memórias do Senhor Alcides Ferreira, nossa testemunha ocular da história.

As casas da época de Faivre que estão nos anexos, as edificações eslavas da imagem a seguir, e as imagens da atual “vila” de Tereza Cristina, que também estão nos anexos, sintetizam nossa história pública, com todo o dinamismo do tempo, com suas mudanças e permanências, nesta localidade brasileira, heterogênea na essência da composição de sua resiliente gente.



Festa em Tereza Cristina. Fonte: Museu Paranaense.

FONTES

Arquivo Público do Paraná. FAIVRE, Jean-Maurice. **Carta encaminhada ao Presidente da Província Francisco Liberato de Mattos** . 1858.

ATA. **Associação de Moradoras e Moradores de Tereza Cristina**. Tereza Cristina, Junho, 2014.

BIGG-WITHER. Thomas Plantagenet. **Novo Caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná**. Três anos em suas florestas e campos 1872/1875. Rio de Janeiro: J. Olympio, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

BRANDEMBURGER, Clemente. **Imigração e Colonização Sob o Segundo Reinado**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 98 – Vol. 152. 1925.

CORREIO MERCANTIL. **Rio de Janeiro, nº 1, 6ª coluna**, 1865.

CORREIO MERCANTIL. **Rio de Janeiro, nº 16, 4ª coluna**, 1866.

FERREIRA, Alcides. **Entrevista concedida ao autor**. Tereza Cristina, 16, Junho, 2022.

FILHO, Abdala Derbli. **Entrevista concedida ao autor**. Tereza Cristina, 16, Junho, 2022.

GUARAPUAVA. **Relatório da Câmara Municipal de Guarapuava**, 1862.

GUILONSKI, Cristofer. **Entrevista concedida ao autor**. Tereza Cristina, 16, Junho, 2022.

OLIVEIRA. Edison Vaz. **Depoimento em página pública do autor**. Ponta Grossa, Fevereiro de 2023.

VASCONCELLOS. **Decretos e Regulamentos da Província do Paraná**. Presidente Zacarias de Góes Vasconcellos na Assembléia provincial em 21 de Março de 1855. Curitiba: Tipografia, 1855.

MATTOS. **Decretos e Regulamentos da Província do Paraná**, Francisco Liberato de Mattos. Assembléia Provincial Curitiba: Tipografia, 1859.

CARDOSO. **Decretos e Regulamentos da Província do Paraná**. Presidente José Francisco Cardoso, na Assembléia provincial em 07 de Junho de 1859. Curitiba: Tipografia, 1859.

VASCONCELLOS. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Zacarias de Góes Vasconcellos na Assembléia provincial em 15 de fevereiro de 1854. Curitiba: Tipografia, 1854.

VASCONCELLOS. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Zacarias de Góes Vasconcellos na Assembléia provincial em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba: Tipografia, 1855.

GUIMARÃES. **Relatório do Presidente de Província do Paraná.** Presidente Manoel Antonio Guimarães, na Assembléia provincial em 23 de setembro de 1856. Curitiba: Tipografia, 1856.

ROHAN. **Relatório do Vice-Presidente da Província do Paraná.** Vice Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan na Assembléia provincial em 19 de março de 1856. Curitiba: Tipografia, 1856.

MOTTA. **Relatório do Presidente de Província do Paraná.** Presidente Pires da Motta na Assembléia provincial em 23 de setembro de 1856. Curitiba: Tipografia, 1856.

MATTOS. **Relatório de Presidente de Província do Paraná.** Presidente Francisco Liberato de Mattos, na Assembléia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Curitiba: Tipografia, 1858.

CARDOSO. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente José Francisco Cardoso. Na Assembléia legislativa provincial em 1 de março de 1860. Curitiba: Tipografia, 1860.

LISBOA. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa na Assembléia provincial em 19 de março de 1872. Curitiba: Tipografia, 1872.

LISBOA. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa na Assembléia provincial em 19 de março de 1872. Curitiba: Tipografia, 1872.

FLEURY. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente André Augusto Padua Fleury na Assembléia provincial em 21 de março de 1865. Curitiba: Tipografia, 1865.

FLEURY. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente André Augusto Padua Fleury na Assembléia provincial em 15 de fevereiro de 1866. Curitiba: Tipografia, 1866.

BURLAMAQUE. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Polidora Cezar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de março de 1867. Curitiba: Tipografia, 1867.

CARVALHO. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho na Assembléia provincial em 15 de fevereiro de 1870. Curitiba: Tipografia, 1870.

LEÃO. **Relatório do Vice Presidente da Província do Paraná.** Vice Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 24 de dezembro de 1870. Curitiba: Tipografia, 1870.

LISBOA. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1871. Curitiba: Tipografia, 1871.

LISBOA. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa na Assembléia provincial em 19 de março de 1872. Curitiba: Tipografia, 1872.

MATTOS. **Relatório de Presidente de Província do Paraná.** Presidente Francisco Liberato de Mattos, na Assembléia provincial em 13 de Junho de 1873. Curitiba: Tipografia, 1873.

LISBOA. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa na Assembléia provincial em 15 de Janeiro de 1873. Curitiba: Tipografia, 1873.

ABRANCHES. **Relatório do Presidente de Província do Paraná.** Presidente Frederico José Cardoso de Araujo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1874. Curitiba: Tipografia, 1874.

ABRANCHES. **Relatório do Presidente de Província do Paraná.** Presidente Frederico José Cardoso de Araujo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1875. Curitiba: Tipografia, 1875.

LINS. **Relatório de Presidente de Província do Paraná.** Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Curitiba: Tipografia, 1876.

LINS. **Relatório de Presidente de Província do Paraná.** Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 17 de Agosto de 1877. Curitiba: Tipografia, 1877.

MENEZES. **Relatório do Presidente de Província do Paraná.** Presidente Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes na Assembléia provincial em 9 de Abril de 1878. Curitiba: Tipografia, 1878.

MENEZES. **Relatório do Presidente de Província do Paraná.** Presidente Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes na Assembléia provincial em 20 de Fevereiro de 1879. Curitiba: Tipografia, 1879.

ROCHA. **Relatório do Presidente do Estado do Paraná.** Caetano Munhoz da Rocha, 01 de Fevereiro de 1928. Curitiba: Tipografia, 1928.

RIBAS. **Relatório das realizações do Governo do Estado do Paraná 1937-1942.** Governador, Interventor Manoel Ribas. Curitiba 1942.

RESERVA, Prefeitura Municipal. **Lei número 799, de 02 de Agosto de 2017.** Disponível em: <https://www.reserva.pr.gov.br/uploads/legislacao/LEI-NR-799-2017.pdf>. Acesso em **20/02/2023**. Acesso: Fevereiro 2023.

SOBRINHO, Romualdo Lubczik. **Entrevista concedida ao autor.** Tereza Cristina, 16, Junho, 2022.

VECCHIA, Zilma Haick Dalla. **Registro do vigário da Vila de Nossa Senhora de Belém de .** 2. ed. rev. ampl. - Guarapuava: Unicentro, 2022.

WAM BEKE, José Carlos. **Entrevista concedida ao autor.** Tereza Cristina, 16, Junho, 2022.

WAIBEL, Léo. **Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil.** Revista Brasileira de Geografia, Ano 11, nº 2. Sumário do Número de Abril e Junho de 1949.

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, Diego. **Uma utopia socialista à beira do Ivaí. 2013.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/uma-utopia-socialista-a-beira-doivai0aubiagxjvu6f1iqa5ns7b4ni/?fbclid=IwAR09lgJHSDhQxZE7VnPY9rqrFvPEjwO9d11zd xop7V3Xi7KzQ-peyqIxBA>. Acesso em Novembro de 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854**, Página 10 Vol. 1 pt II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-norma-pe.html>. Acessado em Agosto de 2022.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo.** Revista Transversos. “Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 35-53, Ano 03. set. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/tudoe/Downloads/25602-81714-1-PB.pdf>. Acesso em 11 de Agosto de 2021.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e Seus Municípios – Cuiabá, 1999.**

FERNANDES, Josué Corrêa. **Saga da Esperança: Trajetória de Jean-Maurice Faivre.** Ponta Grossa: Planeta Ltda, 1996.

FERNANDES, Josué Corrêa. **Saga da Esperança: socialismo utópico a beira do Ivaí.** Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848).** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850).** Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama das Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/candido-deabreu/panorama>. Acesso em Fevereiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapa de Pobreza e Desigualdade.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/candidode-%20u/pesquisa/36/30246?tipo>. Acesso em Fevereiro de 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Indicadores Sociais.** Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indicadores-Sociais>. Acessado em Janeiro de 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Editora da UNICAMP, Campinas SP, 1990.

LIDDINGTON, Jill. **O que é História Pública? Os públicos e seus passados**. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LIMA, Ruy Sirne. **Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas** – São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1980.

MANFREDINI, Luiz. **Socialismo utópico na selva paranaense**. 2015. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/socialismo-utopico-na-selva-paranaense/> . Acesso em Fevereiro de 2023.

MENDONÇA, Mai Nascimento. **Os Franceses no Paraná**. Curitiba, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura popular Revisada** – 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MORE, Thomas. **A Utopia**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy: Paraná, 1854 – 1874**. Dissertação Mestrado, São Paulo: USP, 2007.

NORA, Pierre. “**Entre memória e história: a problemática dos lugares**”. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Roberto Aparecido de. **História Pública Tereza Cristina**, disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100072081343318>. Acesso em Fevereiro de 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. 6ª ed. São Paulo: Urupês, 1961.

PRIORI; Angelo. **História do Paraná: Séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

SAMPAIO, Francisco José Barcellos. **Os Quadros da Academia Nacional de Medicina e Suas Histórias**. Rio de Janeiro, Academia Nacional de Medicina, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. **Duas Palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil**. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo. História Pública no Brasil. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SILVA, Alef Guilherme Zangari da. **Política de imigração e colonização no Brasil Imperial: um estudo sobre a Colônia Thereza Christina-PR (1847-1875)**. 2019. 145 f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2019, Maringá, PR. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5616>. Acesso em 2021.

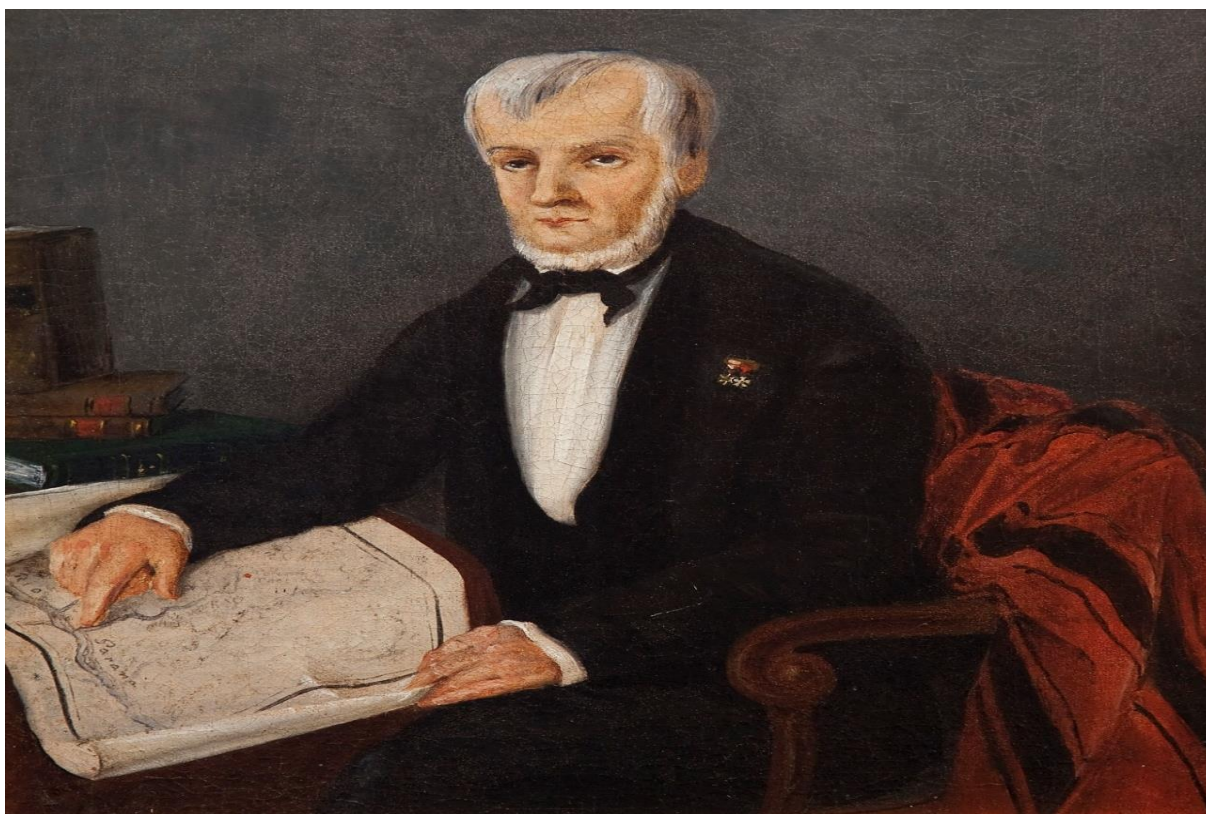
SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850**, 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2008.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

WEBER, Max: **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo, Martin Claret, 4ª Ed. 2001.

ANEXOS

As montanhas ao longe são no município de Prudentópolis. As edificações são do Distrito de Tereza Cristina, e o terreno íngreme à direita é do antigo rocio. O Rio Ivaí está próximo das últimas casas ao fundo, onde fica a balsa. Fonte:Acervo pessoal, foto de 04/02/23.



Retrato de Jean Mauricio Faivre. Fonte: Museu Paranaense.

20 - Relação dos imigrantes, fornecida pelo Cônsul brasileiro em Antuérpia, sr. Melchior Araújo: 1) Louis Büron (30 anos; médico), sua esposa Josephine Peupart (42 anos) e seus filhos Marie, Angélique, Alfred, Honorine, Clémentine, Augustine e Adélaide, todos de Paris; 2) Dêlphine Letourneur (Viúva Porée; 25 anos; costureira), de Paris; 3) Robert Ader (23 anos; prof. de matemática, solteiro), de Paris; 4) Pierre Caillot (48 anos; carroceiro), sua esposa Julie Calop (52 anos) e seus filhos Alphonse e Paul, todos de Paris; 5) Jean Antoine (43 anos; jornalista), sua esposa Louise Lelong (44 anos) e seus filhos Charles, Lucie, Amélie, Joséphine, Fanny, Alexandre, todos de Paris; 6) Jacques Blanc (37 anos; obreiro), sua esposa Joséphine Laurent (27 anos) e seus filhos Marie, Reine e Léonie, de Paris; 7) Lucien Janvier Dubry (44 anos; agricultor; solteiro), de Lons-le-Saunier; 8) Desiré Roun (23 anos; agricultor; solteiro), de Lons-le-Saunier; 9) Auguste Janvier Devant (38 anos; cortador de árvores; solteiro), de Lons-le-Saunier; 10) Joseph Coine (66 anos; proprietário; viúvo), de Lons-le-Saunier; 11) Claude Prost (42 anos; proprietário; solteiro), de Lons-le-Saunier; 12) Pierre Chevafond (25 anos; agricultor; solteiro), de Lons-le-Saunier; 13) Hypolite Delnerois (25 anos; preposto; solteiro), de Paris; 14) François Panifret (35 anos; forneiro), sua esposa Marie Michaud (28 anos) e seus filhos Honoré, Joséphine e Lucile, todos de Saint-Claude; 15) Jean Silvachy (52 anos; tecelão), sua esposa Joséphe Forestier (35 anos) e seus filhos Jean, Louise, Adolphe e Amélie, todos de Saint-Claude; 16) Augusto Parkievitz (36 anos; marceneiro), sua esposa Felicité Sainbeni (32 anos) e seus filhos Léon e Eugéne, de Saint-Claude; 17) Albert Leïour (37 anos; proprietário, viúvo), de Clairvaux; 18) Edmond Darbon (21 anos; proprietário; solteiro), de Orgelet; 19) Joseph Renaud (16 anos; proprietário, solteiro), de Lons-le-Saunier; 20) Urban Faivre (16 anos; jornalista; solteiro) e seu irmão Lucien Faivre (18 anos; jornalista; solteiro), de Clairvaux; 21) Jean-Maurice Faivre (50 anos; médico; viúvo), de Paris; 22) Jean Baptiste Bofren (37 anos; proprietário; solteiro), de Lons-le-Saunier; 23) Celestin Ferrez (29 anos; proprietário; solteiro), de Paris; 24) François Paquet (25 anos; preposto; solteiro), de Bruxelas; 25) Jean Baptista Delbun (26 anos; cortador de árvores; solteiro) e sua irmã Felicité Delbun (24 anos; solteira; empregada); 26) Catharin Chapois Dmeingion (21 anos; empregado, solteiro), de Lyon.

21 - VICTOR, Nestor. *A Terra do Futuro – Impressões do Paraná*. Rio de Janeiro, Tipografia Jornal do Commercio, 1.913, p.p. 80/96.

22 - MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense Ltda., 1944, p. 234.

23 - BRUNO, Ernani Silva. "Pinheirais e Marinhas – Paraná e Santa Catarina". Editora Cultrix Ltda., São Paulo, 2ª ed., p. 36.

Lista parcial dos fundadores da Colônia Thereza. Fonte: Josué Correa Fernandes, Saga da Esperança.



Monumento a Faivre em Tereza Cristina. Fonte: Acervo pessoal.



Colônia Thereza, arborizada e planejada. Fonte: Museu Paranaense.



Casa de Faivre na Colônia Thereza. Fonte: Museu Paranaense.



Antônio Braga de Araújo, Vigário da Paróquia de Guarapuava entre 1841 a 1885. Fonte: Arquivo público da Diocese de Guarapuava.



Balsa da Colônia Thereza transportando uma carroça, possivelmente a primeira balsa de Therezina. Fonte: Acervo pessoal de Romualdo Lubczik Sobrinho.



Balsa atual de Tereza Cristina, Junho de 2022. Fonte:Arquivo pessoal.



Rio Ivaí, na Altura da ponte entre Manoel Ribas e Cândido de Abreu, cerca de 50 Km. de Tereza Cristina, Janeiro de 2023. Fonte acervo pessoal.



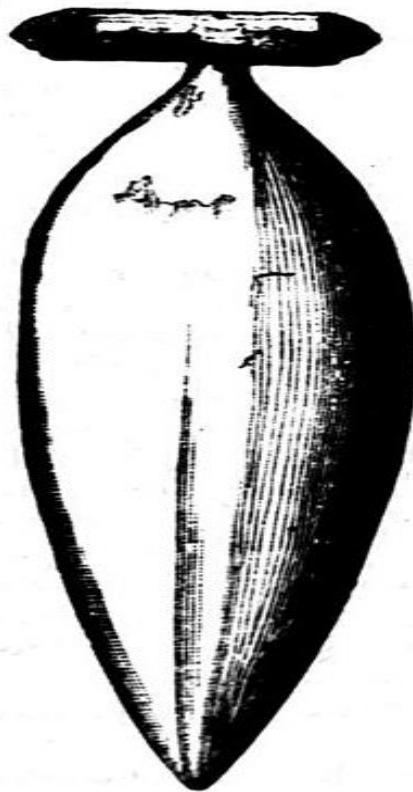
Tríplice fronteira dos municípios de C. de Abreu, Turvo, e Prudentópolis, onde o Rio Marrecas encontra o Rio Ivaí, na altura da Colônia Velha. Fonte: Jornal Reporter do Vale.



PRC 487, no final da serra chegando em Tereza Cristina, Junho de 2022. Fonte: arquivo pessoal.



PRC 487 que liga o Município de Ivaí com o Distrito de Três Bicos em Cândido de Abreu, passando por Tereza Cristina. Região de Três Bicos, foto de 04/02/23. Fonte:Arquivo pessoal.



Ornamento labial que Bigg-Wither ganhou de um indígena. Fonte: Bigg-Wither.

- 19 João Antonio de Quadra Lima
- 20 Gregorio Mariano de Lacerda
- 21 Alexandre Ribeiro Porges
- 22 José Dinis Pereira
- 23 José Correia da Silva
- 24 Joaquim Francisco dos Santos
- 25 Manoel João de Puença
- 26 Anastasio Alves Probst
- 27 João Pedro Fagundes
- 28 João Cardoso da Fonseca
- 29 Luciano Lopes dos Santos
- 30 Manoel Hilário Lopes
- 31 Manoel Estêvão da Rosa
- 32 José Mariano de Lacerda
- 33 Anastasio Simões de Carreir
- 34 Anacletus Moreira Duarte
- 35 Américo Gomes Guimarães
- 36 Pedro Demingon Lacerda
- 37 Rogério Antonio de Lacerda
- 38 Antonio Alves Machado
- 39 Francisco Ignácio de Laureia
- 40 Fagundes José da Rosa
- 41 Francisco de Almeida Souza
- 42 Henrique Detoljean
- 43 Tiburcio Ferreira dos Santos
- 44 Gustavo Berrardo G. Haugel
- 45 Francisco Pinolo Stralero
- 46 Miguel Eschango de Faria
- 47 Raymond Gregorio de Quadra
- 48 Evencio Alves Albuquerque
- 49 Eugenio José da Rosa
- 50 Antonio de Almeida Lima
- 51 Antonio Lima Pereira

Ilmo. Exmo. Sr.
 Sr. Comandante Superior da Guarda
 da Comarca de Guarapuava. Palácio
 da Prefeitura de Paraná, 30 de Dezembro de 1886.

Doc.
n. 47.

S.

Os abaixo assignados, moradores
 na freguesia e districto de Theruzina,
 comarca de Guarapuava, vêm respei-
 tosamente representar a V. Ex.^a soli-
 citando a creação de uma compa-
 nhia avulsa de Guardas Nacionaes
 neste logar, pelos motivos que têm
 a honra de expor:

Contam-se cento e trinta e dois
 Guardas, moradores deste districto, ali-
 tados em Guarapuava, e distribuidos
 pelos respectivos batalhões de cavalaria,
 occasionando isto consideravel prejuizo
 ao serviço publico, e particularmente
 a esta localidade:

O serviço publico no referente a o
 assumpto soffre porque a distancia
 mais de quatorze leguas de pés-
 simos caminhos de rodado, não per-
 mitte que lá se possam apresentar
 com a devida pontualidade para o ser-
 vico relativo, dando isto logar ao abu-
 zo.

A localidade soffre porque a
 retirada por muitos dias de um pes-
 soal apto para o trabalho accarreta

prejuizos, e que dispensa demonstrações —
por ser evidente.

Convenem acrescentar:

Com a organização da companhia aqui, occupar-se-á um pessoal idoneo para os respectivos postos; facilitar-se-á as revistas e serviços concernentes, sem os inconvenientes apontados; e, em caso de guerra com as republicas vizinhas, não ficará este logar desguarnecido, sendo exposto á invasão pela via fluvial do Ivañi.

Centrar-se-á um outro inconveniente, — com a criação da companhia de Guardas Nacionais que ora pedem — sendo ella de infantaria, visto como, as terras aqui são todas de cultura, e por tanto, difficil a conservação de cavalos para o serviço, e que certamente não está mesmo ao alcance de todos:

Os abaixo assignados consciões da justiça que lhes assiste, bem como, do elevado criterio de S. Ex.ª. cujo interesse pelo bem publico é sobre modo notavel, pedem e esperam ser

attendidos.
 Deus Guarde a V. Ex.^a
 Therezina 12 de Novembro 1886
 V. Ex.^a Sr. Dr. Joaquim de Almeida Farias Sobrinho
 Vig. ^{mo} Vice-Presidente desta Provincia.

- 1 Manoel Taciano Pinto
- 2 José da Costa e Silva Braga
- 3 João Gaudenci de Almeida
- 4 Francisco Ferr. Rosa
- 5 João Mulini
- 6 Trajano Caetano Pinto
- 7 José Vieira de Godoy
- 8 Felinto Elísio Corduro
- 9 Felcissimo Caetano Pinto
- 10 Pedro Cardoso de Carvalho
- 11 Reynolds Ding Bervis
- 12 João Norberto dos Santos
- 13 Felobino Caetano Pinto
- 14 João José da Rosa
- 15 Maurício Eduardo da Rosa
- 16 Francisco Gallegos Soares
- 17 José Elinor Silva Braga
- 18 João Caetano Pinto.

Neste documento de 15 de Novembro de 1886 os moradores da Freguesia de Therezina reivindicavam a instalação da Guarda Nacional na Freguesia. Os nomes conotam um momento de transição do lugar. Fonte: Acervo Benjamin C. Teixeira, caixa 1).

Ill^{mo} e Excel^{mo} Jho^o Presidente da Província de Paraná
Dr. Francisco Librato de Mattos?

5609

Ubei os referidos, e f'z esta off
Princ^o sobre a Colonia e s'uzo



Da Colonia Cherga,

BRPRAPPR P8001 DCO 34.42

Em 1846 tendo me lido 20 contos de reis a despendir em
boas obras, e pensando que o melhor modo de ser util a seus
semelhantes era dar a hum hominem, não possuindo nada,
os meios de trabalhar e poder crear a sua familia sobre hum
terreno que lhe patesse tanto para o cultivar todos os instrumentos
necessarios de Com esta idea e ajudado de S. M. nossa
Augusta Imperatriz e de baixo dos auspicios da Q. M. esta
colocada a Colonia que o seu nome Cherga, f'z em
França, no departamento de Jura, meu pais natal, a procura
de infelices que logo na minha chegada se apresentaram em
Cherga; e sem escolha (foi a mal) trouxe perto de 87 tanto
pequenos como grandes, em hum navio fretado por mim ate
Paranaguá = A alguns dei dinheiro em França para se haviar,
a outros pagui suas dividas, e quasi a todos dei da sua casa
ate aqui e durante posto de dois annos, f'zerei todo o necessario; e
na chegada no Paraty em Juro dava tanto terras como pudim desfructar tres
gracete; e tudo aquillo gratuitamente; semente, para s'inda por par a seu
anno proprio, f'zui des dar aquillo como empréstimo, tendo l'hozito que
de aqui a 10, 20 annos, quando ellas pudessem, desião fazer a qualquer outro
o mesmo beneficio que aquelle que recibiu, impondo a elles a mesma
obrigação, e assim seguido. He com esta idea que eu mesmo, esperava
(como hominem sem s'ozimeia) ver o beneficio desta s'ozimeia despara
se continuar ind'efinitamente; mas quimina = todos não a p'ocura
da felicidade; -- por em cada hum a quer ao seu modo... Por fim
elles me tem t'ito injurias, que em as tinha signado de... e todos
f'zera minha d'izija, t'eu abandonada a Colonia, espalhando se pela
Província... He assim que f'z malgrado si os minhas
esperanças de servir aquella gente, e o Brasil, levando metes contos
a industria europea e talves hum principio de civilização entre os
salvagens que desjava encontrar. --

Comtudo a posição da Colonia era tão bella... o clima
as terras são deliziosas... era huma conquista sobre os sertões,
e o Governo precisava desta entrada para chegar a da banda
de Paraná... Lucto movido, por estas considerações
e sobretudo por hum gosto particular e p'ecido, sollicito da
S. M. o Imperador hum empréstimo, que attive, e
continui a minha empresa com Brasileiros, muito mais
proprios para trabalhar e viver nos sertões, do que os
estrangeiros. E desde então ate agora, com empréstimos
e subvenções do Governo, tenho trabalhado e levado

Resp - 18 ¹⁰/₄₀ 58

a Colonia Chereya na parte em que se vê e Da qual tenho a honra
apresentar o mappa estatístico à V. C. —

Para não infastigar V. C. tenho tratado rapidamente o primeiro
ponto e o resultado da minha empresa, a qual V. C. terá
a bondade considerar como motivada por hum espirito de caridade
e como hum longe d'hum especulação financeira — Com tudo
confesso hoje que a caridade tem seus limites, e que por fragueza de
guise, tenho deixado de exigir dos colonos o cumprimento de suas obrigações
como; cercar seus quintais, plantar as arvores das suas fontes, limpar as
ruas, grammar suas terras de pastos, roçados &c. — Agora os
obrigando naquillo e não favorecendo tanto seus negocios particulares,
(como tenho feito) eu penso que hão de plantar mais milho, mais
fructos &c. e que depois de ter suas casas feitas, occupando-se, sãto de
alguma plantação de maior interesse tudo irá bem e a Colonia tornará
hum objeto mais agradável. — Eu quiza experimentar a
introdução de bicos da d'eda, tenho entre a meus plantados; convinha
n'esses lugares remotos, ter hum producto caro de baixo d'hum pequeno
estabulho, para diminuir o preço da carne. —

U' Presidente proo da V. C. examinar as Protoras e Ordens de dia
que me permitta mandar a sua approvaçãõ em parte ou em totalidade,
como julgar mais miullharzas quas tenho a sancão de V. C. heis de poder
pôlas em execução sem que possa quixar-se de mim. —

Espero a decisãõ e as ordens de V. C. e sou com a maior
estima e respeito de V. C.



De M^{te} humilde
e obedi^{te} C^{da}

BRPR APPR
PB003 DCO 14.72

Dr Faivre
Director da Colonia Chereya.

Nesta carta de 1848 AO Presidente da província Faivre lamenta o fato da grande maioria de seus compatriotas te-lo abandonado, apesar dos investimentos que fez, dos 87 compatriotas teria restado apenas 12. Fonte: Arquivo Público do Paraná.

MAPPA ESTATISTIC

NUMERO DE FAMILIAS	SEXOS		FRANCEZES		PORTUGUEZ	AFRICANOS	ESCRAVOS	POPULACAO TOTAL	AUMENTO DURANTE O PRESENTE ANNO	NUMERO DE CASAS NO CIRCULO URBANO		FORA DO CIRCULO URBANO DOS COLONOS
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	MASCULINO	FEMININO			A' COLONIA	DOS COLONOS	
72	180	162	8	9	1	5	3	342	29	5	97	14

ESCOLAS				CAPELLA	POLICIA	INDIOS	ESTRADAS	NAVEGACAO	PRECO DE TRANSPORTES	PRECO DE JORN DE OPERARIOS E JORNA
SEXO MASCULINO N. de alumnos	VENCIMENTOS DO PROFESSOR	SEXO FEMININO N. de alumnas	VENCIMENTO DA PROFESSORA							
21	300\$000	16	150\$000	Existe uma pequena capella desprovida de capella.	1 subdelegado 1 escrivão 1 inspector de quartelão 10 praças — do corpo da provincia.	Vagam nas matias circunvizinhas muitas hordas de indios selvagens coroados e varios lobos de Cayua e Guarany, sem aldeamentos.	Uma estrada de Ponta-Grossa a colonia em via de reparos e a que da colonia communica com Guarapara em mão estado e muito importante.	Acabo d'effectuar a exploracão do rio Ivaby, ordenada pelo ministerio as difficuldades vencidas.	Inconstante.	Carpinteiro Ferreiro Pedreiro Jornaleiro



NECESSIDADES

A prosperidade da colonia Theresa torna-se urgente os indispensaveis reparos no caminho que conduz a Guarapara, unico mercado vasto; a continuacão dos auxilios concedidos pelo governo geral para a colonia minada—Villa Rica do Espirito Santo—situada na confluencia do Corumbatay com o Ivaby, excellente posicão estrategica retribuida e decoreta a trinta leguas abaixo desta colonia; a formacão de aldeamentos para a Colonia Theresa 1 de Março de 1865.

DA COLONIA THEREZA.

TOTAL	PLANTACOES Alqueires							PRAZOS CONCEDIDOS GRATUITAMENTE Superficie em braças	QUALIDADE DO TERRENO	FORMACOES DOS TERRENOS	CRIACAO				MACHINAS		INDUSTRIAS
	MILHO	CANNA	FEIJO	ARROZ	MANDIOCA	PODEPIA	MIUDEZAS				GADO TACCOM	ANIMAS CAVAL.	PORCOS	AVES	EXISTENTES A' COLONIA	EXISTENTES A' PARTICUL.	
102	70 3/4	7 1/4	5	5	3	3500	3	50,000	Mato virgem montuoso, argiloso e calcareo.	Carbonato de cal, marmore, greschistos diversos	266	136	672	760	Um moinho, uma machina para mandioca, e uma turbina para assucar.	8 moendas para a colina para a moenda de portanimes. 7 alambiques	Fabrico de aguardente assucar, rapadura, cal, telha, fumo e tecidos.

EMPREGADOS DA COLONIA	ORÇAMENTO PELO QUAL DEVE SER REGIDAS AS DESPEZAS A FAZER-SE NO EXERCICIO DE 1864—1865.						TOTAL
	VENCIMENTO ANNUAL	OPERARIOS	VENCIMENTO ANNUAL	MATERIAS	SAL PARA O GADO E ANIMAS	EVENTUAL.	
000 Director	2.000\$000	Carpinteiro	360\$000				5.034\$000
000 Ajudante, empregado em medicões e outros trabalhos	720\$000	Servente para as medicões e outros trabalhos	384\$000	960\$000	120\$000	200\$000	
500 Capataz para o gado e animas.	288\$000						

S DA COLONIA.

a estrada de Ponta-Grossa em via de execucao; uma quantia destinada a um padre (ha ja quem pretende para esta capella); o estabelecimento de um grupo militar e agricola no lugar onde existia a povoação hespan digenas habitantes das margens deste rio e campos vizinhos, e a mesma subreção annual para os vencimentos dos empregados e despezas da colonia para o futuro exercicio.

O director—Guilherme Rumbelberger.

Mapa estatístico da Colônia Thereza, 1865. Fonte: Arquivo Público do Paraná.



Bloco de alicerce destruído de antiga edificação da Colônia Thereza. Fonte arquivo pessoal 2022.



Alicerce no local que seria a origem da Colônia Thereza. Sem datação e ainda intacto, feito com pedras e argamassa específicas. Fonte: Acervo pessoal 2022.